

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

TALIA MAYARA LOPES FORLIN

**DA REOCUPAÇÃO AO ALAGAMENTO:
HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO
DE SANTA HELENA (PR)**

Marechal Cândido Rondon

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

TALIA MAYARA LOPES FORLIN

**DA REOCUPAÇÃO AO ALAGAMENTO:
HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO
DE SANTA HELENA (PR)**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) Strictu Sensu em História, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein.

Marechal Cândido Rondon

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Forlin, Talia Mayara Lopes

Da reocupação ao alagamento: historiografia, memórias e ensino de história no município de Santa Helena (PR) / Talia Mayara Lopes Forlin; orientador Marcos Nestor Stein. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.

133 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Santa Helena. 2. Reocupação. 3. Ensino de História. 4. História Local. I. Stein, Marcos Nestor, orient. II. Título.

Programa de Pós-Graduação em História

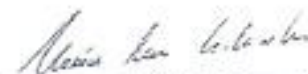
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TALIA MAYARA LOPES FORLIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de setembro de 2023 às 8h15min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Talia Mayara Lopes Forlin**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Jiani Fernando Langaro, Claércio Ivan Schneider e Marcos Nestor Stein. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcos Nestor Stein. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "**Da Reocupação ao Alagamento: historiografia, memórias e ensino de história no município de Santa Helena (PR)**". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Jiani Fernando Langaro e Ivan Schneider. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7 e § 8 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Dissertação foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.



Orientador(a) - Marcos Nestor Stein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



Claércio Ivan Schneider

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE **TALIA MAYARA LOPES FORLIN**, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Jiani Fernando Langaro
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Talia Mayara Lopes Forlin
Talia Mayara Lopes Forlin
Aluno(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em História Mestrado e Doutorado
Portaria nº 1633/2023 - GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Mestrado do(a) candidato(a) Talia Mayara Lopes Forlin deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que a candidata foi considerada: APROVADA na bancade defesa realizada na data de 27 de setembro 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Nome e assinatura

Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

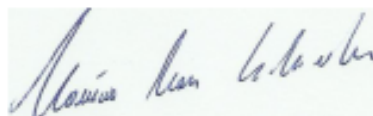
Eu, Prof.(a) Dr.(a) Cláercio Ivan Schneider, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência da banca de defesa de mestrado em História do(a) candidato(a) Talia Mayara Lopes Forlin, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro interno, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de 27 de setembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

O trabalho apresenta importante contribuição ao campo de estudos da história local em torno do Oeste paranaense e sua constituição social. Como sugestão de revisão de texto final, aponta-se para a necessidade de rigorosa revisão gramatical. Também sugere-se revisão e ampliação das considerações finais, retomando os problemas iniciais, sintetizando os resultados obtidos na análise das fontes de cada capítulo.

Atenciosamente,



Cláercio Ivan Schneider
UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Jiani Fernando Langaro**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de mestrado em História do(a) candidato(a) **Talia Mayara Lopes Forlin**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) **APROVADO(A)**, na banca realizada na data de 27 de setembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
JIANI FERNANDO LANGARO
Data: 27/09/2023 11:06:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Jiani Fernando Langaro
Universidade Federal de Goiás

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Talia Mayara Lopes Forlin, declaro que realizei a minha DEFESA DE MESTRADO **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: DA REOCUPAÇÃO AO ALAGAMENTO: HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (PR), para banca examinadora realizada na data de 27 de setembro de 2023.

Atenciosamente,



Talia Mayara Lopes Forlin

Programa de Pós-Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha família, a qual passou comigo por cada parte do processo.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final dessa etapa significa muito para mim. Mais do que uma pesquisa, este trabalho corresponde à superação de muitas dificuldades, sendo uma atividade que foi desenvolvida em meio a um turbilhão de responsabilidades que envolviam muito tempo do meu dia a dia.

Sendo professora em dois períodos (em alguns meses durante três períodos), confeiteira aos finais de semana e mãe em tempo integral, optei por abrir mão de muitas coisas e muitos momentos para poder concretizar este objetivo. Assim, esta pesquisa significa muito para mim enquanto pessoa e enquanto pesquisadora que lá no tempo da faculdade sonhava com o desenvolvimento dela.

Sou muito grata a toda a minha família, que se uniu desde o começo para me ajudar a cuidar do Joaquim (que nasceu um mês antes do início dessa pesquisa), amparando-o e amando-o tanto quanto eu. Sem vocês eu não teria chegado na metade.

Agradeço também aos amigos que sempre estiveram disponíveis para ouvir sobre a pesquisa, ajudando a decidir sobre muitas coisas, mudar citações e sugerindo possibilidades de entrevistas. Dentre esses, dou ênfase a Nubia, Vando, Maria e Mariana, presentes que o mestrado me deu e pretendo carregar comigo. Vocês têm parte importante nesta pesquisa, sem os conselhos, dicas, ajudas e trocas de experiência que tivemos, ela não seria a mesma.

Além disso, sou grata à banca composta pelos professores Dr. Jiani Fernando Langaro e Dr. Claércio Ivan Schneider pelas sugestões durante as bancas, as quais contribuíram muito para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Dr. Marcos Nestor Stein, o qual auxiliou no meu processo de crescimento enquanto pesquisadora, contribuindo para minha construção pessoal, mas que muito além disso acreditou em mim e sempre esteve disposto a me socorrer e me orientar em qualquer horário, sanando dúvidas muitas vezes supérfluas de forma amigável. Mais do que um orientador, foi muitas vezes um amigo que mesmo sabendo de todas as minhas responsabilidades fora da universidade, soube me direcionar de forma humana.

Meus sinceros agradecimentos a todos vocês. Concluo esta pesquisa sabendo que ela foi resultado de muitos.

RESUMO

DA REOCUPAÇÃO AO ALAGAMENTO: HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA (PR)

Esta pesquisa investiga a construção de discursos que legitimam uma história oficial para o município de Santa Helena-PR, bem como sua disseminação através do ensino público municipal. A partir da década de 1990, após a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a administração municipal buscou meios para construir um sentido para a história do município, visto os problemas gerados com o alagamento de boa parte do território. Assim, a municipalidade iniciou um projeto voltado para construção e idealização de uma história oficial que direcionasse a história de Santa Helena para o progresso. Visando alcançar seus objetivos, a prefeitura municipal organizou no início dos anos 2000 um material didático que foi disponibilizado para as escolas públicas e deveria ser trabalhado com os alunos dos 4^{os} anos do ensino fundamental. As noções de história contidas nesse material foram formuladas nos mesmos parâmetros que o projeto já iniciado, o que garantiu que a história oficial já constituída fosse repassada para diversas gerações de alunos através do ensino público municipal. Desse modo, nossa pesquisa se propõe a problematizar quais perspectivas fazem parte dessa história, quais memórias são evidenciadas, quais são silenciadas e como elas são trabalhadas em sala de aula por professores da rede, investigando as intencionalidades e os objetivos do setor público, bem como as formas com que a história local é ensinada nas escolas. Para tanto, analisaremos a historiografia referente à reocupação de Santa Helena, entrevistas realizadas a moradores que participaram desse processo, a Proposta Pedagógica Curricular utilizada na região oeste paranaense, o material didático disponibilizado pela prefeitura às escolas e entrevistas que realizamos a professores de 4^{os} anos. Como principais referenciais metodológicos, utilizaremos autores como Alessandro Portelli, Verena Alberti e Circe Bittencourt.

Palavras-Chave: Santa Helena; Reocupação; Itaipu Binacional; Ensino de História; História Local.

ABSTRACT

FROM REOCCUPATION TO FLOODING: HISTORIOGRAPHY, MEMORIES AND HISTORY TEACHING IN THE MUNICIPALITY OF SANTA HELENA (PR)

This research investigates the construction of discourses that legitimize an official history for the municipality of Santa Helena-PR, as well as its dissemination through municipal public education. From the 1990s, with the recent construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant, the municipal administration sought ways to give a new “path” to the history of the municipality, given the problems generated by the flooding of a large part of the territory. Thus, the municipality began a project aimed at building and idealizing an official history that would direct the history of Santa Helena towards progress. In order to achieve its objectives, the municipal government organized, in the early 2000s, a didactic material that was made available to public schools and should be used with students in the 4th year of elementary school. The notions of history contained in this material were formulated in the same parameters as the project already started, which ensured that the official history already constituted was passed on to several generations of students through municipal public education. In this way, our research proposes to think which perspectives are part of this history, which memories are highlighted, which are silenced and how they are worked in the classroom by network teachers, investigating the intentions and objectives of the public sector, as well as the ways in which local history is taught in schools. To do so, we will analyze the historiography referring to the reoccupation of Santa Helena, interviews with residents who participated in this process, the Curricular Pedagogical Proposal used in the western region of Paraná, the didactic material made available by the city hall to schools and interviews we conducted with 4th grade teachers. As a methodological reference, we will use authors such as Alessandro Portelli, Verena Alberti and Circe Bittencourt.

Keywords: Santa Helena; Reoccupation; Itaipu Binacional; History Teaching; Local History.

LISTA DE MAPAS

MAPA I: Mapa político de Santa Helena - PR em 1970.....	8
MAPA II: Mapa político atual de Santa Helena – PR.....	9
MAPA III: Principais “obrages” no Oeste do Paraná.....	18
MAPA IV: Território do Iguazu.....	20
MAPA V: Localização das escolas municipais onde foram realizadas entrevistas aos professores.....	97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Mapa da localização de Santa Helena.....	3
FIGURA II: Área colonizada pela Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda em Santa Helena....	24
FIGURA III: Estátua na Praça do Colono.....	44
FIGURA IV: Estátua de Marino Silva na Rodoviária Municipal.....	46
FIGURA V: Estátua do colono da Rodoviária Municipal.....	47
FIGURA VI: Portal dos Pioneiros.....	48
FIGURA VII: Painei Históricu na Praça Orlando Webber.....	49
FIGURA VIII: Capa da Proposta Pedagógica Curricular da AMOP – Mapa dos municípios participantes.....	82
FIGURA IX: Conteúdos previstos pela PPC da AMOP para o trabalho com os 3ºs anos do Ensino Fundamental – Séries Iniciais.....	84
FIGURA X: Conteúdos previstos pela PPC da AMOP para o trabalho com os 3ºs anos do Ensino Fundamental – Séries Iniciais.....	85
FIGURA XI: Livro didático textual <i>História de Santa Helena: Descobrimdo e Aprendendo..</i>	87
FIGURA XII: Caderno de atividades <i>História de Santa Helena: Descobrimdo e Aprendendo.</i>	87
FIGURA XIII: Lista de Prefeitos de Santa Helena.....	92
FIGURA XIV: Lista de Presidentes da Câmara Municipal de Santa Helena.....	93
FIGURA XV: Biografia do primeiro prefeito de Santa Helena.....	93
FIGURA XVI: Linha do Tempo: acontecimentos considerados marcantes na história de Santa Helena.....	94
FIGURA XVII: Hino de Santa Helena.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1: SANTA HELENA NO CONTEXTO DE REOCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE.....	15
1.1 - AS AÇÕES OBRAGERAS NO OESTE DO PARANÁ.....	15
1.2 - EMPRESAS COLONIZADORAS NO CONTEXTO DA REOCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE.....	21
1.3 - HISTORIOGRAFIA EM DEBATE: OLHARES VOLTADOS À REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA NA DÉCADA DE 80.....	26
1.4 - HISTORIOGRAFIA RECENTE: NOVAS POSSIBILIDADES ACERCA DA REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA.....	40
CAPÍTULO 2: “COLOCAR NO PAPEL, APROVEITANDO QUE ESTÃO VIVOS”: NARRATIVAS DE MORADORES DE SANTA HELENA A PARTIR DE 1960.....	55
2.1 - PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ENTREVISTAS COM MORADORES DE SANTA HELENA.....	55
2.2 – NARRATIVAS DE MORADORES SOBRE O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA.....	61
CAPÍTULO 3: USOS DA MEMÓRIA: O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL.....	80
3.1 – A HISTÓRIA LOCAL PREVISTA PELA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA AMOP.....	80
3.2 – O LIVRO DIDÁTICO COMO DISSEMINADOR DE UMA MEMÓRIA OFICIAL..	86
3.3 – NARRATIVAS ORAIS ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a construção de discursos difundidos socialmente referentes ao processo de colonização da área onde está localizado o município de Santa Helena – Paraná¹, a partir da década de 1960, bem como as metodologias utilizadas para trabalhar tal processo em sala de aula nas séries iniciais do ensino fundamental do município.



FIGURA I: Mapa da localização de Santa Helena.

Fonte: Município de Santa Helena: Informações Gerais. Disponível em: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/pr/santa_helena.

A preocupação referente a tais questões iniciou em 2017 durante a realização de uma pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na UNIOESTE, em que buscamos analisar as narrativas relacionadas às disputas por terra durante o processo de colonização da área que hoje se configura Santa Helena, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX. Em meio às análises desenvolvidas, notei que as narrativas produzidas por moradores da localidade durante o período citado diferiam dos discursos comumente reproduzidos pela municipalidade². Assim, muitas dúvidas permaneceram após a

¹ O município de Santa Helena compreende uma área de 631.132 km² e situa-se entre 24° 42' 30" L.S. e os meridianos 52° 21' 10" L.N.W., estando em média 347 acima do nível do mar e localizado a 640 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na microrregião do Extremo Oeste do Paraná. Faz divisa ao norte com Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste e ao oeste com a República do Paraguai, através do Lago de Itaipu. O clima é subtropical e em média a temperatura mais alta é 22° C e a mais baixa é de 18° C. LUPONI, Arthur. Símbolos de Santa Helena. Prefeitura Municipal de Santa Helena. 19--. In: CARNIEL, Solange Maria. **Um recorte da xenofobia nordestina no Brasil: O oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras (1969-1985)**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

² Enquanto municipalidade consideramos os órgãos administrativos, dentre eles a secretaria de educação, representada pelas escolas, configurando o órgão principal em nossa pesquisa.

conclusão do projeto, referentes a como esses discursos foram construídos e difundidos no referido município.

De maneira geral, a história “oficial” disseminada socialmente no município – incluindo os materiais didáticos utilizados nas séries iniciais do ensino fundamental – trata do processo de colonização da área como um processo calmo e pacífico, em que agricultores advindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se fixaram na região, originando, com o passar do tempo, o município de Santa Helena.

Por meio desse discurso, construiu-se a ideia de que o processo de ocupação³ se iniciou em 1920/1930 através de ações governamentais, mais fortemente da Marcha Para o Oeste⁴, silenciando, ou diminuindo o papel de sujeitos que já estavam presentes na área, como indígenas⁵ e trabalhadores das obrages. Assim, apesar de citar as ações de extração de erva-mate e madeira realizadas na região através das obrages, essa história não considera como parte da reocupação as pessoas que estavam fixadas no local para a realização desses trabalhos.

Cabe ressaltar, em relação ao espaço geográfico desse estudo, que nos referimos à área que faz parte hoje em dia do oeste paranaense. Entendemos essa região enquanto fruto de uma construção econômica, política e identitária. Assim, mostra-se necessário que problematizemos as situações e decisões que construíram esse espaço, buscando não cair nas armadilhas de considerar a região apenas enquanto local, mas sim enquanto objeto de disputas e modificações.

Neste sentido, Durval Muniz de Albuquerque Júnior reflete sobre os problemas em se trabalhar com a região enquanto espaço a-histórico. De acordo com o autor:

A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. [...] Portanto, o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que assim é nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos. As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares,

³ Termo utilizado pela historiografia oficial e que se refere ao processo de fixação de pessoas no território como tendo sido considerado apenas a partir da colonização planejada. Dessa forma, a instalação de pessoas antes desse período não foi considerada por eles como ocupação. Essa concepção é contrária à qual utilizamos nessa pesquisa, visto que muitos indivíduos, principalmente indígenas, ocuparam o espaço antes da década de 20/30. Sendo assim, nós utilizamos o termo *reocupação* ao abordar esse processo.

⁴ Projeto instaurado no governo Getúlio Vargas na década de 1930 e que abordaremos ao longo da pesquisa.

⁵ À frente abordaremos a presença de indígenas na região oeste paranaense durante a ação das obrages.

diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação.⁶

Portanto, ao longo desta pesquisa nos propomos a analisar as nuances que constituíram o espaço da região hoje em dia demarcada enquanto Oeste do Paraná, a qual é tratada nos discursos oficiais que circulam pelo atual município de Santa Helena como espaço fixo e independente aos acontecimentos e disputas que nela, com ela e por ela ocorreram.

Além disso, os discursos construídos pelo poder público municipal excluíram, ou minimizaram, das páginas da história local a participação de diversas famílias, a luta por terra e a resistência de muitos moradores contra a expulsão e a violência, seja ela decorrente de desentendimentos do dia a dia ou de disputas territoriais.

Diante disso, cabe citar o artigo de Claércio Ivan Schneider que analisa a obra literária “Como era o Sudoeste e porque matei Joaquim Coelho”, do poeta e soldado da Polícia Militar Joaquim Alves da Silva. Embora não aborde especificamente a área onde foi constituído o município de Santa Helena, por meio da leitura do artigo é possível compreender as relações que se estabeleceram na região Oeste do Paraná sob o olhar do soldado, pois ele evidencia a violência que estavam presentes no espaço, “mas que, curiosamente, está ausente em grande parte da historiografia já produzida, em especial a oficial.”⁷

Em sua análise, Schneider afirma que:

Joaquim dá existência, sentido e fundamento cristão e patriótico às ações heroicas dos policiais. Mas por outro lado, a obra de Joaquim também apresenta o lado marginal da história. Sempre que fala da polícia, de suas ações e estratégias, também fala dos seus alvos, os jagunços e demais criminosos. Os nomeia. Atribui-lhes características e lugar histórico. Ou seja, ao relatar as ações empreendidas contra os posseiros, os jagunços, os bandoleiros, os criminosos e assassinos – mas também contra os fortes, os corajosos, os temidos, os respeitados, os afamados, os radicais, os “ligeiros no parabelo” – Joaquim acaba lhes dando visibilidade, existência e sentido de atuação no sertão paranaense.⁸

Através dos estudos do autor, podemos compreender então que a violência e as disputas sociais e territoriais faziam parte da rotina no dia a dia dos moradores do oeste paranaense em meados do século XX, situações que pensamos se intensificarem em se tratando de um espaço

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O Objeto em Fuga:** Algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras: Revista de História*, Universidade Federal da Grande Dourados, vol. 10, n. 17, p. 55-67, jan.-jun., 2008, p. 55 e 58.

⁷ SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Polícia versus jagunços no Oeste do Paraná:** os poemas de Joaquim Alves da Silva como memória dos conflitos agrários (1960-1970). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 26, p 413-440, jan.-abr., 2021, p. 432.

⁸ *Ibid.*, p. 437.

de fronteira. Diante disso, registramos que nossa perspectiva em relação à fronteira acompanha as seguintes reflexões de Martins:

A fronteira é essencialmente o lugar de alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si (...). Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, a descoberta do outro e de desencontro.⁹

Portanto, partimos da perspectiva de que esse espaço foi configurado por esse discurso oficial como um local de encontro e conflitos entre diferentes sujeitos que, possuindo intencionalidades diversas, ao se relacionarem, buscavam reafirmar seus interesses, opiniões e culturas específicas, o que gerou um quadro de grandes conflitos, alguns mais violentos que outros.

Desse modo, na busca pela formação de uma identidade hegemônica aos moradores de Santa Helena, a municipalidade visou construir uma história consensual. Porém, ao longo desse processo de construção exaltou determinados acontecimentos e excluiu memórias vivenciadas por grande parte da população.

É necessário explicar, nesse momento, como se desenvolveu o interesse pela análise desses discursos. No ano de 2012 comecei o curso de Formação de Docentes na cidade Santa Helena, onde nasci e moro até hoje, concluindo o curso em 2015 e iniciando os trabalhos como professora de Ensino Fundamental – séries iniciais em 2016. Ao longo de minha curta carreira fui professora de diferentes matérias e turmas, desde o 1º até o 5º ano. No ano de 2017, quando iniciei o projeto de PIBIC já citado, eu trabalhava como professora regente de uma turma de 4º ano no município – ao qual é previsto o trabalho com a história local perante o Currículo da AMOP¹⁰ - e pude observar de perto o trabalho realizado referente à história do município em sala de aula, bem como as orientações da SMEC¹¹ e os discursos inseridos nos materiais disponibilizados para a realização desse trabalho.

Nesse contexto, comecei a indagar quais discursos são sobrepostos pelo setor público municipal, qual papel da educação nesse processo, quais instrumentos e métodos são utilizados e qual o intuito no uso de tais narrativas. Para além de pensar como transcorreu o processo de colonização na área que hoje compreende o município, nosso intuito é problematizar quais

⁹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 138.

¹⁰ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP). Proposta pedagógica curricular: ensino fundamental (anos iniciais): rede pública municipal. Cascavel, 2020.

¹¹ Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Santa Helena – PR.

narrativas foram priorizadas referentes a esse processo, quais memórias buscou-se esquecer, ou silenciar, os motivos para tais escolhas e quais meios são utilizados para isso.

Em relação ao espaço geográfico e político do município, a área que hoje compreende Santa Helena passou por diversas mudanças ao longo dos séculos. É necessário reafirmar que esse espaço já existia muito antes da chegada de europeus no território, configurando área indígena.¹² Em seguida, através de interesses e utilização para fins de exploração, a região passou também a ser utilizada para extração de produtos naturais pelos europeus.

Por meio do Tratado de Tordesilhas, assinado pela coroa de Portugal e de Espanha em 1494, a área que futuramente configuraria o Paraná acabou sendo dividida entre os dois países. Com a criação das Capitânicas Hereditárias pela coroa portuguesa em 1534, a parte dessa área que era pertencente a Portugal foi chamada de Capitania de São Vicente até 1660, quando foi criada a Capitania de Paranaguá. Em 1709, com a criação da Capitania de São Paulo, grande parte do território brasileiro foi incorporado a essa capitania, dentre eles Paranaguá.¹³

Em 1811, aproveitando-se da estadia da corte real ao Brasil, a comarca de Paranaguá envia ao Príncipe D. João um pedido de separação, alegando que a criação de uma nova Capitania, com sede em Paranaguá traria vantagens a coroa. Essa tentativa, assim como várias outras não foram bem-sucedidas. Somente em 1853, - até mesmo após a transformação da Capitania de São Paulo em Província ocorrida em 1821 - o projeto que criava a Província do Paraná foi aprovado.¹⁴

Após a elevação da Província do Paraná, foi criada a comarca de Guarapuava em 1859¹⁵, território que abarcava toda a região oeste paranaense. Em 1914, com a criação do município de Vila Iguazu, a área que hoje compreende Santa Helena passou a fazer parte desse território. Em 1960, Medianeira e Marechal Cândido Rondon foram desmembrados de Foz do Iguazu, sendo elevados a município e então esta área foi dividida entre eles.¹⁶

Sendo nesse momento elevada à categoria de distrito, Santa Helena apenas se tornou município em 1967, tendo seu território desmembrado de Medianeira e Marechal Cândido Rondon.¹⁷ Porém, essa não foi a configuração territorial final da área, visto que as últimas alterações geográficas aconteceram no município na década de 1980, sendo elas a elevação de

¹² CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.

¹³ BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados**: As primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Texas: Objetiva, 1998.

¹⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Editora Gráfica Vicentina Ltda, Curitiba - PR, 4ª Ed, 1977.

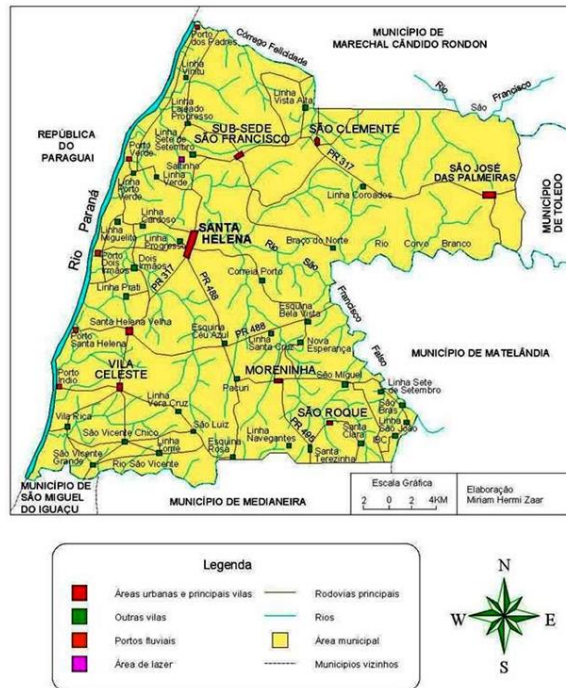
¹⁵ Ibid.

¹⁶ HISTÓRIA de Santa Helena - PR. Disponível em: https://santa_helena.portaldacidade.com/historia-de-santa%20helena-pr. Acesso em 02 jan. 2023.

¹⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1977.

São José das Palmeiras à município e a construção das reservas hidrográficas do Lago de Itaipu¹⁸, as quais tiveram como consequência a reconfiguração territorial de Santa Helena.

Os mapas a seguir apresentam as mudanças geográficas ocorridas no município após o desmembramento de São José das Palmeiras e o alagamento de parte do território de Santa Helena para os projetos da Itaipu Binacional na década de 1980:



MAPA I: Mapa político de Santa Helena - PR em 1970.

Fonte: ZAAR, Miriam; CARNIEL, Solange Maria. Disponível em <<https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1041.htm>>.

¹⁸ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.



MAPA II: Mapa político atual de Santa Helena – PR.

Fonte: ZAAR, Miriam; CARNIEL, Solange Maria. Disponível em <<https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1041.htm>>.

Desse modo, a escolha do recorte temporal delimitado para a análise das fontes deu-se por conta da emancipação político-administrativa do município ocorrido em 1967, visto que a partir desse período diversos meios foram utilizados pela municipalidade – prefeitos e secretaria de educação - na construção de discursos que buscavam atrair moradores para o local, bem como construir uma memória oficial. Dentre os meios utilizados pelo setor público para estes fins, podemos citar a construção de monumentos – dentre os quais citamos o mural produzido por Lenzi Junior que abordaremos mais adiante -, espaços de lazer, realização de entrevistas, divulgação de jornais, escrita de livros didáticos – os quais analisaremos no terceiro capítulo desta pesquisa - e orientações frente ao processo de ensino público municipal.

Tendo em vista então, que as regiões e a história que se conta destas surgem das práticas de significação feita pelos homens, “operações de significação que trazem imanente à sua realização estratégias de poder, de domínio, de controle, de separação, de inclusão e exclusão”¹⁹, no desenvolvimento deste trabalho, analisamos diversas fontes que nos possibilitaram compreender as disputas de poder na busca pela construção, utilização e difusão de determinados discursos sobre a história de Santa Helena, bem como o papel ocupado pelas escolas municipais dentro desse processo.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit, 2008, p. 62.

No tocante a escolha das fontes, elas são entrevistas disponíveis em um site informativo do município (<http://www.correiodolago.com.br/coluna-lista/contando-historias/56/>), entrevistas produzidas com professores da rede pública municipal, o currículo básico regional - que serve de base para os trabalhos realizados em sala de aula -, bem como o livro didático intitulado *História de Santa Helena: Descobrimo e aprendendo*, escrito pelo historiador José Augusto Colodel, distribuído pelo poder público e utilizado por professores da rede municipal de Santa Helena.

Em relação às narrativas orais, torna-se importante salientar a relevância de tais materiais na formulação de novas perspectivas e busca de novas possibilidades para a problematização de discursos estabelecidos na história oficial de determinado espaço, uma vez que:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas.²⁰

Assim, a história oral nos possibilita ter acesso a memórias de sujeitos que participaram de determinados processos históricos e não fazem parte das classes hegemônicas apresentadas neles, colaborando para a construção de novas possibilidades e versões acerca de acontecimentos tratados como oficiais e inquestionáveis pelas autoridades governamentais, bem como para a análise das perspectivas desses sujeitos sobre seu papel nesse processo:

A evidência oral torna possível não apenas o preenchimento de vazios, mas também a redefinição de oque se trata na História local. Ao invés de permitir que os documentos estruturem o trabalho – ou que filtrem categorias de lei, contabilidade ou governo local-, o historiador pode fazer com que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas, tanto no meio doméstico como no trabalho.²¹

Desse modo, enquanto metodologia para a realização e análise das narrativas orais, utilizaremos Alessandro Portelli e Verena Alberti, os quais nos auxiliam e nos guiam na produção e análise de entrevistas. Os autores nos instigam a pensar formas de aproximação com o entrevistado, visto que o historiador

[...] mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação. [...] A diferença cultural entre pesquisador e narrador sujeita este último a estímulos imprevistos, força-o a explorar setores e aspectos da sua experiência

²⁰ PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História: São Paulo, vol. 14, 1997, p. 31.

²¹ SAMUEL, Raphael. **Documentação**: “História local e História oral”. São Paulo: 1990, p. 232 et seq.

que geralmente não são mencionados quando ele conta histórias ao seu círculo imediato.²²

Além disso, os autores atentam para a importância do trabalho de análise destas fontes, uma vez que se mostra necessário que o historiador não apenas produza-as, mas também as analise criticamente, questionando as narrativas para que possa construir com elas novas possibilidades e encontrar respostas, muitas vezes além das perguntadas, identificando e captando as informações e as intencionalidades que o narrador se propôs a apresentar.

Em se tratando da análise do material didático, utilizaremos como referência metodológica Circe Bittencourt, ao passo em que a autora nos auxilia na compreensão dos saberes históricos nos processos educacionais. Sabendo da importância da mediação do professor durante o compartilhamento de conhecimentos em sala de aula e da reflexão necessária durante a escolha dos materiais que serão utilizados, Bittencourt nos ajuda a pensar os usos do material didático, mais especificamente o livro, durante as aulas de história realizadas na rede pública de ensino municipal de Santa Helena, bem como o papel do professor enquanto transformador e guia de saberes.

Assim, através da análise desses materiais, esperamos colaborar para o conhecimento histórico sobre o processo de constituição de Santa Helena – PR e para novas possibilidades de investigação dentro da historiografia sobre a colonização e utilização de parte dessa área como reserva para os projetos da Itaipu Binacional.

Então, mais do que pensar as nuances que envolveram a colonização do município, o alagamento de parte do território e a construção de uma história oficial por parte do setor público, analisamos a utilização do ensino na propagação de discursos oficiais, bem como o papel atribuído aos professores na construção de uma memória coletiva, buscando desconstruir conceitos enraizados na história oficial e que muitas vezes deixam de lado as experiências vivenciadas por grande parte dos sujeitos que participaram desse processo. Dentre esses discursos fundadores, citamos a ocupação calma e pacífica do território que hoje compreende Santa Helena, a colonização planejada e direcionada pelas empresas colonizadoras e o projeto hidrelétrico sob o viés de desenvolvimento econômico local, atentando para as disputas que ocorreram na construção do território, sendo que, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

Os historiadores deveriam estar atentos para as dominações, para as relações de poder, para as alianças e dissensões, para as vitórias e as derrotas, para as lutas e conflitos que levaram à instituição de um dado recorte regional, que definiram suas fronteiras, que

²² PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 20.

inventaram sua paisagem, que definiram o seu habitante, que nomearam, escolheram e instituíram o que seriam as suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos vistos como típicos, como autênticos, como originais, como singulares e específicos.²³

Dessa forma buscamos, através da análise das fontes utilizadas nesta pesquisa, pensar novas possibilidades acerca da reocupação do território, como as disputas por terra ocorridas durante meados do século XX, a participação de sujeitos de diferentes origens e etnias no processo de reocupação e os sentimentos construídos pelos moradores com o desenvolvimento do projeto hidrelétrico, analisando a utilização do sistema de ensino público municipal para a construção e reprodução de uma história que ignora, esconde e nega essas nuances.

Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, concentramos nosso estudo na historiografia local já produzida, tendo em vista a importância da compreensão de tais pesquisas no processo de análise das estruturas de poder instauradas nos discursos oficiais do município. Investigaremos então o transcorrer ao longo dos anos de produções historiográficas que tratam do processo de colonização de Santa Helena-PR, buscando observar como esse processo é tratado nos trabalhos analisados e com quais intencionalidades eles foram produzidos.

Dentre os estudos que tratam sobre a colonização do oeste paranaense, buscamos selecionar os que focam ou discorrem em alguns momentos sobre a colonização de Santa Helena especificamente, visto que ela configura nosso recorte espacial. Escolhemos então analisar os seguintes autores: Ruy Christovam Wachowicz (1987), José Augusto Colodel (1988), Joice Maffisoni (1999), Clarice Welter (2002), Jones Jorge Machado (2002), Sonia Regina Radaelli (2004), Jiani Fernando Langaro (2006), Tatiane Matos da Silva (2015), Talia Mayara Lopes (2018) e Solange Maria Carniel (2022). Tendo em vista que os estudos destes pesquisadores foram produzidos em datas e sobre condições diferentes, a análise de suas pesquisas nos possibilitou observar diversos pontos referentes à construção historiográfica do município de Santa Helena, sobre os quais discorreremos melhor mais à diante.

No segundo capítulo analisaremos entrevistas produzidas em diferentes épocas pelo professor da rede pública estadual João Rosa Correia e publicadas no site informativo Correio do Lago (<http://www.correiodolago.com.br/coluna-lista/contando-historias/56/>), as quais apresentam as narrativas editadas pelo professor para fins de publicação no referido site, bem como contam com fotografias tiradas por ele com os entrevistados e a mapas, documentos e objetos que estes consideravam importantes em suas histórias. Dentre vinte e oito entrevistas referentes ao processo de colonização da área, editadas e publicadas no referido site,

²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit, 2008, p. 63-4.

selecionamos seis nas quais os entrevistados abordam suas experiências durante a chegada no município de Santa Helena e através das quais buscaremos analisar como interpretam o processo de colonização sob o viés de pessoas que se instalaram na região durante o período citado, bem como observar a forma como constroem suas narrativas.

As entrevistas analisadas são Augusta Sebbem (2017), Doralice da Silva (2016), José Granima da Cruz (2015), Valdemar Ribeiro (2014), Antenor Terol – não publicado - e Harumi Kumagai Simo (2018), as quais colaboram com nossa pesquisa ao passo em que revelam novas possibilidades de investigação sobre as vivências dos sujeitos que participaram do processo de reocupação do atual território de Santa Helena durante o século XX. Além delas, analisaremos também a narrativa do próprio professor João Rosa Correia, o qual entrevistamos no ano de 2017 para utilização no trabalho de PIBIC.

Analisaremos tais narrativas com a intencionalidade de compreender o olhar lançado por esses sujeitos ao processo do qual participaram, além de procurar observar as estratégias que utilizam na reafirmação de suas memórias, o que consideram importante citar ou não e sobre quais assuntos se expressam ou silenciam, investigando então a construção de suas narrativas.

O terceiro e último capítulo tem por objetivo compreender como o processo de colonização de Santa Helena é tratado dentro do espaço educacional municipal nos dias de hoje. Dessa forma, buscamos analisar a utilização do espaço de sala de aula na construção e reafirmação de determinados discursos sobre a constituição da cidade.

Para tanto, produzimos sete entrevistas com professores da rede pública municipal que trabalham ou já trabalharam com a história local. Por meio do método história de vida, buscamos perceber como os professores constroem suas narrativas e como observam a chegada de suas famílias no município, além de realizar perguntas norteadoras referentes a suas escolhas profissionais, as estratégias utilizadas pela municipalidade no trato com a história de Santa Helena e o desenvolvimento do trabalho referente à colonização da área que hoje compreende o município. Neste momento serão alterados os nomes dos entrevistados de forma a preservar suas identidades. Os nomes utilizados serão: Maria, Isabel, Marta, Carla, Marcia, Daniela e Inácio.

Analisaremos também a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) da Rede Pública Municipal da AMOP de 2020. Esse currículo foi organizado por educadores de diferentes municípios da região oeste paranaense com o intuito de construir uma proposta curricular que baseasse os conteúdos e os trabalhos realizados em sala de acordo com as especificidades históricas e sociais dos municípios do oeste do estado. Vale ressaltar neste

momento, que essa proposta estruturou o trabalho com a história de Santa Helena aos 4º's anos do Ensino Fundamental, bem como estipulou a necessidade de trabalhar os sujeitos históricos, suas construções sociais e as disputas por terra ocorridas na história do município.

Além disso, investigaremos o livro didático *História de Santa Helena: Descobrimo e aprendendo*, escrito inicialmente nos anos 2000 pelo historiador José Augusto Colodel, e produzido, editado e encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação às escolas para a realização do trabalho referente à história do município, através do qual buscamos pensar as intenções do setor público na utilização de tal material, suas perspectivas e objetivos.

Dessa forma, buscamos com este trabalho problematizar as nuances que perpassam a construção de um discurso oficial referente à construção, colonização e desenvolvimento do município de Santa Helena e, em especial, as formas como a história do município é trabalhada em sala de aula.

CAPÍTULO 1: SANTA HELENA NO CONTEXTO DE REOCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE

1.1 AS AÇÕES OBRAGERAS NO OESTE DO PARANÁ

Neste capítulo, primeiramente abordaremos aspectos da constituição do espaço social onde hoje se localiza o município de Santa Helena, recorte geográfico de nossa pesquisa.

A referência inicial em se tratando da história do Paraná se dá, de acordo com Solange Carniel, com a chegada dos europeus no século XVI.²⁴ Nesse período, a região que até o momento era ocupada por indígenas foi dominada e apossada por Espanha e Portugal, que então dividiram o espaço entre si.

Porém, apesar da divisão entre os dois impérios incluir toda a região que hoje compreende o Paraná, de acordo com Carniel, no início desse processo apenas o litoral registrou maior presença de estrangeiros, o que mudaria apenas no século XIX, através da ação das obrages²⁵, que passam a alterar as configurações sociais do oeste paranaense.²⁶

Em função de acordos firmados entre os governos argentino e brasileiro em 1850, navios brasileiros passam a navegar pelo Rio Paraná para chegar à Província do Mato Grosso, garantindo melhor comunicação entre a província e o restante do país, bem como possibilitando o serviço de cabotagem entre portos brasileiros. Em contrapartida, a Argentina obteve o direito de navegar pela costa brasileira, abrindo a região das barrancas do Rio Paraná à livre passagem e comercio argentino.²⁷

Dessa forma, empresas argentinas passam a realizar as atividades obrageras no oeste paranaense, utilizando de mão-de-obra paraguaia e guarani²⁸ para a extração e exportação de erva-mate e madeira para a Argentina.

²⁴ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.

²⁵ De acordo com Colodel, o termo foi retirado do castelhano e passou a ser utilizado ao se referir às propriedades e/ou explorações de erva mate e madeira que se instalavam em locais de predominância de flora tipicamente adequada ao clima subtropical das regiões argentinas e paraguaias. In: COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960.** Prefeitura Municipal de Santa Helena. Cascavel/PR: ASSOESTE, 1988.

²⁶ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.

²⁷ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

²⁸ Darcy Ribeiro intitula os guaranis utilizados como mão de obra nas obrages como Guaranis Modernos. De acordo com o autor, os guaranis modernos eram descendentes de indígenas que miscigenaram com a população branca. Conhecendo o território, esses sujeitos conseguiam viver nas matas, bem como sabiam distinguir os diferentes tipos de árvores. Além disso, apesar de manter a língua guarani e muitas de suas tradições indígenas, o guarani moderno era uma população que há séculos convivia com a população branca, o que fez com que se

De acordo com Colodel, já no ano de 1858 é aberto o Porto de Santa Helena, através do qual a Companhia Domingos Barthe passa a exportar mate e madeira para a Argentina.²⁹

De acordo com Wachowicz, essa companhia, assim como outras que estavam operando no oeste paranaense, não tinha interesse na povoação da região. Assim, a Companhia Domingos Barthe configurava o que o autor intitula de *obrage típica*: “O homem não era fixado como povoador, ele se instalava, usava da natureza, explorava e ia embora, procurando novas fontes e deixando para trás apenas mata imprestável.”³⁰

Para poder armazenar e transportar a mate e a madeira, Barthe construiu instalações industriais e estradas para escoamento, o que lhe garantiu uma relação de troca com o Governo do Paraná já no início do século XX. Ao colaborar com o desenvolvimento de construções e vias na região, Barthe requeria em troca a compra de extensas faixas de terra devolutas por valores mínimos.³¹

Essa organização social garantiu que a obrage recém-instalada em Santa Helena crescesse em dimensão de tamanho e lucratividade. Em 1901, Domingos Barthe adquiriu o título provisório correspondente a 10.000 hectares de terra na região de Guarapuava, sendo parte dela no território que hoje compreende Santa Helena. Assim, a área de terra do obragero foi ampliada rapidamente, se estendendo por grande parte do oeste paranaense.³²

Ao mesmo tempo em que essas empresas se instalaram na região, ocorre em meados do século XIX a Guerra do Paraguai. Assim, sendo território de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, o oeste do Paraná passa a chamar a atenção de uma parte do setor militar brasileiro que começa a preocupar-se com a utilização desse espaço para fins estratégicos. Então, a Comissão de Guerra do Rio de Janeiro decide pela criação de uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu, região oeste paranaense.³³

Em 1889, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi construída com o objetivo de controlar a ação dos estrangeiros sob a erva-mate e a madeira, além da povoação da região por brasileiros, uma vez que “a presença de paraguaios naquela porção do território paranaense assinalava a precariedade (ou ausência) do domínio sobre as terras em que estavam a percorrer.”³⁴

adaptassem. Sobre o trabalho dos guaranis nas obrages ver: RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

²⁹ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

³⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense**. 2ª. Ed. Curitiba: Vicentina, 1987, p. 65.

³¹ COLODEL, José Augusto. Op. Cit, 1988.

³² Ibid.

³³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

³⁴ MISKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: A colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. Niterói/RJ: UFF, 2009. (Tese de Doutorado em História Social), p. 138.

Porém, as ações da Colônia Militar não obtiveram o resultado esperado, visto as diversas dificuldades enfrentadas pelos militares, seja através da falta de recursos ou mesmo pelo fato das atividades obrageiras estarem envolvidas no cotidiano da população local, fazendo com que até mesmo muitos militares participassem das atividades.³⁵

Sobre isso, Antonio Marcos Miskiw relata que

A extração de erva-mate e de madeira por colonos e militares se tornou moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. As atividades agrícolas e pecuárias deixaram de ser prioridade na administração do tenente Edmundo de Barros. Tal prática atraiu a atenção dos empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contratos com colonos. Aos poucos, diz Domingos Nascimento, a extração de erva-mate e madeira se tornou “garantia única de vida dos habitantes” residentes na Colônia Militar.³⁶

Dessa forma, compreendemos que as atividades obrageiras se tornaram mais do que um sistema de extração e exportação de matérias-primas, pois se configuraram como parte do cotidiano, da economia e da sobrevivência dos moradores da região.

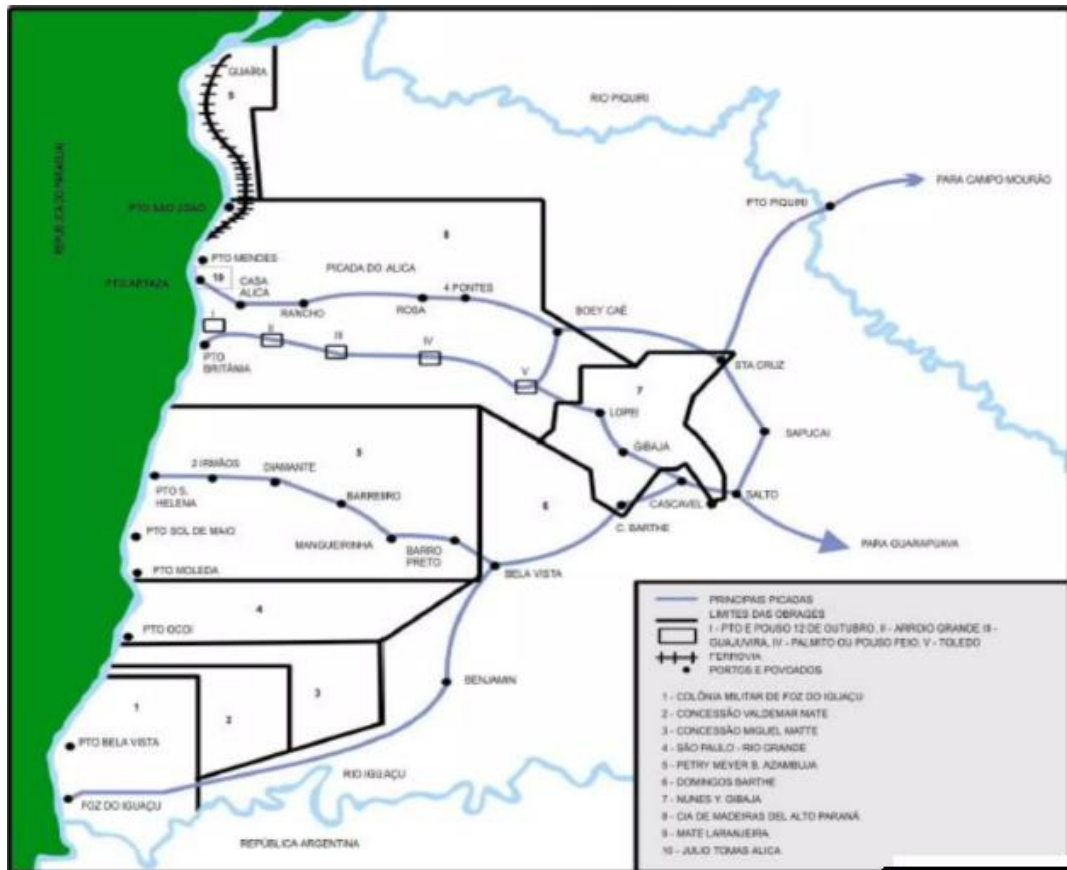
De acordo com Wachowicz esse sistema encerraria suas atividades ao final da primeira metade do século XX, sendo que a passagem da Coluna Prestes³⁷ foi um dos motivos que colaborou para a sua decadência.³⁸

³⁵ MISKIW, Antonio Marcos. Op. Cit., 2009.

³⁶ Ibid, p. 153.

³⁷ A Coluna Prestes se constituiu durante a Revolução de 1924, que foi um movimento militar iniciado em São Paulo e que lutava contra a organização política vigente no país. Para os recém-formados militares revoltosos, os tenentes, o presidente eleito Artur Bernardes representava a corrupção e a fraude. No entanto, os revolucionários de São Paulo não tiveram êxito frente às forças governistas e acabaram por se retirar para o oeste do Paraná, onde se uniram com a coluna vinda do Rio Grande do Sul, formando assim a Coluna Prestes, que continuou sua marcha passando por diversas cidades até seus membros exilarem-se na Bolívia em 1927. In: WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

³⁸ Ibid.



MAPA III: Principais "obrages" no Oeste do Paraná.

Fonte: WACHOWICZ, 1987, p. 64.

O sistema obragero também entrou em decadência a partir de 1930 em função das políticas nacionalistas instauradas no governo de Getúlio Vargas e pelo governo do Paraná, o qual tomou as seguintes medidas para a *abrasileiração da fronteira*³⁹: todos os ofícios, anúncios, calendários, listas ou qualquer panfleto ou cartaz deveria ser escrito em língua nacional; todas os comércios deveriam possuir o valor correspondente à moeda brasileira; as taxas de impostos só seriam cobrados e quitados se efetivados em moeda brasileira; todo o dinheiro estrangeiro em cofres públicos seria convertido em dinheiro nacional; diariamente seriam entregues jornais de Curitiba, para que as pessoas tivessem conhecimento do que se passava no restante do país.

Os governos federal e estadual buscaram não apenas aplicar medidas para a construção de um espaço propício para a colonização brasileira na região fronteiriça, mas sim demarcar o domínio econômico e cultural dessa região.

³⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

Dessa forma, baseando-se na ideia de que o oeste brasileiro se configurava em um grande vazio demográfico⁴⁰, o que, de acordo com Vargas, significava um grande perigo à soberania da nação na região, foi lançada a campanha nacionalista *Marcha para o Oeste*.

Através das mais variadas técnicas de propaganda, construiu a imagem da população marchando em direção à grande obra de construção da unidade nacional. Através da ideologia nela contida, o movimento migratório seria responsável pelo resgate da tradição histórica do país, integrando o homem à terra.⁴¹

Assim, o bordão *Marcha para o Oeste* significava a intenção do governo em intensificar o processo de povoamento de áreas de fronteira do Brasil.⁴²

Por seu turno, o governo do Paraná instituiu o decreto nº 300, através do qual o Estado tomou para si extensas partes territoriais que até então haviam sido vendidas, ou concedidas a obrageros.⁴³ Ao mesmo tempo, empresas colonizadoras gaúchas buscaram expandir-se para o oeste paranaense e catarinense. Getúlio Vargas decide por aproveitar da oportunidade para configurar a colonização da região oeste pelos gaúchos, anunciando a criação do Território Federal do Iguazu.⁴⁴

A partir da criação desse território, extensas faixas de terra em toda a região catarinense e paranaense, localizadas em áreas das fronteiras com o Paraguai e a Argentina, seriam desligadas de seus estados e passariam a pertencer ao governo federal. Tornando esses territórios federais, Vargas poderia continuar seu projeto de nacionalização.⁴⁵

Porém, de acordo com Wachowicz, o objetivo ao criar os territórios federais do Iguazu (no Paraná e Santa Catarina) e de Ponta Porã (no Mato Grosso), não era apenas nacionalizar a fronteira:

Esta era indiscutivelmente a justificativa oficial para a criação desses territórios federais. O objetivo principal não confessado, era abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. Esta colonização seria, tudo indica, muito bem recebida pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Mas, o objetivo do grupo que controlava o governo federal, chefiado pelo gaúcho Getúlio Vargas, era subtrair do controle desses estados a sua parte oeste, para que melhor se atendessem

⁴⁰ Gostaríamos de ressaltar que acompanhamos o questionamento de Schneider em relação à ideia de vazio demográfico, uma vez que o conceito traz a perspectiva de que esse território se encontrava desocupado. Schneider ressalta que muitas pessoas já habitavam a região. SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do PR, 1946-1960)**. Curitiba/PR: UFPR, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

⁴¹ FREITAG, Liliene da Costa. **As fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital: o extremo-oeste paranaense (1937-1954)**. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 1997. (Dissertação de Mestrado História), p. 29.

⁴² CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2002.

⁴³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid.

aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras gaúchas.⁴⁶

Assim, o governo de Vargas constrói a ideia de um espaço onde se torna possível a expansão da colonização gaúcha por meio da ação de companhias colonizadoras do Rio Grande do Sul. Dessa forma, em 1943 foi criado o Território Federal do Iguazu, o qual não durou muito tempo, sendo que Getúlio Vargas foi deposto em 1945 e as áreas devolvidas aos seus estados em 1947.⁴⁷



MAPA IV: Território do Iguazu.

Fonte: Mapas do Paraná. Disponível em: <<http://www.guiageo-parana.com/mapas/territorio-iguacu.htm>>.

O fim do sistema obragero também se deu em função de o governo argentino, buscando livrar-se dos impostos sobre a importação do mate brasileiro, ter iniciado um processo de incentivo ao plantio do mate em seu território. Gradativamente, o mate argentino passou a concorrer com o mate produzido pelas Obrages. De acordo com Wachowicz:

Quando os governos paranaense e brasileiro, no final da década de 1920 começaram a falar em nacionalizar a região [...], encontram o sistema das obrages em franca decadência, o que aliás veio facilitar a aplicação de tal política nacionalista. Quando nas décadas de 1930 e 1940 o sistema implantado não consegue mais encontrar sustentação econômica, inicia-se um processo de recuperação, por parte do Estado do Paraná e de capitalistas brasileiros, do controle da terra na região.⁴⁸

⁴⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987, p. 147.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid., p. 159.

Como pudemos observar, o Oeste do Paraná é uma área que, mesmo antes da instalação das obras, era ocupada por indígenas, muitos dos quais continuaram a viver na região após o fim dessas empresas. Diante disso, entendemos que o processo de colonização ocorrido ao final da primeira metade do século XX deve ser caracterizado como uma reocupação. É esse processo que abordaremos a seguir.

1.2 EMPRESAS COLONIZADORAS NO CONTEXTO DA REOCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE

De acordo com Colodel, a primeira empresa colonizadora a adquirir terra em Santa Helena para o processo de colonização foi a *Meier, Annes & Cia Ltda*, criada por José Petry, Antonio Bittencourt de Azambuja, Alberto Meier, Hans Meier e Roberto Stuber, em 1920. Em se tratando de uma empresa formada por acionistas descendentes de italianos, ela procurou trazer para o local pessoas com a mesma ascendência que seus diretores. Cabe ressaltar que a extensão do título expedido pelo Governo Estadual à essa empresa foi de 250 mil hectares.⁴⁹

Os primeiros compradores, em sua maioria compraram cerca de 10 hectares de terra, que deviam servir para a construção das casas, para a agricultura e criação de animais. Colodel afirma que por conta da distância de centros urbanos, a agricultura de subsistência era necessária para atender as necessidades das famílias.⁵⁰

De acordo com Carniel, o processo colonizador desenvolvido pela *Colonizadora Meier, Annes & Cia* passou a enfrentar dificuldades ao longo do tempo, decorrentes do isolamento da região em relação aos centros populacionais do estado e a atuação das obras instaladas no território, as quais não queriam ser notadas e ter a exploração sobre os mensus denunciada.⁵¹

Assim, apesar do intensivo trabalho de divulgação feito pela companhia, a *Colonizadora Meier, Annes & Cia* acabou por não alcançar bons resultados na reocupação do espaço, vendendo parte de suas terras para a *Colonizadora Alegretti & Cia* em 1921 e o restante à *Industrial, Agrícola e Pastoril do oeste de São Paulo*, em 1924.⁵²

De acordo com Colodel, a propaganda feita no Rio Grande do Sul pelo então corretor da *Colonizadora Alegretti & Cia*, Pedro Ferri, incluía um solo de qualidade, acesso aos rios,

⁴⁹ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.

⁵² Ibid.

facilidade nos meios de transporte, lotes baratos e bem divididos, além de um comércio já estruturado.⁵³

O autor afirma que todos esses itens eram importantes para a instalação e sobrevivência das famílias na região, porém, ao se fixarem em Santa Helena, elas começaram a encontrar dificuldades agravadas pela falta de infraestrutura. Apesar das terras da região serem de boa qualidade, elas não atendiam a todos os requisitos pelas quais haviam sido compradas, como por exemplo o fácil escoamento da produção agrícola para os centros populacionais.⁵⁴

Assim, embora pretendesse nacionalizar e reocupar a região de fronteira paranaense, o governo federal não demonstrava tão forte disposição para suprir as necessidades encontradas pelas pessoas que se instalavam na região, como por exemplo a construção de vias de comunicação e estrutura, o que foram problemas que afetaram a colonização massiva pretendida pelo governo.⁵⁵

Neste sentido, um clima de insegurança pairava sobre os colonos que visavam adquirir um pedaço de terra em Santa Helena:

A total falta de uma infra-estrutura que recepcionasse as levas de colonos que chegavam ao Paraná não era vista com bons olhos e dificultava ainda mais o efetivo processo de ocupação da região. Eram constantes as reclamações por parte dos encarregados das companhias colonizadoras que tinham interesses em colonizar as terras marginais ao rio Paraná, no sentido de um aparente descaso por parte das autoridades governamentais paranaenses quanto à abertura de vias de comunicações mais adequadas, que permitissem uma maior integração da área a ser povoada com centros que já possuíam uma importância comercial mais acentuada, notadamente Guarapuava, Palmas e União da Vitória.⁵⁶

Dessa forma, de acordo com Wachowicz, as tentativas de reocupação do espaço e colonização em pequena propriedade na região oeste paranaense, no início do século XX, fracassaram. “É o caso de Santa Helena, onde fixaram-se cerca de 200 famílias de colonos [...], mas alguns anos após, poucas dessas famílias ainda encontravam-se na região.”⁵⁷

Assim, o governo federal decide por tomar as terras concedidas as empresas de colonização e ambas as colonizadoras, *Companhia Alegretti e Industrial Agrícola e Pastoril do Oeste de São Paulo*, acabam por perder o direito sobre a venda das terras. A concessão é dada então à *Companhia Paranaense de Colonização Espéria Ltda* em 1926, a qual não atendeu às

⁵³ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid, p. 198.

⁵⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987, p. 53.

expectativas do governo frente ao desenvolvimento da reocupação do espaço, visto o interesse mais voltado para a extração de reservas de madeira, do que para a colonização do espaço.⁵⁸

Apesar do mal andamento da colonização sob organização da *Colonizadora Espéria*, a sua concessão apenas foi cancelada em 1942, dado a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. A partir desse momento, o governo mudou os rumos das ações destinadas à fronteira. A Colonizadora Espéria, sendo italiana, bem como todos os colonos italianos aqui instalados sofreram grande repressão do Estado.

Assim, os setores nacionalistas, aliados com grupos econômicos e grandes proprietários rurais viram abrir-se a oportunidade que estavam esperando. Nos centros urbanos, a influência comercial representada pelos súditos do Eixo foi objeto de duros ataques com a finalidade de solapar a sua participação econômica. O governo federal, apoiado por setores da burguesia nacional, dá início a uma política extremamente protecionista. Paralelamente, as fronteiras não são deixadas de lado nessa campanha geral de nacionalismo e protecionismo.⁵⁹

A partir de então, toda a população italiana, alemã e japonesa, que vivia no território brasileiro, foi considerada perigosa pelo governo brasileiro, levando-se em conta o risco que havia de que se organizassem e se rebelassem contra a nação. Assim, em 1942 o governo federal criou uma lei que determinava que todos os habitantes italianos, alemães ou japoneses que não falassem a língua portuguesa deveriam ser retirados da região da fronteira.⁶⁰

Desse momento em diante, as pressões por parte do Estado se tornaram brutais, muitos moradores de Santa Helena foram intimidados, ameaçados e violentados pelas forças policiais. Colodel nos traz um trecho da entrevista realizada por ele a Armando Gallo, morador da cidade:

Eles mandaram desocupar aqui [Santa Helena] os estrangeiros, os italianos puro né, por que estavam na fronteira e tinham medo de uma revolta na fronteira. Achavam que os nossos pais iam de repente se revoltar contra os brasileiros. Então pegaram tudo que era italiano legítimo, levaram tudo embora. Levaram pra Manoel Ribas, fica pra frente de Guarapuava. Largaram num caminhão, que nem bugre. (...) teve gente que apanhou que nem boi na roça por que chegaram aqui três, quatro polícia brasileira e mandaram os nossos pais falar em brasileiro e eles não sabiam. Então dizia: - 'Fala em brasileiro!' - 'Mas eu não sei!' Tapa na cara! Deram prazo de 24 horas pra falar em brasileiro.⁶¹

Obrigados a saírem de suas terras em um curto espaço de tempo, esses moradores tiveram que tentar vender tudo o que tinham a valores baixíssimos, o que para alguns não foi possível, deixando o que não conseguiram vender para trás.

⁵⁸ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

⁵⁹ Ibid., p. 210.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid., p. 210 et seq.

Assim, o processo de colonização de Santa Helena foi interrompido até o ano de 1952, quando a *Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda* adquire do Estado terras em Santa Helena, dando continuidade ao projeto colonizador. A recém-chegada companhia demarcou lotes, construiu estradas e viabilizou que novas famílias advindas preferencialmente do Rio Grande do Sul se instalassem na região, atuando até 1962.⁶²

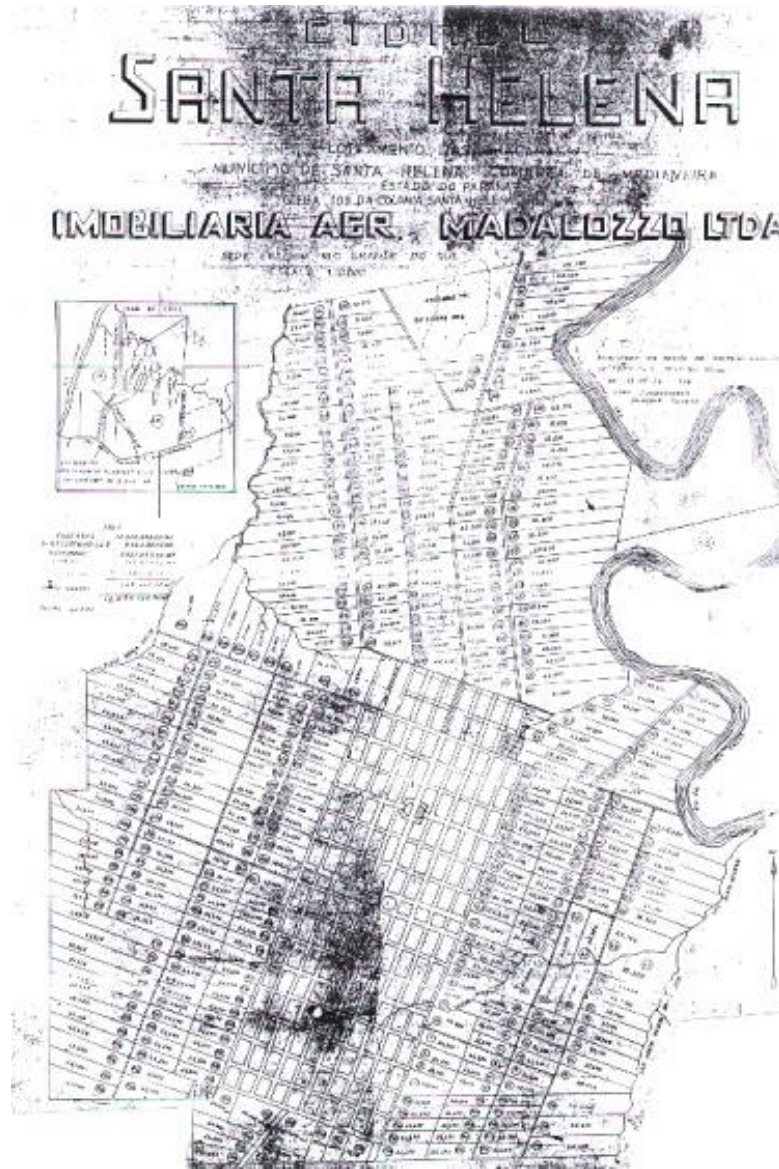


FIGURA II: Área colonizada pela Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda em Santa Helena.

Fonte: CARNIEL, Solange Maria, 2022, p. 60.

Dessa forma, através da propaganda que anunciava terras planas e abundância de recursos naturais para caça e pesca, muitos colonos se fixaram em Santa Helena, sendo criada

⁶² CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit., 2022.

em 1960 a primeira estrada principal na nova sede de Santa Helena Nova,⁶³ a qual hoje corresponde à Avenida Brasil.

Notamos então, que apesar de todo debate que aborda a atuação das empresas colonizadoras em Santa Helena, a historiografia utilizada pela municipalidade apresenta a Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda enquanto a colonizadora que oficialmente construiu o município, sendo destacados os dez anos de atuação desta, o trabalho realizado em prol do desenvolvimento do território e a transformação da Santa Helena Velha em Santa Helena Nova, demarcando um divisor histórico entre um passado colonizatório sem sucesso e um novo município que caminhava em direção ao crescimento.

Cabe lembrar que, no ano de 1982, com a formação do lago da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional, projeto realizado em acordo entre a empresa e o governo federal, ocorreu o deslocamento forçado de muitas famílias que haviam se fixado na região demarcada.⁶⁴

De acordo com Joice Maffisoni, a Itaipu Binacional ofereceu às famílias desapropriadas um valor de compra muito abaixo do que o valor considerado justo pelos moradores, bem como não as deu a possibilidade de recusar a oferta, alegando que todas as pessoas deveriam se retirar do território até data estipulada.⁶⁵ Além disso, muitas famílias alegaram não ter recebido, em momento algum, nenhum valor, nem da empresa, nem do governo federal, afirmando terem perdido então a terra onde moravam.⁶⁶

Jones Jorge Machado afirma que as transformações sociais resultantes do alagamento de parte do município de Santa Helena foram grandes, sendo que, por conta da decepção por ter de se retirar da terra onde moravam sem ter poder de escolha, bem como do valor recebido ser baixo, muitas famílias se mudaram do município, procurando oportunidade de compra de lotes em outras cidades.⁶⁷

Ademais, a utilização de parte do território santa-helenense para os projetos da Itaipu remodelou as estruturas econômicas e ecológicas do município, deixando de lado questões sociais em prol de interesses capitalistas do governo federal.⁶⁸

De acordo com Paulo Schlling,

A Itaipu foi construída dentro de uma sociedade conduzida pelos militares que estavam no poder a pensar o progresso como fator de

⁶³ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ MAFFISSONI, Joice. **Sonhos e Perspectivas das Mulheres Santaelenenses na Colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. (Monografia de Pós-Graduação em História).

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ MACHADO, Jones Jorge. **A formação da classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Monografia de Graduação em História).

⁶⁸ Ibid.

soberania, assim como nas sociedades capitalistas, onde o progresso era visto conforme a abrangência de suas obras. Do ponto de vista social e ecológico, Itaipu foi construída dentro de uma tradição do capitalismo vigente no país, sem nenhuma consideração com o ser humano e para com a ecologia.⁶⁹

Além disso, de acordo com Anadir Fochezatto, diversos moradores concordaram com as justificativas do governo referente ao crescimento econômico que a construção da hidrelétrica traria para o município, porém estas pessoas não se encontravam na lista dos que deveriam sair de suas terras. A autora retrata então que a forma como aconteceu todo o processo de decisões referentes ao alagamento não levou em consideração a opinião ou as necessidades desses moradores. De acordo com ela,

Os maiores interessados, aqueles cujas terras dariam lugar ao reservatório, não foram convocados a participarem das discussões para emitirem opiniões. Não foram convidados porque, na opinião das companhias responsáveis pela construção da Itaipu, os agricultores eram um empecilho para a concretização imediata do projeto.⁷⁰

Dessa forma, podemos compreender que o território onde hoje está situado o município de Santa Helena passou por grandes transformações ao longo das décadas, chegando à constituição territorial que conhecemos hoje apenas após 1985, quando se dá a emancipação do distrito de São José das Palmeiras.

Nesse processo, diversas memórias foram construídas, as quais abarcavam as intencionalidades dos sujeitos sociais. Assim, veremos a seguir o transcorrer da historiografia que se propõem a pensar a reocupação de Santa Helena, buscando perceber a constituição e as disputas de memória que se desenrolaram sobre a colonização do município ao longo das décadas.

1.3 HISTORIOGRAFIA EM DEBATE: OLHARES VOLTADOS À REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA NA DÉCADA DE 80

Neste momento pretendemos discorrer sobre a produção historiográfica voltada ao processo de reocupação do oeste paranaense, dando ênfase ao território que hoje compreende a cidade de Santa Helena. Para tanto, abordaremos alguns autores que se dedicaram a analisar tal

⁶⁹ SCHILLING, Paulo. **Itaipu – geopolítica e corrupção**. São Paulo: Cedi, 1991. Apud: MACHADO, Jones Jorge. Op. Cit., 2002.

⁷⁰ FOCHEZATTO, Anadir. **Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2003. (Monografia de Graduação em História), p. 21.

período e espaço, tendo como objetivo compreender as visões e intencionalidades sobre a escrita da história da região ao longo dos anos.

Como buscamos indicar anteriormente, estando localizado em uma área de fronteira, o território que compreende o atual município de Santa Helena passou, ao longo das décadas, por uma grande movimentação. Diversos sujeitos participaram da constituição do espaço que conhecemos hoje. Porém, alguns desses sujeitos muitas vezes foram deixados de lado na construção da memória oficial construída pelo poder público municipal e pela historiografia da década de 80.

Surgindo como forma de reafirmação dos interesses da municipalidade da época, essa historiografia nasce como uma das primeiras versões sobre a colonização do oeste do Paraná, sendo um primeiro passo para a produção de uma história voltada às necessidades políticas do período. Assim, esses historiadores constroem uma história voltada ao progresso, apresentando uma linha evolutiva da história de Santa Helena e tendo como base marcos pré-estabelecidos considerados determinantes no desenvolvimento desse progresso.

Podemos citar então Ruy Christovam Wachowicz, o qual realizou estudos referentes à colonização do oeste paranaense, lançando em 1987 o *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste do Paraná*⁷¹. Como podemos notar no sugestivo título, a obra apresenta um estudo referente aos sujeitos no processo de colonização do estado, elencando três personagens considerados como importantes para a compreensão desse processo - o obragero, o mensu e o colono -, bem como indica uma sequência através da qual esses sujeitos atuaram e influenciaram sobre a colonização do oeste do Paraná.

É importante que compreendamos as obras de Wachowicz enquanto produtos de seu tempo. Realizando suas pesquisas a partir de meados do século XX, o historiador parte de estudos realizados neste período sobre o oeste paranaense, bem como estrutura sua escrita de acordo com as noções de história objetiva adotadas no período. Assim, tendo em mente as fontes disponíveis e as perspectivas de história que eram utilizadas nas produções historiográficas do período, compreendemos que Wachowicz produziu dentro e para a época e atendendo a interesses específicos, como por exemplo a necessidade em se construir uma linha do tempo dos acontecimentos. Ressaltamos então que, dentro dos interesses, dos estudos e das fontes disponíveis em meados do século XX, o autor escreveu sobre as perspectivas históricas de seu tempo, as quais hoje em dia foram alteradas dentro do campo do fazer historiográfico,

⁷¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

sendo realizados novos estudos por pesquisadores, partindo de outras noções de história, as quais analisaremos mais adiante.

Em seu estudo, Wachowicz se propõem a realizar um levantamento histórico referente ao desenvolvimento da região oeste paranaense e apesar de não dar enfoque para a história especificamente de Santa Helena, cita em alguns momentos o território em questão. O autor realiza uma abordagem referente ao processo de colonização dividido em marcos históricos considerados por ele como relevantes para a compreensão do desenvolvimento da reocupação do território. Dividindo o livro em três capítulos, o autor trata de conteúdos aparentemente considerados por ele como marcantes na história da região: a implantação do sistema obragero, a atuação da revolta de 1924 na região e o processo de colonização.

Um dos marcos considerados importantes pelo autor é a construção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889, a qual é abordada com um avanço sob o olhar lançado para a região, visto o abandono que esta sofria por parte das autoridades governamentais. O autor trata do isolamento social e territorial dado sobre a região com tal ênfase que chega a alegar que, mesmo com a construção da colônia, “Foz do Iguaçu estava como que de costas para o restante do Brasil”⁷², apresentando diversos problemas de funcionalidade da colônia decorrentes da falta de atenção estatal.

Wachowicz dá atenção especial para o turismo em Foz do Iguaçu, apresentando acontecimentos que colaboraram para o desenvolvimento do município, como a construção de estradas de ferro, de hotéis e até mesmo o primeiro médico que se instalou no local. Dessa forma, o autor reserva este momento apenas para uma análise sobre Foz do Iguaçu.

Outro marco abordado pelo historiador é a instalação das obrages no extremo oeste paranaense, as quais chegaram à região no início de 1880. Para Wachowicz, as explorações obrageras tiveram como colaboração a falta de atenção que o território recebia, visto que “para os paranaenses, aquela parte do território ainda era um sertão inculto e desabitado”.⁷³

Neste sentido, ao abordar as construções acerca das produções memorialísticas na historiografia do oeste paranaense, mais especificamente Marechal Cândido Rondon, Emílio Gonzalez analisa a ideia de “abandono” da região:

Essa forma de descrever a região no período pré-colonizador não apenas busca justificar o processo seguinte (ou seja, a colonização propriamente dita), no sentido de pensa-la como algo extremamente necessário, como também passar a ideia de que a “selvageria” (1900-

⁷² WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987, p. 28.

⁷³ Ibid., p. 45.

1945) teria sido sucedida pela “civilização” que as colonizações trariam a partir de 1946⁷⁴

Desse modo, podemos compreender a partir de Gonzalez, que ao utilizar do conceito de *abandono da região*, Wachowicz colabora para a construção de discursos que legitimam o processo colonizador como algo necessário para o oeste paranaense, bem como contribui com a ideia de vazio demográfico, uma vez que, de acordo com Wachowicz, até o momento “nenhum movimento de penetração para o ocidente deixou sequer algum vestígio na região”.⁷⁵

Em seguida, Wachowicz realiza uma minuciosa análise da Revolução de 1924, especialmente da sua ação dentro do território paranaense, citando acontecimentos que ocorreram dentro do processo revolucionário, como cidades tomadas, batalhas, datas e nomes de pessoas consideradas por ele como importantes. De forma detalhada, ele narra os acontecimentos e ações dos revolucionários e dos legalistas. Porém, o autor destina menos importância para a construção de um debate sobre a relação entre os revolucionários e a população que residia na região, sendo que, nas poucas vezes em que isto acontece essas relações são baseadas no medo e na violência.

As consequências da passagem dos revolucionários pela região são apresentadas por Wachowicz da seguinte forma:

A presença de revolucionários paulistas e gaúchos nas regiões das barrancas do rio Paraná, prestou, ao final de contas, um grande serviço para a região. Revelou ao país inteiro, a situação social e econômica em que se encontravam as populações da região. Os revolucionários contribuíram para esta constatação. Os oficiais legalistas também exerceram esta missão. O Brasil, enfim, vai tomar conhecimento em seus mais altos escalões, da dura realidade existente no oeste paranaense.⁷⁶

O autor confere, então, à passagem da Coluna Prestes, o mérito por ter possibilitado que o oeste paranaense fosse desvelado e passasse a receber a atenção e os olhares das autoridades brasileiras.

Outro marco elencado por Wachowicz é o processo de colonização, através do qual o autor apresenta os desdobramentos da ação de empresas colonizadoras na região, em especial seu papel na ocupação territorial e silenciando em relação às migrações autônomas, não vinculadas a essas empresas.

Ao realizar um debate sobre a escolha das empresas do elemento humano que deveria ocupar o espaço, o historiador aponta uma diferenciação entre os sujeitos que participaram

⁷⁴ GONZALEZ, Emílio. Op. Cit., 2003/2004, p. 201.

⁷⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987, p. 45.

⁷⁶ Ibid, p. 140.

desse processo, elencando-os em quatro grupos: os sulistas – vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, os colonos – imigrantes poloneses e italianos migrados do sul paranaense -, os caboclos – vindos dos sertões brasileiros - e os nortistas – frente cafeeira vinda do norte e nordeste do país -, sendo que, destes, apenas os primeiros foram escolhidos pelas colonizadoras para servir de moradores no processo de colonização da área.⁷⁷

Em relação ao grupo intitulado por ele como colono, o autor aponta que de acordo com as empresas, o sul do Paraná era quase desabitado e os moradores que existiam possuíam pouco valor aquisitivo e não teriam o dinheiro necessário para a compra das terras do oeste que estavam muito valorizadas e custavam um alto preço. Os colonos encontrariam então, terras mais baratas em outros lugares do estado como Guaraniaçu e Catanduvas.⁷⁸

Referente aos caboclos, as colonizadoras alegavam que estes possuíam técnicas de agricultura primitivas e inferiores se comparadas às do sulista que eram consideradas por elas como mais evoluídas. Os caboclos seriam aceitos então apenas para a realização de trabalho braçal para o desmatamento da região.⁷⁹

Já os nortistas foram excluídos do plano de colonização das empresas pois, de acordo com elas, não conheciam da agricultura praticada no sul do país, estando acostumados com o clima e o solo do norte brasileiro.⁸⁰

Além do livro *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste do Paraná*, na década de 1980 outro livro foi lançado referente à colonização do oeste paranaense. Trata-se do livro *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*, escrito por José Augusto Colodel, que teve grande importância para a construção da memória pública municipal de Santa Helena. De acordo com Langaro, Colodel foi o primeiro autor a abordar a colonização especificamente do município em questão⁸¹.

É importante que atentemos para o fato de que, escrevendo em fins do século XX, o historiador José Augusto Colodel conduziu suas pesquisas baseado nos estudos disponíveis até o momento acerca do oeste paranaense, incorporando aos seus estudos uma perspectiva objetiva da história. Notamos que, assim como Wachowicz, as pesquisas de Colodel constituem alguns dos primeiros estudos voltados para a ocupação oeste paranaense, sendo estes usados por diversos municípios o oeste emancipados politicamente em meados do século XX como

⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. Cit., 1987.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ LANGARO, Jiani Fernando. **Para Além de Pioneiros e Forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. Uberlândia/ MG: UFU, 2006. (Dissertação de pós-graduação em História Social).

referencial historiográfico para pensar esses processos. Assim sendo, salientamos também a utilização dada às suas pesquisas, uma vez que os livros produzidos por Colodel sobre a colonização de Santa Helena partiram de interesses da municipalidade e contaram com financiamento da administração do município para sua realização e produção, o que nos leva a compreender os estereótipos que o autor reafirma em seus estudos, mais especificamente quanto aos primeiros moradores do território e o seu processo de desenvolvimento coordenado, atendendo aos interesses do oficiais do patrocinador.

De acordo com Langaro⁸², no início da década de 80, partiu da Prefeitura Municipal de Santa Helena, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a iniciativa da construção de um projeto que visava a elaboração e divulgação de uma história oficial do município, buscando lutar contra o esquecimento e preocupada em “trazer à tona a vida e as lutas das populações que fizeram e ainda fazem a história de Santa Helena.”⁸³.

De acordo com Clarice Welter, a construção do livro escrito por Colodel foi possível graças ao desenvolvimento do *Projeto História de Santa Helena* organizado pela Prefeitura Municipal, que foi dividido em duas fases.⁸⁴

Na primeira fase, iniciada em 1987, foram realizadas mais de uma centena de entrevistas com pessoas consideradas pioneiras no processo de colonização do município⁸⁵, às quais foram analisadas e serviram de fonte na escrita do livro já citado, porém não foram publicadas e não estão disponíveis para consulta pública.

A segunda fase do projeto foi iniciada em 1997, sendo produzidos dezenas de depoimentos orais⁸⁶, os quais foram utilizados para a elaboração do livro *Semeadores de Sonhos: História de Santa Helena a partir de 1960*, também de Colodel, o qual também não se encontra disponível ao público.

Fruto da primeira fase, pois foi publicado em 1988, *Obrages e Companhias Colonizadoras* foi uma iniciativa do poder público municipal a fim de construir uma história pautada nos interesses da classe dominante vigente na época – donos de grandes extensões de terra e comerciantes -, com personagens e acontecimentos específicos, além de divulgar e ampliar o acesso da população a esse material.

⁸² LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006.

⁸³ MORANDI, Julio. “Apresentação”. In: COLODEL, José Augusto. Op Cit., 1988, p. 15.

⁸⁴ WELTER, Clarice. **Santa Helena turística: a construção de um discurso**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTES, 2002. (Monografia de Graduação em História).

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid.

Logo na apresentação do livro, o prefeito municipal da época, Julio Morandi, ressalta que

Esta pesquisa é também uma homenagem a todos os pioneiros que, com o suor do seu trabalho, desbravaram e deram forma ao lugar em que hoje vivemos. Não podíamos conceber que todo este passado tão rico em manifestações fosse simplesmente colocado no esquecimento. Alguma coisa precisava ser urgentemente feita para que nós, os nossos filhos e as futuras gerações tivessem acesso a toda essa riqueza⁸⁷

Neste mesmo sentido, Morandi continua ao alegar que essa publicação objetivava que grande parte da população tivesse conhecimento de seu conteúdo. Além disso, deveria servir como ferramenta auxiliar no ensino público: “aos professores o oferecemos como um subsídio didático a ser utilizado nas salas de aula e aos alunos com o sincero desejo de um melhor aprendizado”⁸⁸, reafirmando, dessa forma, os objetivos sobre a implantação da memória que se buscava criar, bem como o caráter social que buscavam alcançar.

Assim, o poder público municipal buscou através do projeto construir uma memória referente à colonização do município. Ao publicar os livros, buscou-se salientar determinadas lembranças em detrimento de outras, definindo o que deveria ser considerado parte dessa memória, o que ficará marcado, e o que o deve ser esquecido ou ignorado.

Vale ressaltar que o livro *Obrages e Companhias Colonizadoras* foi organizado pela prefeitura municipal e editado através de recursos da Itaipu Binacional, o que nos faz pensar os interesses da instituição com a publicação do material. No prefácio do livro, Ney Braga, então Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, explica que a publicação do livro se faz necessário ao ponto em que “agora, com um cenário regional já estabilizado, é o momento de recuperar a memória das origens histórico-culturais dessa colonização, trazendo à tona um passado rico em exemplos e realizações”⁸⁹.

Observamos então a concepção de história apresentada por Ney Braga, a qual nos lembra a *história mestra da vida*. Nesta concepção, a história é vista como fornecedora de exemplos, possibilitando à sociedade se inspirar e repetir sucessos do passado e evitar erros já cometidos.⁹⁰

Ney Braga conclui afirmando que:

É nesse contexto que a ITAIPU Binacional – Projeto Hidrelétrico que alterou as condições sócio-econômicas locais e também passou a ser fator de desenvolvimento para a região – se engaja no esforço de

⁸⁷ MORANDI, Julio. “Apresentação”. In: COLODEL, José Augusto. Op Cit., 1988, p. 15.

⁸⁸ Ibid., p. 15.

⁸⁹ BRAGA, Ney. “Prefácio”. In: COLODEL, José Augusto. Op Cit., 1988, p. 16.

⁹⁰ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Organizado por José Otávio Guimarães. Trad. Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 2003.

recuperar a história de Santa Helena, por entender a importância desse resgate.⁹¹

Ao lermos tais afirmações, nos questionamos o que significa e o que torna um cenário regional estabilizado? Estabilizado frente a qual situação? O que tornava os cenários anteriores como instáveis? Quais sujeitos configuram as origens dessa colonização? Qual a noção de desenvolvimento atribuída ao Projeto Hidrelétrico da Itaipu Binacional?

O livro *Obrages e Companhias Colonizadoras* possui 292 páginas e é dividido em sete capítulos que abordam desde a presença de portugueses e espanhóis no século XVIII na área onde hoje se localiza o oeste paranaense, até o início do trabalho das colonizadoras em meados do século XX. Apresenta uma linha de progresso no processo de ocupação das terras e utilizando de mapas, contratos e entrevistas produzidas por ele e pela equipe do projeto.

Colodel inicia determinando o viés através do qual irá basear seu trabalho, apresentando-o enquanto uma perspectiva evolutiva e romantizada, onde a sociedade, graças ao colono migrante e batalhador, superou seus problemas e construiu o município:

Na busca de melhores alternativas para a construção de seu futuro, migrantes, predominantemente oriundos do Sul do País [...] desbravaram essas terras, trazendo, junto de si, além do elevado sentimento cívico, também suas próprias características culturais e técnicas que propiciaram à região crescer. [...] Esses migrantes se arraigaram à região e se adaptaram às novas condições do clima e do solo, formando cidades de rápido crescimento econômico-demográfico, num período de pouco mais de três décadas, que também coincidiu com o desenvolvimento do Paraná como um todo. A rapidez com que isso ocorreu, a ansiosa determinação de domar a natureza e de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, apesar de serem fortes fatores de pressão, não foram suficientes para abafar o sentimento e o impulso das raízes e da cultura migrantes.⁹²

Desse modo, notamos que as intencionalidades acerca da organização do livro giram em torno da construção de uma memória que abarque a importância dos colonos no desenvolvimento do município, os quais passaram pelas dificuldades de adaptação ao solo e ao clima e, utilizando-se do sentimento cívico e de suas características culturais construíram a Santa Helena como a conhecemos hoje, bem como colaboraram para o desenvolvimento do Paraná como um todo.

Neste momento, busca-se criar e cristalizar uma memória que serviria de referência para as novas gerações de santa-helenenses através de um material que inclusive, ou principalmente, se desencadearia no ensino público municipal.

⁹¹ BRAGA, Ney. "Prefácio". In: COLODEL, José Augusto. Op Cit., 1988, p. 16.

⁹² Ibid.

De acordo com Langaro, a organização dos dois livros escritos por Colodel – *Obrages e Companhias Colonizadoras* e *História de Santa Helena: Descobrindo e aprendendo* - configuravam uma iniciativa oficial da municipalidade que poderia ser dividida em dois momentos: O antes e o pós construção da Hidrelétrica de Itaipu.⁹³

O primeiro momento corresponde a fins da década de 80, quando o município se encontrava em meio a uma crise econômica e social com a recessão nacional, agravada pelos problemas envolvendo a agricultura, a qual foi fortemente prejudicada pela construção do reservatório da Itaipu.⁹⁴

O segundo momento corresponde ao início da década de 90, quando o município buscava formas de superar as dificuldades encontradas, desenvolvendo iniciativas e construindo um ideal de progresso por conta da riqueza advinda dos royalties pagos pela Itaipu.⁹⁵

Assim, para Langaro

Toda a obra desse autor, de maneira geral, parece partir da necessidade de ressignificar-se os marcos de memória local, nesses dois momentos de transformação histórica decisivos do município. Tanto na década de 1980, quando era preciso repensar o que era Santa Helena e para onde o município caminharia, como na década de 1990, quando uma nova imagem, positiva, precisava ser construída sobre o lugar. A partir desses marcos ressignificados, principalmente da “colonização”, a obra parece conectar-se com o processo local geral de constituição de versões do passado.⁹⁶

Dessa forma, a organização dos livros de Colodel dá-se de acordo com a necessidade de instaurar uma memória que ao mesmo tempo em que se adequa às demais já inseridas socialmente através de experiências particulares, também se sobreponha ao ponto de inserir novas concepções que poderiam não se encontrar na memória de uma parcela da população, ou ao menos não da forma desejada pela administração municipal.

Ao analisar o livro *Obrages e Companhias Colonizadoras*, notamos então que Colodel aborda o processo de reocupação do território de Santa Helena através da perspectiva de progresso, através do qual empresas – como os dois principais sujeitos históricos – atuaram no oeste paranaense e colaboraram para seu desenvolvimento. Assim como podemos notar que no título a atenção de Colodel é voltada para as empresas que atuaram no oeste paranaense e influenciaram no processo de reocupação, sendo primeiramente as obras e em seguida as companhias colonizadoras que a substituíram. Assim, o autor dá maior atenção em suas análises

⁹³ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Ibid., p. 44.

para marcos históricos que considera importantes, os quais teriam contribuído para a evolução da área, dando enfoque para aspectos políticos e econômicos da história regional.

Um ponto muito abordado pelo autor é a ineficácia da Colônia Militar em Foz do Iguaçu na busca pela nacionalização da fronteira, visto que a região estaria, desde o final do século XIX, dominada pelas obrages. De acordo com Colodel, essas áreas eram coordenadas por Argentinos, os quais utilizavam a mão de obra de “paraguaios”, que viviam sob o regime de semi-servidão, para a extração de erva mate e madeira que eram transportadas para a Argentina.

97

A instalação de uma Base Militar na região oeste paranaense se tratava de interesses dos militares da comissão de Guerra do Rio de Janeiro em dominar o território de fronteira, controlar a ação de atividades econômicas estrangeiras em território considerado brasileiro, além de povoar a região por brasileiros⁹⁸. Porém, de acordo com Colodel, esses objetivos não foram alcançados por conta da falta de atenção e investimentos dados pelo governo à área. Assim, o autor conduz o início de seus debates através da ideia de que a região estaria, então, em completo abandono.⁹⁹

Diante desse cenário construído pelo autor, ele analisa os personagens que compõem o espaço social obragero, citando a divisão hierárquica dentro das obrages e buscando apresentar uma visão específica sobre o mensu¹⁰⁰. Ao longo de seu debate referente às atividades realizadas pelos trabalhadores nesse espaço, o autor, apesar de admitir a existência de alguns casos de resistência por parte dos mensus, acaba por restringir sua participação social ao papel ocupado no trabalho das obrages, alegando que a violência sofrida por eles,

Embora corriqueira dentro de praticamente todas as obrages, tinha como contrapartida o silêncio mais completo por parte de quem a sofria. Embora fossem sabedores de todas as arbitrariedades que eram cometidas pelos capatazes e/ou por seus capangas os mensus procuravam evitar qualquer tipo de comentário sobre as suas reais condições de trabalho nas obrages.¹⁰¹

Dessa forma, apesar de demonstrar por vezes o interesse em apresentar o trabalhador enquanto sujeito atuante socialmente na época, Colodel acaba por condicionar sua existência às relações entre capataz e mensu, ignorando todas as possibilidades de relações existentes dentro do espaço obragero, sejam elas relações entre colegas, esposas ou familiares.

⁹⁷ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Termo utilizado por Colodel que, de acordo com o autor provém do espanhol e significa “mensalista” ou “mensual”. Era atribuído aos trabalhadores paraguaios que realizavam atividades nas obrages. In: Ibid.

¹⁰¹ Ibid, p 68 et. seq.

É perante esse quadro que a Coluna Prestes, fomentada pelos ideais nacionalistas dos militares gaúchos, encontra-se com a história de Santa Helena na década de 1920. A Coluna Prestes é abordada por Colodel como um marco humanizador que, ao passar pelas obrages do oeste paranaense, libertou muitos mensus das condições de servidão em que se encontravam.

102

O autor afirma que o modo de vida ao que os mensus estavam submetidos *chocou* os revolucionários. Assim, “ao mesmo tempo em que combatiam as forças bernardistas, os destacamentos revolucionários penetravam nas grandes obrages e procuravam, na medida do possível, libertar os mensus do estado quase servil a que estavam atrelados”¹⁰³, “queimando, inclusive, toda a papelada contábil das obrages à qual também estavam presos esses indivíduos”¹⁰⁴.

Além disso, de acordo com o autor, ao passo em que confirmavam a existência dos obrageros e do sistema de extração de erva mate e madeira no território de fronteira, os revolucionários de Prestes chamavam a atenção, em nível nacional, para o “descaso” das autoridades governamentais frente à exploração de recursos naturais brasileiros por parte de obrageros.¹⁰⁵

Colodel reafirma então a passagem da Coluna Prestes como acontecimento determinante para o declínio das atividades obrageras em território paranaense, alegando que

O importante a ser ressaltado, é que depois da passagem das tropas revolucionárias pela Região Oeste do Paraná, as obrages – além de outros condicionantes internos e externos que já destacamos -, iniciaram o seu processo de decadência e deixaram de existir definitivamente nos anos subsequentes à Revolução de 1930.¹⁰⁶

Desse modo, mais uma vez ganha força a narrativa acerca do abandono em que se encontrava a região oeste do Paraná, reafirmando a ideia de que o território precisava ser salvo de algo. Assim, ao passarem pela região e denunciarem as atividades extrativistas nela desenvolvidas, os revolucionários estariam auxiliando para que o governo ficasse ciente das ações estrangeiras na área e tomasse decisões acerca da libertação da fronteira paranaense das mãos de estrangeiros.¹⁰⁷ Colodel acaba, então, por reforçar a ideia da necessidade das iniciativas do governo acerca do processo de nacionalização das fronteiras, valorizando as ações dos tenentistas rebeldes como responsáveis por terem expulsado as obrages do território e

¹⁰² COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

¹⁰³ Ibid., p. 157.

¹⁰⁴ Ibid., p. 159.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ibid., p. 158.

¹⁰⁷ Ibid.

possibilitado que os “verdadeiros colonizadores” entrassem em cena através das empresas colonizadoras.

Outro marco abordado pelo historiador é o início das atividades desenvolvidas pelas colonizadoras, as quais teriam determinado o começo da chegada dos moradores no território hoje conhecido como Santa Helena. Neste momento, Colodel aponta que as primeiras migrações para o local iniciaram-se no ano de 1920 quando acontecem as transações de terra entre a companhia Meier, Annes & Cia Ltda e a Alegretti & Cia, apesar de afirmar que, no momento da venda de parte do território, a Meier, Annes & Cia Ltda já havia instalado alguns colono na região.¹⁰⁸

Ao longo da narrativa, o autor apresenta cada uma das empresas colonizadoras que receberam a concessão de terras do governo do Estado e tiveram autorização para a realização de venda de lotes a migrantes durante o processo de colonização da região, afirmando que a área apenas foi colonizada através da Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda a partir da década de 1950. Como explicação a isso, o autor afirma que as outras colonizadoras que possuíam os direitos sobre a venda da terra antes, tinham maior interesse na exploração da madeira que havia na área determinada, do que com a venda dos lotes, o que era exigência do governo estadual¹⁰⁹, enaltecendo a Agrícola Madalozzo como o modelo de colonizadora e enquadrando as outras empresas como interessadas apenas na exploração dos recursos naturais.

Dessa forma, ao basear todo o processo de colonização do território aos trabalhos realizados pelas colonizadoras, Colodel acaba por apagar o processo de migração espontânea, dando a entender que as movimentações não se davam através dos sujeitos que decidiam por transferir-se de uma cidade a outra, mas sim através das decisões das empresas de colonização.

Além disso, ao longo da obra, Colodel aborda os grupos de migrantes que chegaram à região, priorizando em seus estudos os grupos de descendentes de italianos, apontando que a primeira colônia instalada nos arredores do Porto de Santa Helena vivia sob os moldes das colônias italianas do sul do Brasil¹¹⁰, valorizando uma perspectiva que justifica essa ocupação por conta do clima e da necessidade de mão de obra específica.

No transcorrer do livro, é citado por diversas vezes o interesse das empresas colonizadoras na venda de lotes a descendentes de italianos provenientes do Rio Grande do Sul, sendo deixado de lado qualquer debate referente à migração de outras regiões ou mesmo de outras pessoas que não italianos para o território. Além de colaborar para a ideia de colonização

¹⁰⁸ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

direcionada aos moldes das colonizadoras e para o silenciamento referente as migrações espontâneas, isso também diminui a participação de outros grupos que se fizeram presentes nesse processo, como por exemplo nordestinos e nortistas.

Nesta perspectiva, apesar de relatar a presença de moradores paraguaios no território, em sua obra *Colodel* os trata sempre como meros trabalhadores que estavam instalados na região para a realização de tarefas de extração nas obrages, ou como invasores, não sendo considerados como parte desse processo de ocupação enquanto imigrantes. Assim, o autor separa “colonos” e “paraguaios” em dois grupos distintos, delimitando quais seriam os sujeitos merecedores da terminologia “colonizador” e excluindo, por meio da linguagem, os trabalhadores paraguaios e indígenas que já se encontravam no território antes da chegada dos italianos.

Exemplos disso são os momentos em que o autor cita as relações entre os sujeitos que estavam inseridos nesse espaço. Ao abordar as festas que ocorriam na região, *Colodel* cita que

Para essas ocasiões, os colonos não tinham o costume de convidar os mensus, mesmo que alguns desses peões estivessem fazendo empreitadas em suas propriedades. Isto se devia ao fato de os colonos considerarem os paraguaios muito beberrões e brigões e temessem que sua presença atrapalhasse a festa.¹¹¹

Em outro momento, o autor cita que o porto de Santa Helena, que havia entrado em decadência após o fim das ações obrageras no oeste paranaense,

Servia como refúgio para muitas famílias de peões paraguaios que, com a falta de trabalho, por ali perambulavam. Para alguns colonos, a sua presença algumas vezes era tida como incomodativa pelo receio que a falta de serviço os levasse ao roubo e a outros tipos de infrações.¹¹²

Assim, notamos que ao se referir aos grupos de paraguaios, *Colodel* sempre os dissocia do restante dos moradores considerados colonizadores do território, os quais fazem parte do grupo afirmado perante a construção do migrante ideal.

Além disso, o autor trabalha o processo de colonização de Santa Helena sob a ótica da harmonia, apresentando um espaço tranquilo, onde as pessoas se relacionavam de forma pacífica, ajudando novos moradores recém-chegados e auxiliando os vizinhos nas construções e soluções de problemas corriqueiros.¹¹³

Neste sentido, o autor confere significativa importância ao estudo das atividades de caça, bem como para os eventos religiosos e os bailes organizados pela comunidade, sempre

¹¹¹ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988, p. 269.

¹¹² Ibid., p. 257.

¹¹³ Ibid.

realçando a união dos moradores durante a realização das atividades em grupo, como por exemplo no momento em que aborda a procissão realizada em homenagem à Santa Helena: “A festa contava com a colaboração de toda a comunidade. Os colonos se reuniam e contribuía com o que podiam. Alguns mais abastados, doavam uma vaca; outros, doavam porcos, galinhas e prendas diversas”.¹¹⁴

A partir dessa perspectiva, Colodel apresenta em seus estudos um processo de colonização harmoniosa que acaba por ocultar as tensões que decorrem do encontro de culturas, bem como as disputas por terra que possivelmente teriam ocorrido em se tratando de um espaço em processo de reocupação territorial, especialmente com todas as lacunas que ficavam referentes ao direito à terra após as diversas sucessões de empresas colonizadoras.

Nesse sentido, cabe lembrar as reflexões de Emílio Gonzalez ao analisar a produção de marcos memorialísticos na historiografia da região oeste paranaense, mais especificamente Marechal Cândido Rondon. Ele afirma que o poder público dessa região buscou construir uma memória oficial que valorizava determinados locais e sujeitos sociais hegemônicos, almejando, assim, fixar essa memória como única e incontestável, determinando quem teria o direito de narrar.¹¹⁵

Para que isso fosse possível, “tornava-se necessário negar a existência da diferença, do conflito, da divergência, apresentando como consenso valores e visões de mundo que haviam sido estabelecidos por meio de relações de poder”¹¹⁶

Dessa forma, as tensões aparecem na obra de Colodel em pequenos momentos, sendo apenas mencionados sem qualquer aprofundamento sobre os motivos que levavam a determinadas situações ou como elas se desenrolavam.

Observamos então, que através do livro *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960* Colodel constrói o transcorrer do processo de colonização de Santa Helena baseado na construção de grandes marcos históricos, os quais utiliza como meio para reafirmar determinadas perspectivas sobre a história de Santa Helena, dentre as quais a colonização direcionada, a valorização do colono descendente de italiano e a exclusão dos confrontos ocorridos em decorrência da luta pela terra.

Através da obra, o poder público municipal pôde construir uma versão sobre como Santa Helena se desenvolveu, dando ênfase para pontos específicos e deixando outros de lado, determinando o que, de acordo com eles, merece ser lembrando e o que deve ser esquecido.

¹¹⁴ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 1988, p. 250.

¹¹⁵ GONZALEZ, Emílio. Op. Cit., 2003/2004.

¹¹⁶ Ibid., p. 189.

Assim, enfatiza-se uma história econômica dividida em marcos de progresso e fundada na harmoniosa colonização italiana de migrantes vindos do Rio Grande do Sul, os quais, através de muito suor e trabalho, enfrentaram as adversidades e construíram o município de Santa Helena.

Cabe destacar neste momento, que a obra em questão foi utilizada para o desenvolvimento de um livro didático em 2000, intitulado *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo* escrito por Colodel e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena, o qual será analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

Compreendemos então, que a historiografia lançada na década de 1980 baseia-se na busca de arquivar um grande número de dados informativos, através dos quais se construiu uma linearidade acerca dos acontecimentos, delimitando eles em marcos históricos considerados importantes para a compreensão dessa história.

Essa historiografia foi por muito tempo considerada a base para a análise do processo de reocupação do oeste do Paraná. Porém, em finais da década de 1990 e início dos anos 2000, novos historiadores se propuseram a pensar as nuances que transcorreram durante esse processo. Essa nova historiografia se propôs a sanar as lacunas deixadas pela historiografia mais antiga referente às relações entre os sujeitos que se envolveram dentro da colonização de Santa Helena, propondo novas questões, novas possibilidades e novas descobertas acerca da reocupação do oeste paranaense. Dentre esses autores, apresentaremos os debates realizados por Joice Maffissoni, Clarice Welter, Jones Jorge Machado, Sonia Regina Radaelli, Jiani Fernando Langaro, Tatiane Matos da Silva e Solange Maria Carniel.

1.4 HISTORIOGRAFIA RECENTE: NOVAS POSSIBILIDADES ACERCA DA REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA

Iniciamos esse debate com o estudo de Maffissoni. Em sua monografia apresentada em 1999 no curso de História da UNIOESTE para a obtenção do título de especialização, intitulada *Sonhos e perspectivas das mulheres santaelenenses na colonização do oeste do Paraná*¹¹⁷, Joice Maffissoni busca trazer as mulheres para os holofotes como protagonistas dos estudos sobre o processo de colonização de Santa Helena uma vez que, de acordo com a autora, a historiografia existente até o momento abrangia a figura feminina como secundária. Assim, a

¹¹⁷ MAFFISSONI, Joice. Op. Cit., 1999.

autora analisou as entrevistas realizadas por José Augusto Colodel e por funcionários da prefeitura municipal quando buscavam construir o livro *Obrages e Companhias Colonizadoras*, de forma a identificar a reocupação da região oeste paranaense através do olhar das mulheres, atentando para suas vivências e interesses dentro desse espaço.

Em seu trabalho podemos identificar os significados que a colonização da área que hoje compreende Santa Helena teve para as mulheres que participaram desse processo. Apesar das peculiaridades que envolvem as memórias dessas pessoas, bem como classe social e etnia – as quais colaboram para visões e opiniões diferentes em relação a processos em comum -, uma questão foi levantada por todas as narrativas: a família.

Assim, os pontos aos quais as entrevistadas deram prioridade de fala giravam em torno do marido e dos filhos e todas as lembranças recordadas reafirmavam o que consideravam bom ou ruim para a família. Ao falarem sobre a chegada na área, algumas mulheres lembraram dos filhos que sofreram com feridas resultantes da alta quantidade de mosquitos, por exemplo, bem como algumas citaram questões que nos ajudaram a compreender melhor a luta pela terra na região.

De acordo com as narrativas dessas mulheres, diversos eram os embates travados entre os posseiros e os jagunços durante a reocupação da região oeste paranaense. Muitas pessoas morreram – elas citam mais especificamente vizinhos mortos e o medo de que algo acontecesse com os filhos e os maridos. Estes embates foram marcados também por diversas formas de resistência, citando, inclusive, a criação de uma comissão de posseiros a fim de denunciar as arbitrariedades realizadas pelos jagunços, bem como lutar pelos seus interesses.¹¹⁸

Em relação à construção da barragem de Itaipu, em suas narrativas essas mulheres afirmaram que se tratou de um mau negócio para os moradores, pois desvalorizou as terras, bem como distanciou as famílias. Podemos citar o caso específico de Alvina Vobeto, a qual, de acordo com a autora,

Vê a política da Itaipu Binacional como um mau negócio, onde seus filhos, ao terem suas terras indenizadas, perderam muito em valores, bem como nas suas condições de vida. Lembra que as terras deles eram boas e sempre conseguiam uma boa produtividade, e o mais importante por eles estarem morando perto dela.¹¹⁹

Assim, Maffissoni aborda novas perspectivas acerca da colonização da região, apontando os embates por terra decorrentes tanto do processo de reocupação do território desde

¹¹⁸ MAFFISSONI, Joice. Op. Cit., 1999.

¹¹⁹Ibid, p. 56.

início do século XX, quanto dos interesses da Itaipu Binacional nas terras do município na década de 1980.

Em 2002, Clarice Welter apresentou seu trabalho de monografia no curso de História da UNIOESTE, intitulado *Santa Helena Turística: A construção de um discurso*¹²⁰, no qual debateu a constituição de um ideal sobre as atividades turísticas desenvolvidas em Santa Helena a partir da construção do reservatório da Itaipu.

A autora afirma que a partir do anúncio de que as famílias deveriam se retirar de suas casas até data estipulada para que a empresa pudesse utilizar do espaço, muitos moradores se reuniram e buscaram diversas formas de resistência. Algumas famílias se negaram a sair de suas casas de início, outras buscaram formas de negociar valores maiores do que os oferecidos, bem como diversas pessoas se reuniram e acamparam por dias em frente à empresa lotada em Santa Helena.¹²¹

De acordo com Welter, muitas famílias abandonaram a região após as disputas por terra travadas entre elas e a Itaipu Binacional, o que, em conjunto com a perda de áreas propícias ao plantio, colaborou para uma crise econômica e social no município. Assim, a autora analisa o processo de construção do discurso de cidade turística realizado pelo então prefeito municipal Silom Schmidt, em conjunto com a Câmara de Vereadores, na busca de uma solução para os problemas enfrentados.¹²²

Neste mesmo sentido, caminham as reflexões de Jones Jorge Machado em sua monografia realizada em 2002 no curso de História da UNIOESTE e intitulada *A formação da classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena*¹²³. O autor buscou investigar como foi construída a categoria dos pescadores em Santa Helena, seu papel na constituição do atual município, bem como qual seu espaço dentro dos discursos oficiais da municipalidade.

Machado também apresenta uma discussão sobre o processo de construção do discurso voltado para o turismo como saída encontrada pela administração municipal para desenvolver a economia do município após a perda de extensas faixas de terra em função da construção da Itaipu Binacional.¹²⁴ Machado afirma que o poder público municipal encontrou então no turismo o estímulo para a atração de visitantes e moradores, alterando o discurso que antes era voltado para o trabalho e passando a construir um discurso de cidade turística.¹²⁵

¹²⁰ WELTER, Clarice. Op. Cit., 2002.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

¹²³ MACHADO, Jones Jorge. Op. Cit., 2002.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid.

Sonia Regina Radaelli também se dedicou a analisar os discursos construídos pela municipalidade referentes à história local. Em sua monografia apresentada no curso de História da UNIOESTE em 2004 e intitulada *Coisa de alguém, não comum: Conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980)*¹²⁶, a autora afirma que outro ponto que merece atenção para debate na história do município é o discurso da “colonização harmoniosa”.

De acordo com Radaelli:

O discurso hoje proferido de cidade do progresso, cidade turística, terra das águas, esconde uma dura realidade de pessoas que ainda hoje trazem uma “memória de luta”, reflexo do violento processo que foi a busca pela posse de terra em nossa região. Memória esta, muitas vezes esquecida e silenciada pela historiografia oficial.¹²⁷

Para ela, o processo de colonização foi bastante tumultuado, sendo marcado não apenas pela violência física, mas também pela violência psicológica, realizada geralmente pelos jagunços¹²⁸. Em uma análise da entrevista que realizou com João Baiano, morador do município, Radaelli conclui que

Diante desse depoimento, podemos perceber o caráter violento que atingiu estes conflitos. Ouvindo as pessoas comentarem parece que a morte de alguém nesses locais não representava nenhuma novidade. Como diz o seu João Baiano: “naquela época não tinha lei, não tinha nem processo, não tinha nada. O negócio era a lei do cão, era mata mesmo”.¹²⁹

Além disso, sobrepondo-se à ideia de *colonização organizada* difundida pela historiografia tradicional, Radaelli aponta que diversos sujeitos se instalaram na região sob diversas formas, sejam elas a compra diretamente das empresas colonizadoras, compra direta com outras pessoas ou mesmo através da posse.¹³⁰ A relação entre esses sujeitos também envolveu diversas disputas pela posse e propriedade da terra.

Jiani Langaro, em sua dissertação apresentada em 2006 ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e intitulada *Para Além de pioneiros e forasteiros: Outras histórias do Oeste do Paraná*¹³¹, analisa a história de Santa Helena construída e propagada pelo poder público municipal na década de 1980. Langaro enfoca as outras histórias que perpassaram o processo de reocupação do local, alegando que as versões

¹²⁶ RADAELLI, Sonia Regina. **Coisa de Alguém, Não Comum: Conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980)**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2004. (Monografia de Graduação em História).

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Radaelli denomina jagunços como “pistoleiros de ofício”, os quais eram contratados para realizar diversos tipos de crimes, visto suas habilidades no uso de armas. In: Ibid.

¹²⁹ Ibid., p. 32.

¹³⁰ Radaelli denomina posseiros como pessoas que tomam a posse de determinado espaço de terra, vivem e trabalham nela, mesmo ela não sendo legalmente sua. In: Ibid.

¹³¹ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006.

acerca desse processo não se opõem uma à outra, mas sim inter-relacionam-se, visto que muitas são construídas em consonância com as versões públicas.¹³²

Analisando a escrita de Colodel, Langaro faz questionamentos sobre a construção e cristalização de uma memória triunfante referente à reocupação de Santa Helena, enfatizando o importante papel ocupado pelo ensino e pela imprensa na difusão e na instauração de uma história oficial construída pela municipalidade e legitimada pela cientificidade do historiador.

De acordo com Langaro, “a memória da “colonização” e dos “pioneiros” de Santa Helena, compreendida de maneira excludente e harmônica, é dominante na “esfera pública” local”¹³³. Sendo assim, o autor procede uma análise que abarca a historiografia vigente na sociedade, bem como jornais da época e monumentos e lugares de memória construídos pela cidade, buscando pensar como se deu a construção dessa memória pública.

Ao iniciar a análise dos monumentos construídos na cidade, o autor apresenta importantes reflexões sobre os significados que os termos “colono” e “agricultor” ocupam socialmente, visto que, de acordo com ele, ambos são constantemente confundidos¹³⁴. Como exemplo, Langaro utiliza a praça intitulada “Praça do Colono”, a qual possui o seguinte monumento que remete aos agricultores:



FIGURA III: Estátua na Praça do Colono.

Fonte: LANGARO, Jiani Fernando.¹³⁵

¹³² LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006.

¹³³ Ibid., p. 54.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid., p. 57.

Além disso, este monumento apresenta a data comemorativa de 25 de julho, que regionalmente é comemorada como o dia do agricultor. Ao analisar discursos presentes na Revista Região, Langaro constata que

A ideia teria sido homenagear o agricultor e a data escolhida seria uma alusão ao dia 25 de julho de 1824, quando os primeiros “imigrantes alemães” teriam chegado ao estado. Tenta estabelecer, assim, de maneira semelhante a certas obras historiográficas da região, uma continuidade entre as trajetórias dos agricultores da região com a “colonização” promovida, neste caso, pelos imigrantes europeus, mais precisamente alemães, chegados no país durante o século XIX.¹³⁶

Neste momento, as memórias entorno do agricultor e do colono se misturam, sendo que o agricultor passa a configurar o “desbravador”, personagem principal do processo de colonização.

O autor apresenta, ao longo da pesquisa, diversas imagens de praças e monumentos históricos em diferentes espaços do município procurando discutir a importância desses monumentos para a sociedade da época em que foram construídos, bem como quais objetivos procuravam atingir.

Para exemplificar, apresentaremos dois monumentos analisados por Langaro. Ambos estão expostos no Terminal Rodoviário de Santa Helena. Uma delas apresenta o busto de Marino de Carvalho Silva, que evoca “a imagem de um homem forte e sério, digno de ser homenageado como “pioneiro” ou “desbravador”¹³⁷, porém vestido com terno e gravata, o que foge do padrão social normalmente empregado ao colono, uma vez que este é associado ao agricultor:

¹³⁶ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006, p. 55 et. seq.

¹³⁷ Ibid, p. 73.



FIGURA IV: Estátua de Marino Silva na Rodoviária Municipal.

Fonte: LANGARO, Jiani Fernando.¹³⁸

Cabe nesse momento ressaltar que Marino Silva foi considerado o primeiro morador da sede do município, sendo assim, apesar de não ser descendente de italianos ou alemães, foi enquadrado enquanto pioneiro.

A outra escultura apresenta elementos bem diferentes da primeira, “seu formato lembra uma pessoa de chapéu, imagem típica do “colonizador”. Além disso, é possível notar outros elementos como um barco e sementes de soja, o que pode lembrar a agricultura contemporânea do município e a navegação de outrora, no rio Paraná.”¹³⁹

¹³⁸ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006, p. 73.

¹³⁹ Ibid., p. 73 et. seq.



FIGURA V: Estátua do colono da Rodoviária Municipal.

Fonte: LANGARO, Jiani Fernando.¹⁴⁰

Nesses dois monumentos, Langaro observa como a construção das memórias vai se modificando ao longo do tempo, de acordo com os interesses políticos e sociais da época, bem como as intencionalidades em propagar essas memórias em um local que se configura a porta de entrada do município, local onde o fluxo rodoviário acontece.¹⁴¹

Porém, ao mesmo tempo em que buscou “atualizar” uma parte de sua memória, de acordo com Langaro, a municipalidade manteve a base dessa construção. Para ele, não é possível afirmar que houve uma retratação histórica referente à presença e à figura do pioneiro.¹⁴²

O historiador analisa outro monumento: o Portal dos Pioneiros. A obra foi construída na década de 2000, visto as atividades que já haviam sido desenvolvidas na Base Náutica durante os Jogos Mundiais da Natureza que ocorreram no local, e teve como objetivo “a intenção de apresentar às pessoas que o visitavam, sejam turistas ou moradores do município,

¹⁴⁰ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006, p. 74.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Ibid.

a noção de que Santa Helena teria começado ali, na “colonização” de 1920 e não em outro momento, como no período anterior, com os povos indígenas”¹⁴³



FIGURA VI: Portal dos Pioneiros.

Fonte: LANGARO, Jiani Fernando.¹⁴⁴

Em outro momento, o autor realiza a análise do Painel Histórico do artista Lenzi Júnior, localizado na praça Orlando Webber, o qual retrata a história de Santa Helena através do viés econômico e do turismo, dando ênfase à importância do Rio Paraná e colaborando com a história linear, evolutiva e harmônica divulgada pelo poder público municipal.¹⁴⁵

¹⁴³ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006., p. 76.

¹⁴⁴ Ibid., p. 75.

¹⁴⁵ Ibid.



FIGURA VII: Painei Histórico na Praça Orlando Webber.

Fonte: LANGARO, Jiani Fernando.¹⁴⁶

Em seu estudo, Langaro também faz uma análise detalhada de livros, monumentos, recortes de jornais e do hino municipal de Santa Helena, através dos quais apresenta a construção da memória sobre a história do município, realizada pelo poder público municipal. Segundo ele, tais materiais cristalizam uma memória pública que busca projetar um processo de colonização coordenado, harmonioso e acima de tudo inquestionável, através do qual diversos sujeitos, suas memórias e as tensões sobre as quais viveram são silenciadas em prol do projeto de desenvolvimento almejado pelo poder público municipal.¹⁴⁷ Essa memória hegemônica busca difundir-se socialmente através de diversos meios de comunicação e de expressão, estando nas praças, nos jornais, nos calendários, nas escolas, nos discursos.

Em seguida, Langaro aborda as outras histórias, que não são difundidas pela municipalidade, a partir da produção e análise de entrevistas orais. Através delas, é possível perceber vivências que permitem questionar algumas afirmativas feitas pelo poder público, como é o caso da construção sobre a colonização harmoniosa.

De acordo com Langaro, diversos conflitos ocorreram durante o processo de reocupação da terra, decorrentes de interesses, hábitos e costumes diferentes entre as populações. De acordo com o autor, existia, uma “dificuldade de conseguir-se conviver, não apenas com a desigualdade

¹⁴⁶ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006., p. 67.

¹⁴⁷ Ibid.

existente nas relações sociais, mas também com a diversidade de maneiras de viver que compunham a sociedade que se formava na região”¹⁴⁸.

O autor afirma também que as famílias que chegavam em Santa Helena durante o processo de colonização encontravam diferentes formas de fixação nas terras. Além disso, aborda a migração dessas pessoas por diversos motivos, colaborando para um novo olhar sobre a “colonização planejada” divulgada socialmente pelo governo municipal.¹⁴⁹

Outra questão abordada por Langaro envolve a memória já construída sobre a colonização sulista. De acordo com o historiador, diversos sujeitos estiveram presentes nesse processo, dentre eles os nordestinos, que sofreram atitudes preconceituosas de sulistas. Além disso, a pesquisa apresenta narrativas identitárias. É o caso da entrevista de Ernesto Albuquerque. Langaro afirma que é possível perceber que o narrador procura “afastar-se do estereótipo de “pernambucano” ou “nordestino” violento”¹⁵⁰, construindo sobre si uma imagem positiva baseada na mansidão e na honestidade e tentando afirmar-se socialmente:

Chegamos aqui na [pausa] como se diz o outro sem conhecer ninguém, estranho de tudo. Aí depois... fomos trabalhando, fomos pegando conhecimento com um colono [agricultor] aqui, outro lá [...] Eu só procuro amizade. Taí o Natálio que diga, eu acho que tu nunca soube bagunça minha, nunca. Nunca briguei, nunca dei tapa em ninguém, nunca [risos] recebi tapa de ninguém. Eu sou uma pessoa honesta. Minhas conta, eu vou te contar. É legal tudo que eu compro, tudo, tudo, tudo. Eu compro, vamos supor: eu comprei essa televisão. Paguei as prestação tudinho, depois que é pago aquela pro, aquele aparelho que eu comprei, depois eu compro mais outro, aí depois vou e pago tudo, só, não vou comprar o, compro um, dois, três, quatro. Para me complicar lá na loja, né. Então eu compro um, pago aquilo, e depois compro outro, pago aquilo e vou assim. Não devo nada pra mercado... tenho confiança completamente aqui dentro de Sub-Sede, desde Santa Helena, quase toda loja lá eu tenho minhas fichas limpinhas [faz gestos com as mãos], tranquilo. Vivo tranquilo. Nunca recebi cobrança na minha porta, nunca, por causa de conta minha não. Já mexi com banco, já mexi com Cooperativa.¹⁵¹

Além disso, Langaro atenta para a distinção entre sulistas e nortistas, uma vez que estes não compõem dois grupos distintos, em oposição permanente “pois seria ilusório pensar que todas as divisões e solidariedades que existiam nessa sociedade podem ser reduzidas a uma oposição entre “norte” e “sul”.¹⁵²

¹⁴⁸ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2006., p. 111.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ Ibid., p. 128.

¹⁵¹ Ibid., p. 127.

¹⁵² Ibid., p. 132.

Assim, o autor realiza um debate que proporciona a inclusão de novas memórias e novas possibilidades no cenário da história de Santa Helena, colaborando para a construção de uma perspectiva mais abrangente, que dê foco às famílias que se instalaram na área durante o processo de reocupação, enquanto agentes transformadores de suas vivências e da realidade em que estavam inseridos.

Colaborando com essa perspectiva, Tatiane Matos da Silva, em sua dissertação elaborada em 2015 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE e intitulada *Conflitos pela terra na gleba ponte queimada: Experiências de disputas por terras em narrativas (1960-1972)*¹⁵³, aborda as dinâmicas de relações entre os sujeitos durante o processo de disputas por terra na Gleba Ponte Queimada¹⁵⁴, localizada em Santa Helena, a partir da década de 1960, enfatizando os conflitos que ocorreram nesse espaço.

Silva afirma que as pessoas que se instalavam na área nem sempre permaneciam nela, sendo que o fluxo de chegada e saída de moradores era contínuo. Além disso, ela aponta que esse processo se deu tanto de forma particular – através da compra de terras por colonizadoras -, quanto espontânea – através de compra de terras, mudança e instalação independente -, visto que muitos colonos mudaram-se para Santa Helena por si mesmos, enquanto outros vieram encaminhados por empresas.¹⁵⁵

A autora salienta ainda que nem todas as pessoas que chegavam em Santa Helena, fixavam suas famílias no local, até mesmo por que muitas não tinham condições de comprar pedaços de terra. Assim, para além das pessoas que realizaram a compra de terras na região, muitas outras decidiram por ocupar estes espaços que aparentemente estavam inutilizados e poderiam significar estadia e renda para a família.¹⁵⁶

Criticando estereótipos historiograficamente lançados sobre as famílias colonizadoras da região, Silva afirma que o fato de algumas terras terem sido compradas e outras apossadas, não significa que os sujeitos que se fixaram no território possam ser divididos entre *honestos e aventureiros*, uma vez que:

Para além de pessoas “honestas” e/ou “aventureiras”, o processo de colonização foi experimentado por sujeitos que nele se colocaram a

¹⁵³ SILVA, Tatiane Matos da. **Conflitos pela terra na gleba ponte queimada: Experiências de disputas por terra em narrativas (1960-1972)**. Marechal Cândido Rondon / PR: UNIOESTE, 2015. (Dissertação de Mestrado).

¹⁵⁴ O nome da comunidade tem como referência a passagem da Coluna Prestes pela região. Em 1900 Domingos Barthe construiu uma ponte no território para fins de transporte de matéria prima, a qual foi queimada pelas tropas de Prestes em 1925 na busca por retardar os avanços dos soldados legalistas. Sobre a passagem da Coluna Prestes pela região oeste paranaense ver: TECCHIO, Caroline. **Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)**. Pelotas / RS: UFPEL, 2012. (Dissertação de Mestrado).

¹⁵⁵ SILVA, Tatiane Matos da. Op. Cit., 2015.

¹⁵⁶ Ibid.

partir de suas condições de classe e relações de poder. Cada um deles, dentro de sua lógica e posicionamento social dinamizou ações avaliando os limites e possibilidades que lhes cercavam.¹⁵⁷

Além disso, Silva realiza uma reflexão acerca das relações estabelecidas entre os sujeitos dentro desse espaço, destacando as estratégias utilizadas pelos supostos proprietários das terras na tentativa de expulsar as famílias que ali moravam.

De acordo com a autora, as famílias eram duramente violentadas, tanto física quanto psicológica e emocionalmente por jagunços e por vezes policiais contratados por esses supostos proprietários, citando como exemplo a “Operação Santa Helena”¹⁵⁸ realizada na Gleba Ponte Queimada no ano de 1969:

Podemos indicar, a partir dos apontamentos feitos por eles, que a violência sofrida pelas famílias de posseiros, que tinham suas relações de vida e trabalho atreladas aquelas terras, não se resumiram à violência física, afinal, crianças e idosos foram expulsos de suas casas tendo à sua frente um caminho incerto.¹⁵⁹

Em seguida, a autora continua:

A expulsão das famílias foi efetivada através de investidas que tiveram a violência física como prática principal, no entanto, as violências que permeiam o ato da expulsão não se resumem a ela. Tais famílias foram violentadas quando perderam sua referência de trabalho, quando perderam suas plantações, à medida que não sabiam qual seria seu caminho dali pra frente, ao serem expulsas em nome de interesses comprometidos com a expansão e apropriação privada da terra.¹⁶⁰

Dessa forma, em seus estudos Tatiane Matos da Silva traz uma perspectiva em relação ao processo de colonização de Santa Helena que difere em alguns pontos e perspectivas da historiografia utilizada como oficial pela municipalidade, colaborando para que outros olhares sejam lançados sobre os sujeitos que participaram desse processo.

Neste sentido também realizei uma análise acerca das nuances que perpassaram a colonização de Santa Helena. Em minha pesquisa de iniciação científica realizada em 2018 e intitulada *Colonização, Memórias e Conflitos Agrários: uma análise de narrativas orais de agricultores do município de Santa Helena, PR*¹⁶¹, analisei entrevistas produzidas e publicadas no site informativo Correio do Lago a fim de pensar os conflitos que ocorreram na luta pela

¹⁵⁷ SILVA, Tatiane Matos da. Op. Cit., 2015, p 54-5.

¹⁵⁸ De acordo com Tatiane Matos da Silva, a Operação Santa Helena foi uma “dinâmica que visava à expulsão de posseiros da região da Esquina Céu Azul”. In: Ibid, p. 37.

¹⁵⁹ Ibid., p. 37.

¹⁶⁰ Ibid., p. 38.

¹⁶¹ LOPES, Talia Mayara; STEIN, Marcos Nestor. Colonização, memórias e conflitos agrários: uma análise de narrativas orais de agricultores do município de Santa Helena, PR. In: **Anais do 4º EAICTI Encontro Anual de Iniciação Científica Tecnologia e Inovação**. Cascavel. Edunioeste, 2018. v. 1. p. 1-5.

terra durante o processo de colonização de Santa Helena, bem como a forma como os entrevistados construíram suas narrativas.

Caminhando no mesmo sentido que Tatiane Silva, observei que, em contrapartida à colonização harmoniosa propagada pelo poder público municipal com respaldo na historiografia da década de 80, o espaço social onde hoje se encontra o município de Santa Helena foi palco de diversas disputas por terra, através das quais foram utilizadas diversas formas de violência.¹⁶²

Além disso, ao longo da pesquisa percebi que, apesar das investidas realizadas pelos jagunços e pelos grileiros, os posseiros organizavam formas de resistência a partir de noções próprias de justiça e poder. Assim, observei que muitas foram as formas de resistência encontradas pelos posseiros para manter-se no território onde se fixaram ou mesmo para garantir a segurança de suas famílias.¹⁶³

Outra autora que se propôs a problematizar essas questões é Solange Maria Carniel. Sua pesquisa intitulada *Um recorte da xenofobia nordestina no Brasil: O oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras (1969-1985)*¹⁶⁴ foi desenvolvida a princípio em 2002 e apresentada como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, porém em 2022 a escrita passou por adaptações e mudanças, sendo organizada e publicada como livro, o qual utilizamos nesta pesquisa.

Neste trabalho, Carniel realizou um estudo referente à presença de grupos não sulistas na região oeste paranaense entre as décadas de 60 a 80. Apesar de dar enfoque ao município de São José das Palmeiras, sua pesquisa engloba um território que até 1980 fazia parte do município de Santa Helena.

A autora analisa a construção da identidade a partir das memórias da colonização de Santa Helena, refletindo sobre o impacto que a produção de um discurso oficial lança sobre a identificação social da população:

Santa Helena contou, em seu processo de colonização, com a presença de argentinos, paraguaios, nordestinos, mineiros, paulistas, entre outros, mas cultiva a memória da colonização associada apenas aos migrantes descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. [...] Para os santa-helenenses, o argentino, o paraguaio e o nordestino representam o outro e a relação com esses outros foi apagada do discurso oficial, promotor da identidade.¹⁶⁵

¹⁶² LOPES, Talia Mayara. Op. Cit., 2018.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit, 2022.

¹⁶⁵ Ibid., p. 65.

Além de pensar os sujeitos durante o período colonizatório, Carniel nos instiga a pensar o território ao longo do tempo, uma vez que a história do município não começou com o processo de colonização, bem como não teve como primeiros moradores os sulistas: “o território do atual município de Santa Helena contou com a presença de grupos populacionais muito antes de sua ocupação definitiva. Nesta região, habitavam inúmeros grupos indígenas, dentre os quais os Mimos, Chiques, Cheripas e Chiringuanás.”¹⁶⁶

Em seus estudos, Carniel faz então uma crítica ao discurso oficial propagado pela municipalidade em Santa Helena, o qual prioriza a migração de determinados grupos sociais em detrimento de outros que ficaram apagados na história do município, colaborando para a construção de uma identidade que não abrange os diferentes sujeitos que participaram desse processo.

Observamos, então, que a historiografia voltada para a análise do processo de reocupação do oeste paranaense, mais especificamente Santa Helena, passou por mudanças ao longo das décadas, sendo alterada de acordo com as necessidades e interesses de cada período.

Assim, diversas memórias que foram construídas no final da década de 1980, passaram por reformulações através dos estudos acadêmicos a partir dos anos 2000. Esses estudos voltaram seus olhares para os sujeitos inserido na sociedade durante a colonização, bem como buscaram atualizar conceitos já instaurados pelo poder público municipal e colaborar para perspectivas ignoradas e silenciadas pela história oficial construída no município.

É neste viés que procuramos nos direcionar no próximo capítulo desta pesquisa, no qual realizaremos a análise de sete entrevistas produzidas pelo professor de história da rede pública estadual de Santa Helena João Rosa Correia na década de 2010. Por meio das fontes, buscamos problematizar as memórias que não perpassam pelos discursos oficiais referentes ao processo de reocupação de Santa Helena, os quais foram produzidos e são reafirmados socialmente pelo poder público municipal.

¹⁶⁶ CARNIEL, Solange Maria. Op. Cit, 2022, p. 55.

CAPÍTULO 2: “COLOCAR NO PAPEL, APROVEITANDO QUE ESTÃO VIVOS”:¹⁶⁷ NARRATIVAS DE MORADORES DE SANTA HELENA A PARTIR DE 1960

2.1 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ENTREVISTAS COM MORADORES DE SANTA HELENA

No capítulo anterior, abordamos a construção de uma história considerada pela municipalidade como oficial em Santa Helena e como ela foi sendo questionada ao longo das décadas através de novos estudos e pesquisas de historiadores e historiadoras.

Neste capítulo, problematizamos como esse processo foi vivenciado pelos moradores da região e quais lembranças evocam sobre ele baseados no grupo social onde se encontram, classe, cultura e interesses. Dessa forma, a partir de entrevistas publicadas no site do jornal Correio do Lago, buscamos observar as memórias construídas pelos sujeitos que compuseram o cenário de reocupação de Santa Helena a partir da década de 1960, analisando como constituíram suas narrativas, quais estratégias foram utilizadas na reafirmação de suas opiniões e como percebem-se inseridos na história do município, buscando também pensar novas possibilidades acerca do processo de reocupação do oeste paranaense através do olhar desses sujeitos.

De acordo com Verena Alberti, *um dos poderes da história oral* é o fato de nos proporcionar compreender situações que foram experienciadas por diferentes sujeitos através de suas próprias vivências. Assim, através da análise de narrativas podemos compreender como os acontecimentos foram sentidos e (re)significados por quem os viveu, possibilitando novos questionamentos e indagações a respeito de debates muitas vezes já considerados findados pela historiografia local. De acordo com a autora, a especificidade da história oral é, então, “o fato de uma entrevista jamais nos restituir a realidade, mas também o fato de que, sem ela não chegaríamos a pedaços da história para sempre esquecidas”.¹⁶⁸

Dessa forma, ao analisar narrativas é preciso que tenhamos em mente o papel do historiador, sabendo que as narrativas são pistas guardadas na memória de quem o vivenciou. Assim, é necessário que tenhamos consciência da linha tênue que liga a história oral ao objeto que se quer investigar, sendo que apesar do poder das narrativas em expandir as possibilidades

¹⁶⁷ CORREIA, João Rosa. Entrevista concedida a Marcos Nestor Stein e Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, residência do entrevistado em 11 de agosto de 2017.

¹⁶⁸ ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 69.

de análise de determinado processo, elas não podem ser consideradas como verdade absoluta, visto as diversas realidades sentidas por diferentes sujeitos sobre um mesmo acontecimento.

Para Alberti,

No caso da história oral (como em muitos outros), as pistas são relatos do passado surgidos a posteriori, portanto. O passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras. Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela. Esquecer essa diferença é tomar a narrativa, ou as narrativas como a própria realidade, ou as realidades.¹⁶⁹

Assim, buscamos pensar as entrevistas não como uma “nova” versão oposta à uma “antiga” versão, mas sim como experiências carregadas de significado que apresentam possibilidades que podem complementar e dar novos sentidos a uma realidade que já se encontra pré-determinada socialmente no município de Santa Helena e propagada pelo ensino público.

Neste sentido, buscamos problematizar como diferentes sujeitos que fixaram moradia no território que hoje compreende Santa Helena vivenciaram os acontecimentos e as relações que transcorreram na região a partir da década de 1960, procurando também observar a construção de suas narrativas.

Para tanto, selecionamos neste capítulo seis entrevistas produzidas entre 2014 e 2019 pelo professor de história da rede estadual de ensino de Santa Helena João Rosa Correia e que foram publicadas em sua coluna intitulada *Contando Histórias* no site informativo Correio do Lago (<http://www.correiodolago.com.br/coluna-lista/contando-historias/56/pg/3/>). O jornal em questão é administrado pelo jornalista Edu Ditz e conta com o patrocínio da administração municipal de Santa Helena, assim como outros jornais da região, por divulgarem as notícias do município e da região.

Ressaltamos também que na coluna atualmente estão disponíveis quarenta entrevistas publicadas, sendo vinte e oito realizadas com pessoas que se instalaram no território em meados do século XX e doze feitas a professores em homenagem ao aniversário do colégio no qual Correia trabalha. Em conversa informal, o professor afirmou que a coluna foi cancelada após desentendimentos entre Correia e o administrador do jornal. Nos questionamos então acerca das intencionalidades do jornal com a publicação das entrevistas, sob quais critérios aceitou as primeiras entrevistas e por quais motivos parou de publicá-las, afinal, não podemos ignorar o fato de que o Jornal Correio do Lago é um veículo informativo de grande repercussão no

¹⁶⁹ ALBERTI, Verena. Op. Cit., 2004, p. 78.

município e como tal, utiliza dos meios que possui para reafirmar determinados conceitos e formar opiniões, sendo a imprensa também uma instância de mediação.

É necessário citar neste momento, que as entrevistas analisadas não se encontram em formato de perguntas, visto que não foram escritas a partir de gravação, mas da escuta.

Nas palavras de Correa:

Eu tenho um roteirinho, posso até mostrar pra vocês ali, eu tenho um roteirinho, umas 20, 20 e poucas perguntas e eu vou lançando, mas eu faço igual o senhor fez aqui, e daí eu faço anotar. Outra coisa que eu anoto é o dia, o dia que eu fui, o mês e o ano ali né. Não gravo também professor, eu vou começar a gravar como o senhor tá fazendo, mas eu gosto de ir escrevendo, vou pontuando, fico atento lá.¹⁷⁰

Além disso, as entrevistas realizadas foram editadas pelo entrevistador para publicação no referido jornal, o que acaba por interferir na estrutura da narrativa, visto que

O resultado final da entrevista é produto de ambos, narrador e pesquisador. Quando as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistador, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias.¹⁷¹

Porém, apesar da estrutura com a qual tais entrevistas foram escritas, estas não deixam de ser fontes para a produção do conhecimento histórico. De acordo Alexander Freund, diversas são as entrevistas que foram produzidas e arquivadas podem servir de fontes para outros pesquisadores. Para ele, “vale a pena entendê-las não apenas como fontes para extrair fatos (dados), mas sim como construções sociais complexas que são inerentemente subjetivas e, assim, oferecer múltiplas camadas de significado”.¹⁷²

Freund também afirma que, ao analisar essas narrativas, é necessário que levemos em consideração particularidades do entrevistador como etnia, status social, gênero, idade, sexualidade, religiosidade e etc, visto a forte influência que esses aspectos têm sobre as falas dos entrevistados, sobre o que dizem, a forma que dizem e o que buscam esconder. Além disso, é importante que saibamos onde a entrevista foi realizada, quais métodos foram utilizados pelo entrevistador na sua realização e também que conheçamos o contexto social da época em que esta foi realizada. Dessa forma, de acordo como autor, podemos realizar uma análise que envolva as subjetividades tanto do entrevistador, quanto do entrevistado.¹⁷³

¹⁷⁰ Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

¹⁷¹ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit., 1997, p. 36.

¹⁷² FREUND, Alexander. **História Oral como processo gerador de dados**. Tradução por: Jaqueline Barbosa. Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, v. 17, pp. 28-62, 2013.

¹⁷³ Ibid.

Assim, a fim de que pudéssemos realizar a análise de tais entrevistas de forma a compreender os interesses e objetivos do entrevistador, assim como a linha de condução utilizada na construção das fontes, entramos em contato com o professor João Rosa Correia no ano de 2017 solicitando a produção de uma entrevista. Esta foi realizada por mim e pelo professor Dr. Marcos Nestor Stein no dia onze de agosto de 2017, na casa de Correia.

A entrevista durou uma hora e quinze minutos. O método utilizado foi o da história de vida. Correia foi instruído que poderia narrar sua história de vida da maneira que julgasse melhor. Em seguida, fizemos algumas perguntas relacionadas a sua narrativa e também ao tema do projeto de PIBIC.

Correia iniciou sua narrativa apresentando-se como parte de uma família grande e com poucas condições financeiras. Afirmou ter trabalhado em diversas profissões, como auxiliar de mecânico, chapeador e boia fria e sua vida escolar.

Estudei primeira à quarta, quinta à oitava e ensino médio em Vera Cruz do Oeste né e então depois vai crescendo... trabalhei também de auxiliar de mecânico, de chapeador, trabalhei de boia fria é... fui levando assim né, e... depois, vai ganhando uns troco, comprei uma arezinha de terra em Vera Cruz mesmo né.¹⁷⁴

Incentivado por colegas, ele decide por iniciar a faculdade de Estudos Sociais em Presidente Prudente – São Paulo, precisando se deslocar até lá ao menos duas vezes no mês. Após concluir os três anos de curso, Correia realizou uma formação com duração de um ano em História, o que o habilitou como professor de história.

Durante o primeiro ano do curso, Correia se inscreveu para concorrer à vaga de professor da rede estadual em Santa Helena por conta de o valor salarial ser maior do que o que ganhava como auxiliar de mecânico. Sendo convocado, iniciou seus trabalhos em sala de aula em 1987, terminando os estudos enquanto já era professor.

João vai tecendo sua narrativa enquanto professor e pesquisador, afirmando que a ideia de realizar entrevistas com moradores de Santa Helena surgiu dos trabalhos em sala de aula. De acordo com ele, ao trabalhar com a história local, se questionou por que não havia ainda conversado com os moradores da região e a partir daí, decide por utilizar da produção de entrevistas como atividade em sala de aula:

Eu trabalhei muitos anos no Castelo Branco, eu trabalhava com a Formação de Docentes e aí eu fazia lá um trabalho com as alunas e com os alunos para que eles fossem investigar esse pessoal né. Então dividia Santa Helena, como exemplo né, um trabalho que nós fizemos, eu dividi acho que em quatro ou cinco áreas, assim, olhando o lado do aluno “Onde é que você mora?” Talia, como exemplo, né, você, a fulana de

¹⁷⁴ Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

tal, mais a fulana moram lá em Sub-Sede como exemplo né, então você vai entrevistar o fulano lá, o ciclano, o beltrano que já mora a tempo ali.¹⁷⁵

De acordo com Correia, essa metodologia possibilitou que os alunos tivessem um contato maior com a história local ao buscarem compreender o processo de reocupação do atual município de Santa Helena através da visão de sujeitos que vivenciaram esse período.

Em seguida, o entrevistado afirma que ao longo dos anos começou a se sentir cansado e precisou passar por uma cirurgia cardíaca, afastando-se dos trabalhos docentes. João afirma que ano de 2014, então afastado das salas de aula, decidiu dar continuidade às entrevistas com pessoas que se fixaram na área durante o processo de reocupação:

Entre estar afastado da função, mais esse olhar de resgatar a história dessas pessoas que vem morando aqui a 40, 50, 60, 70, como já fiz entrevista de gente morando a mais de 70 aqui e pra deixar registrado aquilo que a pessoa quisesse está falando né, então reforçando novamente esse olhar, digo que é uma maneira de tar valorizando o feito desse pessoal.¹⁷⁶

Dessa forma, até o momento da entrevista realizada por nós, vinte e duas entrevistas haviam sido publicadas por Correia com o objetivo de registrar as vivências de pessoas que se instalaram no território onde hoje se encontra Santa Helena em meados do século XX. Ele frisou que sentia a necessidade de “colocar no papel, aproveitando que estão vivos aí, que não é daí depois ‘Ah, é o filho, do filho, do filho quem ta falando’ e daí fica né... vão se perdendo muitos detalhes”.¹⁷⁷

Assim, em sua narrativa Correia demonstra maior interesse na produção das fontes do que em sua análise, apesar de citar em determinado momento uma questão que o incomodava frente à “história oficial” já instalada no município: a falta de estudos referentes a populações que não possuem descendência italiana ou alemã:

Então, eu fiquei preocupado. Se nós vamos ver as estatísticas de Santa Helena, cita tantos por cento de descendente de italianos, tantos de alemães e tantos de pardos, negros. E nós estamos escrevendo dos italianos, dos alemães, dos brancos. E dos negros? Vamos escrever dos negros! Temos que escrever alguma coisa sobre esse pessoal né? E daí foi onde eu me interessei e fui.¹⁷⁸

¹⁷⁵ Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Ibid.

O professor justifica, então, a necessidade e o interesse em realizar entrevistas com moradores que não se encaixavam nesse padrão, citando duas em específico: Doralice da Silva – advinda do nordeste brasileiro – e Harumi Simo – imigrante do Japão.¹⁷⁹

Ao ser questionado sobre a escolha dos entrevistados e sobre a metodologia utilizada na realização delas, Correia afirma que, ao ouvir falar sobre determinada família que se instalara na região durante o período de reocupação, entrava em contato e marcava a entrevista, não existindo outro critério além da chegada ao município durante a colonização.

João afirmou que utilizou o método história de vida, através do qual o entrevistado iniciava falando sobre sua vida.

Deixo que a pessoa vai narrando né. Aí depois quando acabou eu vou perguntando, faço que nem vocês tão fazendo, é mais ou menos a mesma metodologia, eu posso até mostrar, exatamente. Eu levo como roteiro umas 20 perguntas nesse sentido, mas deixo a pessoa falando lá a vontade, daí aquilo que não vai sendo contemplado, daí eu vou fazendo as perguntas depois né.¹⁸⁰

Este método permite ao narrador apontar questões que considera relevantes e importantes em sua trajetória, com o objetivo de “deixar o próprio entrevistado estabelecer o fio condutor da narrativa autobiográfica”.¹⁸¹ Assim, ele seguia anotando a narrativa – sem utilizar de gravação, apenas fazendo anotações – e então realizava perguntas que considerava pertinentes para a compreensão do processo de reocupação do território.

Correia organiza a entrevista dividindo-a em três momentos: a família de origem humilde, a atuação em sala de aula e o papel enquanto pesquisador. Observamos então, que as entrevistas que ele produziu ganham um espaço grande na vida do professor, uma vez que este aborda o trabalho realizado como um ponto importante de sua trajetória que, apesar de cansado, não deixava de fazer “da melhor maneira possível”.¹⁸²

Além disso, compreendemos que as intenções de Correia perpassaram pelo objetivo de divulgação das experiências e vivências de moradores que participaram da reocupação de Santa Helena, enaltecendo o sentimento que os entrevistados evidenciavam ao narrarem suas experiências:

O quanto eles ficam satisfeitos, o quanto eles ficam alegres, o quanto eles enaltecem o trabalho da gente, falam “Ah professor, mas o senhor nem precisava estar mais...” mas a gente passa a ter uma admiração muito grande. [...] E a felicidade desse pessoal. Que nem o filho dela – *Lurdes Zembruski* - falou ‘professor, minha mãe ficou com uma

¹⁷⁹ Analisaremos as entrevistas de ambas as moradoras no decorrer deste trabalho.

¹⁸⁰ Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

¹⁸¹ ALBERTI, Verena. Op. Cit., 2004, p. 55.

¹⁸² Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

satisfação enorme né, uma analfabeta e um professor ir lá conversar com ela'.¹⁸³

Passaremos agora para a análise de algumas entrevistas produzidas por Correia.

2.2 NARRATIVAS DE MORADORES SOBRE O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA

Selecionamos neste sub-capítulo seis entrevistas para problematizar como o processo de reocupação de Santa Helena e, em especial, as formas como os narradores constroem suas narrativas. O critério para a escolha das entrevistas levou em consideração as que apresentam mais detalhes sobre os conflitos agrários. Além disso, procuramos contemplar a diversidade de origem dos entrevistados.

Iniciaremos com a entrevista realizada à Augusta Sebbem,¹⁸⁴ 79 anos, enfermeira aposentada, natural de Sananduva, Rio Grande do Sul. A entrevista foi publicada no site Correio do Lago em quinze de agosto de 2017. Filha de italianos e agricultores, ela cita que desde a infância ajudava nos trabalhos no campo, cuidando também do lar e dos afazeres domésticos. Salientou que antigamente esse era o papel atribuído às mulheres no dia a dia. Assim, conciliava estudos e trabalhos, concluindo o ensino médio ainda no Rio Grande do Sul.

Augusta afirma que na década de 1950 a família mudou-se do Rio Grande do Sul para Francisco Beltrão, onde conheceu Alcides Sebbem, com o qual se casou em 1955. A partir desse momento, a narrativa de Augusta é alterada e ela passa a dar ênfase à história do esposo, evocando as lembranças que tem dele.

Esse aspecto da narrativa de Augusta está relacionado, possivelmente, à perspectiva social de que o marido deveria ser enaltecido, visto que na divisão hierárquica da antiga constituição familiar, a fala da mulher ocupava papel secundário.¹⁸⁵ Há também a possibilidade de Augusta sentir que a sua história não fosse agregar aos objetivos do entrevistador, sendo que as perspectivas que o entrevistado tem sobre o entrevistador pode ser fator determinante no rumo dado para a narrativa, como por exemplo o que é enaltecido e o que é escondido.¹⁸⁶ Além disso, é possível que Augusta apenas tenha tido o desejo de rememorar e registrar as histórias

¹⁸³ Entrevista concedida por João Rosa Correia. Op. Cit., s/p.

¹⁸⁴ Entrevista concedida por Augusta Sebbem a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência da entrevistada em 08 de maio de 2017.

¹⁸⁵ Relembramos nesse momento o trabalho de Joice Maffisoni já abordado no capítulo anterior.

¹⁸⁶ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

do marido que já é falecido¹⁸⁷. Seja qual for o motivo, Augusta discorre praticamente toda a entrevista colocando o marido como personagem principal.

A entrevistada comenta que pelo fato de possuir o ensino médio completo, o marido foi contratado pelo Estado para trabalhar como professor do primário¹⁸⁸, apontando ao longo da entrevista para algumas especificidades do ensino em meados do século XX, como por exemplo as tarefas do professor que incluíam a limpeza do local e a organização da alimentação dos alunos.

Na década de 1960 Alcides e o sogro José decidem ir até o município de Cascavel com o intuito de analisar as terras do local, visto que se ouvia muito falar que possuía terras férteis para a agricultura. Porém, ao chegarem lá, constataram, de acordo com a entrevistada, que se tratava de propaganda enganosa.

Então eles se deslocaram até Missal, onde demonstraram interesse em adquirir áreas de terras agricultáveis, porém a gleba pertencia a bispos católicos de origem alemã, que se negaram a vender parte do território à família por se tratarem de italianos. O intuito dos religiosos, de acordo com Augusta, era de construir um núcleo de descendentes de alemães.

Em seus estudos, Samuel Klauck afirma que a área onde hoje se localiza o município de Missal foi colonizada através de uma parceria realizada entre a Igreja Católica e o Estado. De acordo com ele, essas terras foram doadas pelo governo à bispos católicos para que fossem negociadas e vendidas. Para tanto, a Colonizadora Sipal organizou e loteou as áreas que deveriam, de acordo com os bispos, ser vendidas a colonos católicos e com ascendência alemã, o que demonstra “as intenções de estabelecer uma rede articulada, tanto do ponto de vista comercial e empresarial, quanto do ponto de vista cultural e social”.¹⁸⁹ Assim, os objetivos da Igreja e da colonizadora iam além da colonização do espaço, perpassando a construção de uma comunidade com identidade específica, religiosa e linguística.

De acordo com a entrevistada, a família sentiu-se então desiludida com as terras do oeste paranaense, porém, passando por Santa Helena resolveram ir até o escritório da Companhia de Colonização Agrícola Madalozzo onde negociaram três chácaras e um lote urbano na região de Sub-Sede. Além disso, Alcides decide por comprar uma área de terra na região da Linha Guaraní, pertencente a um posseiro, desejando “tornar ela produtiva com lavouras e

¹⁸⁷ Alcides Sebbem faleceu em Sub-Sede no ano de 2014.

¹⁸⁸ Hoje em dia a nomenclatura correta é Ensino Fundamental – séries iniciais.

¹⁸⁹ KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos**. Colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2004. p, 50.

pastagens”¹⁹⁰ e assim assegura-la como “direito da família”¹⁹¹. Nesse momento, Augusta apresenta a ideia de terra produtiva, levantando um debate frente à função e a utilização do solo, afinal, para que ele serviria se não para produção? Qual seria o objetivo de um pedaço de terra inutilizado?

Outra questão apontada por ela é a noção de direito. Apesar de terem realizado a compra do terreno, Augusta reafirma que através das plantações e da utilização da terra, o casal estaria assegurando-a enquanto sua por direito. Nos questionamos então, qual a validade da documentação? Por que necessitavam assegurá-la de outras formas para além do contrato de compra? Qual poder possuía a utilização da terra na constatação de que esta pertencia a alguém? Para quem se precisava provar algo?

De acordo com Márcia Motta, para entender essa dinâmica envolvendo a posse e a propriedade da terra no Brasil, precisamos compreender primeiro que o principal desdobramento dos conflitos de terra são “as concepções de direitos em confronto e noções do que é justo/injusto; (i) legal / (i) legítimo”¹⁹². Assim, esses conflitos partem de concepções próprias e opiniões diferentes acerca do direito à terra. A autora afirma que as disputas pela propriedade partem de dois princípios que se chocam na prática: o direito à propriedade privada e a função social da terra. Motta realiza então uma análise frente à essas questões:

O respeito à propriedade privada consagrado pela Carta Magna é, na maior parte das vezes, o argumento definitivo na condenação das atitudes dos posseiros e de todos aqueles que questionam a manutenção da estrutura fundiária vigente. É em nome daquele importante instrumento legal que as ações de capangas, contratados pelos fazendeiros, são legitimadas. Afinal, os posseiros ousam questionar um princípio constitucional, ainda que em nome de um outro princípio também consagrado em lei: a já desbotada função social da propriedade.¹⁹³

Neste sentido, Ariovaldo de Oliveira e Camila de Faria realizam uma discussão em torno da Lei de Terras de 1850 que buscava regularizar as questões fundiárias. De acordo com os autores, um ponto importante a ser observado referente às tentativas de aplicação desta lei foi o fato de que ela garantia o domínio pelo título, sendo que ele passou a ser superior à posse. Isso garantiu o domínio da terra àquele que possuísse seu título, mesmo que nunca a tenha ocupado. Apesar disso, os autores afirmam que outra corrente de interpretações trazia à tona o uso da terra como forma de sustento, “ou seja, a justiça social presente na posse voltada para a

¹⁹⁰ Entrevista concedida por Augusta Sebbem. Op. Cit., s/p.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² MOTTA, Márcia Maria Menendes. **A grilagem como legado**. Voluntariado e Universo Rural, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001, p. 16.

¹⁹³ Ibid., p. 3.

reprodução social da família, passava a ser argumento de defesa para legitimar todas as terras ocupadas, quaisquer que fossem as suas dimensões”.¹⁹⁴

Além disso, as análises referentes à constituição da propriedade da terra, estão, de acordo com Oliveira e Faria, ligadas aos debates do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma vez que

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.¹⁹⁵

Então os autores continuam:

A terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter.¹⁹⁶

Compreendemos então que as questões envolvendo a propriedade da terra são complexas e envolvem noções e sentidos diferentes em relação ao direito e a propriedade, as quais são expressas nas narrativas dos entrevistados. Assim, de acordo com Alessandro Portelli, em meio às suas narrativas, mais do que contar fatos, o entrevistado conta sobre si, constitui ideias, reafirma ideais e apresenta convicções, demonstrando a todo momento a subjetividade que por si próprio possui, afinal

Não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montividéo – Uruguai. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>

¹⁹⁵ Martins, J.S. **Expropriação e Violência** (a questão política no campo). São Paulo, Hucitec, 1980. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Op. Cit., 2009, p. 2.

¹⁹⁶ Martins J.S. **Não há terra para plantar neste verão** - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, Vozes, 1986. In: Ibid., p. 2.

identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso.¹⁹⁷

Dessa forma, para poder conciliar os trabalhos no campo e as atividades enquanto professor, Alcides decide por contratar lavradores agregados que passariam a morar no terreno e ficariam encarregados do trabalho de preparação da área para o cultivo. Porém, após a derrubada de parte da mata existente no local, este passou a ser reivindicado pelo dono da empresa Café Rainha de Marechal Cândido Rondon que alegava que o espaço pertencia a ele.

A entrevistada não cita de que forma foi realizada esta reivindicação, se verbalmente ou por meio de documentos, se conversaram com o empresário ou se este lhe mandou representantes, se houve ação de jagunços ou não. O que fica registrado na entrevista é a tentativa de negociação, mas como o valor proposto pelo comprador era baixo, o casal decidiu por fazer uma contraproposta que também não foi aceita.

De acordo com Augusta, um oficial do exército brasileiro foi até sua casa e então realizou a prisão do esposo sob alegação de que ele estava usando de um território pertencente a outra pessoa. Encaminhado até Guaíra, no caminho, em meio à parada para almoço dos soldados, Alcides conseguiu fugir. Voltando à Sub-Sede decidiu por abrir mão da área comprada e desistir de lutar por ela.

Lembramos nesse momento, que durante o período narrado por Augusta o país se encontrava em meio à ditadura civil-militar. Narrativas envolvendo tais agentes do Estado em conflitos agrários também são encontradas em diversas pesquisas sobre o processo de reocupação do Oeste do Paraná. Citamos como exemplo o livro de Zoraide Santana e de Carniel, que ao analisarem a narrativa de Trajano – baiano que passou a morar na localidade de Luz Marina em 1965 -, mencionam as atitudes e ameaças autoritários e violentas de um Brigadeiro que obrigou Trajano a sair de suas terras.¹⁹⁸ De acordo com o entrevistado, ele havia comprado uma posse em São José das Palmeiras, da qual foi expulso por um Brigadeiro logo em seguida. Nas palavras do entrevistado: “Abriram essa posse aqui e me venderam a posse, quando foi 68... 69 me deram um apuro aí (...) O senhor vai desocupar em 24 horas, se não lhe solto uma bomba lá e acabo com vocês. Quero as terras desocupadas, foi aquele problema.”¹⁹⁹

Augusta enfatiza que logo após o acontecido, descobriram que o oficial do exército que havia prendido Alcides era irmão do proprietário da empresa Café Rainha. Sentindo-se

¹⁹⁷ PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos:** Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, n.2, p. 53-72, dez. 1996, p. 2.

¹⁹⁸ SANTANA, Zoraide F. da Silva Evangelista de. **São José das Palmeiras:** Memórias e História. São José das Palmeiras: Bennachio, 2015.

¹⁹⁹ NOVAES, Trajano de. Entrevista concedida a Solange Maria Carniel em 2002. Arquivos da Secretaria Municipal de Educação de São José das Palmeiras. In: *Ibid.*, p. 48.

injustiçada, Augusta encontra nesta possibilidade, a compreensão da utilização de poder representado pelo exército como meio de reafirmação dos interesses do empresário.

Assim, Augusta segue sua narrativa enfatizando o trabalho realizado em sala de aula pelo esposo, que além de ensinar, comprava os produtos, limpava a escola e fazia o lanche das crianças – que muitas vezes era preparado em sua própria residência. Reafirmando o papel de Alcides na constituição de Sub-Sede através da educação, a narradora demonstra buscar então, constituir uma memória que mantenha registrada a importância do marido na construção social da região.

Dessa forma, na última página da entrevista, sua narrativa é voltada para si, momento em que Augusta apresenta suas atividades enquanto ajudante do marido na escola e em seguida a sua formação como enfermeira e o trabalho desenvolvido na área da saúde. A partir de suas lembranças, compreendemos então que para Augusta, ela e o marido desenvolveram papéis importantes na construção e no desenvolvimento de Santa Helena.

Aspectos semelhantes encontramos na entrevista realizada a José Granima da Cruz, 65 anos, nascido em Marmeleiro, sudoeste do Paraná, a qual foi publicada no site Correio do Lago em seis de maio de 2015. Ele inicia sua narrativa lembrando de seu pai Pedro, o qual trabalhava como boiadeiro e mudou-se com a família para a região oeste a fim de ajudar o irmão Modesto na derrubada da mata de suas recém compradas terras. Pelo trabalho, ele foi recompensado com dez alqueires de terra.

Porém, ao iniciarem os trabalhos no terreno, foram surpreendidos por diversos homens armados que os proibiram de continuar as atividades: “Alegavam que aquela área de terra tinha dono e que desocupassem o espaço o mais rápido possível se não quisessem sofrer as consequências pela desobediência”²⁰⁰.

Apesar de não citar de quem Modesto comprou as terras, José afirma que seu tio apresentou a documentação de compra, ao que não foi dada relevância e, então, perceberam que se tratavam de jagunços. O entrevistado afirma que nesse momento Pedro e Modesto perceberam que as terras eram griladas e que deveriam negociar ao invés de utilizar de armamento para resolver o problema, evitando possíveis mortes.

Observamos então, as estratégias construídas pelos irmãos de forma a resistir às ameaças dos jagunços. Apesar de não saberem com certeza se o espaço tinha mesmo outro dono, Pedro e Modesto aceitam o fato da terra ser de grilagem e optam por não enfrentar os jagunços. Modesto decide por negociar as terras e reaver parte do valor investido, de forma a evitar

²⁰⁰ Entrevista concedida por José Granima da Cruz a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência do entrevistado em 07 de abril de 2015.

confronto com os jagunços que, de acordo com José estavam “fortemente armados”²⁰¹ e estavam em grande número. Assim, permaneceram no terreno por alguns dias até que a negociação foi feita com os jagunços e então Modesto continua com vinte dos duzentos alqueires que havia comprado inicialmente, local onde a família fixa residência.

Compreendemos então que o fato de realizarem uma negociação com os jagunços foi uma estratégia utilizada pelos irmãos Modesto e Pedro de forma a evitar a violência que poderiam sofrer dos jagunços ou para permanecerem com a terra. José coloca assim, seu pai e seu tio como sujeitos da narrativa, os quais buscaram meios para resolver o problema encontrado frente à terra que ocupavam.

Pedro, já instalado em Santa Helena, inicia seus trabalhos na Fazenda Paulista, em São Clemente, fazendo derrubada de mata. De acordo com José, seu pai descobriu mais adiante que os paulistas para quem trabalhava não eram os reais donos das terras desmatadas, mas sim grileiros que pretendiam preparar as áreas para venda.

José afirma que em seu trabalho Pedro teve contato com diversos jagunços com os quais construiu relações de amizade, citando que ele mesmo chegou a conhecer um dos mais temidos da região, o qual não cita o nome, mas aponta que frequentava corriqueiramente sua casa. Em uma das ações do grupo de jagunços, estes expulsaram uma família de um espaço de oito alqueires de terra, a qual foi entregue à Pedro para que se instalasse de forma a evitar a entrada de posseiros. Em contrapartida poderiam desmatar e plantar no terreno. Assim, a família de José deixa a residência de Modesto e constrói moradia neste novo espaço.

Notamos então que Pedro constrói uma relação de parceria com estes jagunços e grileiros, uma vez que estes confiavam nele a ponto de lhe entregarem um pedaço de terra para instalação de sua família e para produção agrícola, em troca de que assim ele os ajudasse a evitar a chegada de “intrusos” no espaço.

Um ano após a instalação da família no local, o líder do grupo de jagunços que trabalhava para os grileiros paulistas morre em um confronto com posseiros na região. Com receio de serem atacados por outros grupos de jagunços ou mesmo por posseiros, os grileiros paulistas decidem por abandonar a região oeste do Paraná, ficando, assim, Pedro com o território onde estava fixado.

Apesar de ressaltar o fato de ter conseguido um pedaço de terra sem a necessidade de compra, notamos nas narrativas de José que este não possui a intencionalidade de apresentar os grileiros como pessoas boas por terem disponibilizado as terras, mas sim demonstra

²⁰¹ Entrevista concedida por José Granima da Cruz. Op. Cit., s/p.

compreender que isso se tratou de estratégias criadas pelos paulistas na organização, manutenção e garantia do território que controlavam.

Além disso, apesar de possuir relações de amizade com o líder dos jagunços, José reafirma que não concordava com a ação destes na região, citando diversos momentos em que presenciou atitudes consideradas por ele como *covardes* por parte destes. Em uma delas, José

Estava num antigo bar/bolão no atual distrito de São Clemente. Neste local encontrava um grupo de jagunços, ao perceber a presença de um posseiro naquele ambiente, resolveram ataca-lo. Seguraram e amarraram um barbante em suas calças próximo ao calcanhar e sem piedade obrigaram o posseiro beber sal amargo (laxante). Assim que a “bebida” começou fazer efeito, foi acometido por uma descontrolada disenteria. Os jagunços riam e debochavam do posseiro, que nada pode fazer naquele instante.²⁰²

Diante disso, cabe citar a pesquisa de Eduarda Kreuzberg que, em suas análises referentes ao processo de reocupação da área que hoje compreende o distrito de São Clemente, em Santa Helena, faz observações importantes, sendo que um entrevistado analisado em seu trabalho tece um relato muito semelhante ao de José. Em relação ao ato de obrigar os posseiros a beber sal amargo, ela observa que “forçar o aprisionado a beber uma substância que provocasse diarreia, também pode ser uma forma de diminuir sua condição de homem adulto, aquele que controla as funções fisiológicas de seu corpo”.²⁰³ Compreendemos então, que para além da violência física, a ação configura uma violência moral.

Assim, José ainda adolescente afirma que ficou “horrorizado com aquele ato humilhante, brutal e covarde praticado pelos jagunços”.²⁰⁴ Além desse episódio, o entrevistado relembra também outro em que um grupo deles roubou-lhe o cavalo com o qual andava alegando que havia sido furtado, citando que as ações realizadas pelos jagunços eram tão frequentes na região que causava grande medo na população.

O entrevistado cita ainda que no ano de 1975 funcionários do INCRA²⁰⁵ chegaram na residência da família informando serem agentes do governo federal e que deveriam regularizar as terras, porém por medo de que a informação fosse falsa, decidem por vender as terras. Segundo José, “depois de terem enfrentado jagunços, falta de infraestrutura, enfim, e outros inúmeros desafios na região de São Clemente”²⁰⁶, a família preferiu não arriscar ser expulsa,

²⁰² Entrevista concedida por José Granima da Cruz. Op. Cit., s/p.

²⁰³ KREUZBERG, Eduarda. **Narrativas sobre conflitos agrários no distrito de São Clemente, Santa Helena, nas décadas de 1960 e 1970**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTES, 2022. (Monografia de Graduação em História).

²⁰⁴ Entrevista concedida por José Granima da Cruz. Op. Cit., s/p.

²⁰⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

²⁰⁶ Entrevista concedida por José Granima da Cruz. Op. Cit., s/p.

ameaçada ou perder a terra que possuía, preferindo vendê-la e mudar-se para o Paraguai. Apesar da família permanecer no Paraguai, José retornou à Santa Helena em 1976, onde conheceu e se casou com Ivone Buche. O casal teve cinco filhas.

Concluindo sua entrevista, José faz uma relação entre passado e presente, construindo sentidos de pertencimento:

Sonho um dia ver o nome de meu pai Pedro Ribeiro da Cruz ser homenageado com nome de rua, ou de qualquer outro espaço público na localidade de São Clemente. Seria o reconhecimento do trabalho de uma pessoa que muito fez à aquela comunidade quando estava iniciando a colonização.²⁰⁷

José constrói sua narrativa baseado nas lembranças que têm do pai, as amizades que este construiu, as decisões que tomou e os trabalhos que realizou. Assim, ao rememorar Pedro, o entrevistado busca solidificar sua história, narrada pelo olhar do filho, reafirmar o papel que este desenvolveu, sua importância na construção do território e reclamar a falta que faz para si a ausência de reconhecimento sobre a trajetória do pai.

Desse modo, narrando o pai enquanto batalhador, o qual lutou contra as adversidades que encontrou ao se instalar na região, as condições econômicas e as disputas sociais durante a construção de Santa Helena, José apresenta muito mais do que sua visão frente a vida do pai, mas também aos processos de reocupação do atual município, constituindo um relato carregado de significados.

A próxima entrevista é a de Valdemar Ribeiro – popular Marino-, 78 anos, natural de Santa Rosa – RS, a qual foi publicada no site Correio do Lago em treze de setembro de 2014. Marino inicia sua narrativa com a perda do pai e da mãe enquanto era criança. Tendo que morar um pouco com cada um dos irmãos mais velhos – sendo eles em onze ao total, ele começa cedo a trabalhar no campo, acumulando dinheiro e conseguindo comprar, já na juventude um terreno em Tucunduva – RS, onde conhece e se casa com Teresinha da Rosa.

De acordo com Marino, sua mudança para o oeste paranaense decorreu mais da vontade do sogro, Manuel, do que sua. Ele afirma que este havia comentado diversas vezes ter ouvido falar sobre terras férteis e baratas em um território popularmente conhecido com Santa Helena:

A família como um todo não tinha interesse em sair do RS. Numa jogada de mestre, Manuel comentou com a família que iria vender umas madeiras que possuía e que talvez necessitasse ausentar-se por uns dias de casa até que conseguisse negociar aquele produto. Passados alguns dias sem dar notícias aos parentes, começaram a preocupar no que poderia ter acontecido com Manuel. A família começou conversar com vizinhos, amigos, a respeito de Manoel, alguém disse que ele

²⁰⁷ Entrevista concedida por José Granima da Cruz. Op. Cit., s/p.

confidenciou, “estou me dirigindo para Santa Helena o oeste do Paraná, numa localidade conhecida por Sub Sede.”²⁰⁸

O entrevistado parte, então, para o oeste paranaense em busca do sogro desaparecido, encontrando-o na região de Sub-Sede, citando que ambos gostaram muito das terras que viram no local e que então comprou nove alqueires de outro posseiro. Assim, a família mudou-se de Tucunduva para Santa Helena no ano de 1963.

Marino afirma que diversas foram as dificuldades encontradas durante sua fixação do oeste paranaense, porém em meio aos problemas decorrentes da falta de infraestrutura, as ações de grileiros e jagunços eram o que mais atrapalhava a vida dos moradores. A partir disso, o entrevistado utiliza como fio condutor os embates que presenciou ou participou com esses sujeitos.

Após classificar as práticas jaguncistas como *cruéis*, Valdemar fala do temor que estes impunham sobre a população local, comentando que ele e a esposa sempre andavam com armas de fogo, foices e facas para o caso de receberem a visita de algum deles, o que não demorou a acontecer. Tão logo se instalaram nas terras compradas, foram alarmados pelos jagunços que os ordenaram que saíssem da terra que ocupavam.

De acordo com Marino, ele ofereceu-se para negociar as terras por um valor que considerava justo, sendo convidado a ir até *Londo Oeste*.²⁰⁹ Com medo, ele decide por não ir, respondendo ao jagunço que não sairia de sua terra sobre nenhuma circunstância e enfatizando a firmeza que utilizou na fala, o que pode configurar uma forma de reafirmar sua postura frente às situações encontradas no dia a dia.

Ele afirma ainda que as ações dos jagunços eram sucessivas:

Era comum um posseiro ser visitado por cinco grupos diferente de jagunços em um pequeno espaço de tempo, dizendo que aquelas terras lhes pertenciam e que para permanecer naquela área restavam-lhe três saídas: pagando pela posse da terra ou se assim não fosse, restaria desocupá-la ou a morte por assassinato. Houve casos que posseiros pagaram as cinco vezes aos grileiros, através de simples contrato, sem nenhuma validade jurídica.²¹⁰

Assim, Marino busca validar as ações desenvolvidas pelos posseiros como forma de defesa contra as práticas dos grileiros e dos jagunços, visto que de acordo com ele, “restava aos

²⁰⁸ Entrevista concedida por Valdemar Ribeiro a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência do entrevistado em 18 de agosto de 2014.

²⁰⁹ De acordo com Correia, Londo Oeste era o nome popularmente dado à região de São Clemente, onde existia um centro administrativo de grileiros.

²¹⁰ Entrevista concedida por Valdemar Ribeiro. Op. Cit., s/p.

posseiros da região organizar-se por conta própria para defender suas vidas, as famílias e as terras apossadas”.²¹¹

Justificando então as revoltas dos posseiros, o entrevistado cita que Manuel chegou a participar de diversos embates com os jagunços, narrando um em específico em que “morreu um posseiro muito jovem. No entanto, vários jagunços tombaram durante aquela batalha. Os posseiros-agricultores usaram de emboscadas contra os jagunços e assim foi possível executá-los com mais facilidade”²¹². Cita ainda que por causar a morte de muitos jagunços, este embate virou notícia na região. Ameaçado, o sogro decide por vender suas terras e voltar à Tucunduva.

Observamos que Marino apresenta a si e ao sogro como sujeitos ativos socialmente, os quais construíram formas de resistir às investidas dos jagunços. É importante ressaltarmos nesse momento que, apesar de diferentes, as decisões tomadas por Marido e o sogro e as tomadas por Pedro e Modesto – pai e tio de José Granima da Cruz – são ambas formas de resistência. Cada sujeito através de suas noções de justiça e de poder construíram estratégias para resolver os problemas encontrados frente às ações dos grileiros e dos jagunços.

Além disso, através do discurso que constrói, observamos como Marino desenrola sua narrativa em torno da luta pela terra, apresentando a si e ao sogro como parte de um grupo que lutava pelo que acreditava correto, definindo os critérios de justiça e colocando-se do lado que acredita “certo” da história.

Dessa forma, Valdemar Ribeiro conclui sua entrevista alegando que por questões de saúde ele e a esposa precisaram vender suas terras e mudar-se para o centro urbano de Sub-Sede em fins da década de 1980, porém para não perder o vínculo com a terra que “foi e continua sendo a razão de suas existências”²¹³, utiliza do espaço que possui para o cultivo de uma horta, reafirmando sua relação com a terra e buscando ligar sua imagem a ela.

Em sua dissertação, Gladis Hoerlle também observa noções de pertencimento apresentada nas narrativas de mulheres aposentadas que migraram do espaço rural para o urbano em Marechal Cândido Rondon. Ela observa que o fato de produzir os alimentos que a família consumiria é sentido pelas entrevistadas como motivo de orgulho, além de ser um valor que conferiria a elas a identificação enquanto colono. Além disso, ao manter o vínculo com a agricultura, mesmo em um pequeno pedaço de terra, ou realizar atividades que eram

²¹¹ Entrevista concedida por Valdemar Ribeiro. Op. Cit., s/p.

²¹² Ibid.

²¹³ Ibid.

consideradas hábitos na vida no campo, esses sujeitos buscam, de acordo com a autora, remeter ao passado vivido na colônia e estabelecer uma continuidade entre passado e presente.²¹⁴

Outra entrevista analisada é a de Antenor Terol, 83 anos, de origem italiana e espanhola e nascido em Getúlio Vargas – RS, a qual foi editada, está escrita em formato textual e, de acordo com Correia não foi publicada no site Correio do Lago pois, apesar de enviar os arquivos para publicação, o site parou de publicar suas entrevistas, o qual acredita ele que seja por conta de problemas que envolveram desentendimento de opiniões entre o dono da empresa e o professor. Obtivemos a entrevista diretamente do professor.

Antenor mudou-se para Santa Helena com a família no ano de 1959, após o pai Mariano visitar a região atraído por propagandas sobre a fertilidade da terra na região. Em suas narrativas, Antenor também cita o contato que a família teve com jagunços. De acordo com ele, próximo à sua residência existia um acampamento de jagunços e grileiros e que sua família tinha ótimas relações com eles e que sua mãe até mesmo lavava as roupas do grupo, evidenciando mais uma vez relações existentes entre os jagunços e os posseiros.

O entrevistado justifica essas relações através do fato de terem comprado suas terras diretamente de colonizadora. Ele cita que os jagunços explicavam que não ameaçavam sua família pois eles “adquiriram terras da Colonizadora Madalozzo e que estas, eram legalizadas. Diziam que o serviço deles era expulsar pessoas que tentassem apossar das áreas que vigiavam, nada mais do que isso”.²¹⁵

Observamos então, que em seu relato Antenor não apenas apresenta as experiências que possui sobre os jagunços, mas também reconstrói uma nova visão sobre eles e ressignifica suas funções e ações. Além disso, o entrevistado utiliza dessa perspectiva para reafirmar sua posição enquanto dono da terra que possui, construindo também um olhar sobre si. Nos questionamos então quais significados possui referente aos posseiros, uma vez que diversas foram as formas utilizadas para a ocupação do território.

Em seguida, em contrapartida à visão apresentada inicialmente, Antenor afirma que, apesar de possuir boa relação com alguns jagunços, não concordava com diversas de suas atitudes, visto que presenciou diversas “torturas” por parte de diferentes grupos deles, citando uma situação que

aconteceu com Antoninho de Oliveira. Posseiro que foi amarrado pelos jagunços em uma árvore de cinamão (conhecida por outros de Santa Bárbara), defronte a um comércio de São Clemente. Insatisfeitos com

²¹⁴ HOERLLE, Gladis. **Envelhecer na cidade**: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon-PR). Marechal Cândido Rondon / PR: UNIOESTE, 2013. (Dissertação de Mestrado).

²¹⁵ Entrevista concedida por Antenor Terol a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência do entrevistado em 12 de junho de 2019.

isso, arrancaram seu bigode usando um alicate, para completar a crueldade, obrigaram-o, ingerir oito pacotes de sal amargo, o que lhe ocasionou aguda disenteria intestinal, por conta disso, quase morreu.²¹⁶

Mais uma vez formas de violência física e moral são citadas pelos entrevistados, o que nos faz questionar o quanto ela era presente na sociedade. Além da obrigação em beber sal amargo, que já analisamos anteriormente, observamos as intenções que perpassavam o ato de arrancar o bigode. Tendo em vista a perspectiva da época, em que o bigode significava masculinidade, virilidade e honra, ao arrancarem o bigode do posseiro com um alicate em frente a um comércio – local de circulação pública -, os jagunços procuravam manchar a masculinidade do posseiro, sujeitando-o a um papel vergonhoso. Compreendemos então que, em se tratando de situações que são narradas em diversos trabalhos, como por exemplo o de Eduarda Kreuzberg, essas ações se tornaram uma espécie de memória coletiva na região.

Assim, Antenor conclui que a relação pacífica que possuía com os jagunços não era atribuída a todos eles, afirmando não concordar com os jagunços “encrenqueiros”. Apesar de afirmar uma afinidade com determinados jagunços, o entrevistado busca separar sua imagem dos jagunços que estavam sempre causando confusões com a população, bem como com os que maltratavam os moradores de forma considerada por ele como injusta.

Ao longo da entrevista, Antenor debate também os problemas enfrentados na luta pela terra contra as ações da Itaipu Binacional, revelando, mais uma vez, as noções de justiça decorrentes de sua subjetividade. Perdendo parte de sua terra em função da construção da barragem, ele constrói uma visão acerca do processo de alagamento decorrente de suas experiências.

Assim, de acordo com ele, a construção da Itaipu foi

uma tragédia social e econômica para os santa-helenenses. Social, porque ao indenizar as áreas de terras que seriam alagadas pelo reservatório, obrigou por força de lei, agricultores e moradores de vilarejos que residiam a décadas, deixarem aquelas localidades. Econômica, porque, não levaram em consideração as construções que haviam na propriedade, como exemplo: chiqueirões de porcos, galpões de armazenamentos de cereais, galpões usados para proteção dos implementos agrícolas (tratores, colhedeiças, ceifas, entre outros), bem como, árvores frutíferas, e residências dos agricultores, pelos quais, diversas eram grandes e de ótimo acabamento.²¹⁷

Além disso, o entrevistado alega também que com o valor recebido não era possível comprar outra área nas mesmas condições em que as que possuía:

²¹⁶ Entrevista concedida por Antenor Terol. Op. Cit., s/p.

²¹⁷ Ibid.

O indenizado ao adquirir outra propriedade rural, quase sempre, comprava áreas de terras sem nenhuma benfeitoria construída sobre o imóvel negociado. Se quisesse continuar vivendo da agricultura e residindo na “nova” área, era preciso recomeçar tudo novamente, como, quando chegaram em Santa Helena em 1958.²¹⁸

Esse aspecto também é apresentado por Anadir Fochezatto, a qual afirma que logo que os moradores foram procurados pelo governo para realizar os acordos financeiros, notaram que as propostas não condiziam com o valor real das propriedades o que gerou grande movimentação e inquietação nos agricultores que ficaram indignados com o descaso com a terra que, para eles, não tinha valor apenas financeiro, mas simbólico e sentimental.²¹⁹

Antenor demonstra então, insatisfação sobre as ações da Itaipu na edificação da barragem, o que não necessariamente significa que ele não concordasse com a construção dela, mas sim com a condução dada pelos agentes da empresa, bem como dos órgãos governamentais frente ao processo necessário para tal feito. Além disso, ele se insere no contexto de luta pela terra ao passo em que demonstra o interesse em permanecer no local onde morava e a constituição de uma perspectiva sobre as experiências que viveu neste processo.

Outra entrevista analisada é a de Doralice da Silva, 70 anos, natural de São José do Belmonte – Pernambuco, a qual foi editada, está escrita em formato textual foi publicada no site Correio do Lago em trinta de agosto de 2016. Doralice inicia sua narrativa dando ênfase para sua ascendência enquanto nordestina. A entrevistada apresenta primeiramente seus avós, agricultores do município de Serra Talhada – PE, os quais faziam divisa territorial com a fazenda de José Ferreira, pai de Virgulino Ferreira, popularmente conhecido como Lampião.

De acordo com ela, seus avós não apenas conheciam os Ferreiras, como mantinham relações amistosas, se visitavam e faziam trocas comerciais. Quando José é assassinado por conta de disputas territoriais, Virgulino ficou enraivecido com a soltura do assassino e então reúne um grupo de pessoas para “reparar aquela injustiça a qualquer preço”²²⁰. Ela ressalta ainda que quando o grupo de Lampião passava pela localidade em meio a suas andanças, seu avô doava e preparava alimentos para a tropa.

Nos questionamos então, quais os objetivos de Doralice ao iniciar sua entrevista apresentando a relação de sua família com Lampião? Seria uma forma de se reafirmar enquanto pernambucana? Seria por possíveis histórias gravadas em sua mente e contada pelos avós sobre

²¹⁸ Entrevista concedida por Antenor Terol. Op. Cit., s/p.

²¹⁹ FOCHEZATTO, Anadir. Op. Cit., 2003.

²²⁰ Entrevista concedida por Doralice da Silva a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência do entrevistado em 04 de abril de 2016.

o cangaço? Ou seria uma forma de expressar identificação com as noções de justiça construídas por ele?

No ano de 1962 a família se muda para Paranavaí, no norte do Paraná, onde passam a trabalhar nas fazendas de café. Também lá Doralice conhece João Francisco da Silva, baiano de origem africana e indígena, que futuramente se tornaria seu marido e com o qual teria quatro filhos. Observamos nesse momento que Doralice vê a necessidade de enfatizar a identificação de João, o que pode, talvez, decorrer do interesse em apresentar este enquanto um sujeito igual a si e à sua família, nordestino e negro.

Ela continua sua narrativa lembrando as propagandas que eram repassadas por meio dos corretores de imóveis por todo o Paraná sobre as terras férteis e baratas que haviam na região de Santa Helena. Assim, após conhecer o local, decidem por comprar uma área e se mudar em 1966, onde formaram um pomar com diversos tipos de fruta.

Doralice ressalta nesse momento que a família não possuía problemas com a vizinhança, porém que nem todos se ajudavam com os problemas do dia a dia. Ela cita, neste momento, que além das frutas, a família decidiu por plantar mandiocas, então

João Francisco entrou em contato com um vizinho de propriedade de nome Beno, único agricultor da vizinhança na época que dispunha de ramas de mandioca na intenção de negociar com o mesmo. Este disse que rama de mandioca não doava e nem vendia. Somente negociava os pés de mandioca com a seguinte proposta, dois pés da planta por um dia de trabalho e sem as ramas. João Francisco ao indagar Beno, o porquê disto, respondeu-lhe, só assim terei pessoas para trabalhar em minhas lavouras quando precisar. João Francisco voltou para casa chateado e em conversa com os familiares sobre o fato, interpretaram o caso como uma falta de solidariedade e insensatez do produtor rural. Decidiram furtar ramas de mandioca.²²¹

A entrevistada apresenta mais uma vez noções de justiça, considerando a atitude do vizinho como *falta de solidariedade e insensatez*. Assim, as concepções do que é visto com certo ou errado ganham sentidos próprios ao passo em que é dado ênfase ao fato de que a família se sentiu prejudicada pela falta de companheirismo de Beno, ao que é respondido com o furto das ramas de mandioca.

Posteriormente, ela continua apresentando as relações que a família tinha com os moradores da localidade, afirmando que não conviviam bem com todos e por isso evitavam participar das atividades e festejos da sociedade. Ela explica que muitas pessoas não gostavam do fato de a família não ser oriunda do Sul, mas sim do norte brasileiro e que, portanto, sofriam diversas perseguições e preconceitos.

²²¹ Entrevista concedida por Doralice da Silva. Op. Cit., s/p.

Doralice cita um dos festejos em que decidiram participar, no dia das mães, onde acabaram envolvendo-se em uma briga ao defender

um jovem negro de nome Júlio, morador de coroados que também estava na festa. De repente algumas pessoas passaram a lhe humilhar. Humilhações de caráter preconceituosa e racista, provenientes de pessoas de origem gaúchos e catarinenses. Diziam sem nenhum receio e constrangimento que aquele “negrinho” deveria ser jogado ao fogo da churrasqueira para ser queimado, com isso desapareceria daquela sociedade. Sucessivamente repetiam a frase.

Ela afirma que a família prontamente o defendeu, tanto para ajuda-lo quanto por indiretamente também sentir-se ofendida com as palavras, o que aumentou a confusão e então foram para casa. Ela continua dizendo que essas discussões aconteceram diversas vezes em diferentes eventos sociais, onde passaram por “constrangimentos de cunho racista e preconceituoso. Só pelos olhares percebiam nitidamente o desprezo e desconfiança das pessoas. Parece que queriam dizer, abandonem esta comunidade. Este lugar não é para vocês”²²², o que culminou para que a família parasse de frequentar as festas da localidade.

Além disso, Doralice cita que dentre as dificuldades encontradas ao se fixarem na região havia os jagunços, que efetivavam diversas formas de violência tanto física como psicológicas. De acordo com ela, um jagunço chegou a almoçar em sua casa convidado pela família, apesar de não citar qual afinidade tinham com o jagunço, onde afirmou que “ele e mais um grupo de jagunços foram contratados pelos fazendeiros com a finalidade de retirar a qualquer custo os posseiros que estivessem ocupando as terras das fazendas”.²²³

Alguns pontos não são mencionados nesse momento, aos quais nos questionamos. O que levou a família a convidar um jagunço para almoçar em sua casa? Teriam eles construído uma amizade com ele ou seria uma forma de buscar construir laços a ponto de evitar conflitos?

Seja como for, a entrevistada afirma que o período de reocupação do território que hoje compreende Santa Helena “foi um período triste e preocupante a todas as pessoas que viviam na região em razão desses acontecimentos, felizmente tudo passou”.²²⁴

Assim, ela conclui a entrevista afirmando que a família buscou formas de evitar sair da área em que moravam, desviando ou enfrentando os problemas necessários, construindo sobre si e a família a ideia de “batalhadores”, os quais migraram de longe para chegar no Paraná e construir uma vida melhor para a família, passando por todas as adversidades necessárias, seja

²²² Entrevista concedida por Doralice da Silva. Op. Cit., s/p.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ibid.

a falta de infraestruturas e as relações com os grileiros e jagunços ou o preconceito que afirma ter sofrido pelos moradores da região.

A próxima entrevista escolhida é a de Harumi Kumagai Simo, 81 anos, natural da cidade de Kawamati, na prefeitura de Fukuoka – Japão, a qual foi editada e foi publicada no site Correio do Lago em oito de maio de 2018. Sua narrativa parte das memórias que têm de seu país de origem, afirmando que a família vivia uma vida difícil, o que foi agravado pelo medo após o Japão adentrar na Segunda Guerra Mundial.

Após os lançamentos de bombas atômicas pelos norte-americanos em Hiroshima e Nagasaki, a família, assim como diversas outras, decide por imigrar ao Brasil. Chegando ao país em 1956, Harumi e seu pai Takeo foram até o município de Assaí onde um amigo os ofereceu emprego em uma fazenda de propriedade de um japonês que estava morando no Brasil. No ano seguinte, Takeo recebe uma proposta de emprego em uma horta no município de Guaíra, onde Harumi aprende os trabalhos no campo, bem como é onde conhece e se casa com Kaoru Simo, com o qual futuramente teve sete filhos.

Recebendo outra proposta de trabalho, Harumi e Kaoru mudam-se para Santa Helena em 1972, sendo responsáveis pela contratação para derrubada da mata na propriedade de Mitsuo Yoshimura – irmão de Kaoru. Harumi afirma ainda que a grande maioria da mão de obra contratada “era composta de nordestinos e/ou descendentes que deslocaram do norte do Paraná para a região oeste do Estado a procura de serviços e com o trabalho pudessem garantir a sobrevivência do núcleo familiar”.²²⁵

Harumi afirma que, apesar de gostarem do trabalho que realizavam, queriam que os filhos estudassem e se especializassem em algo para além dos trabalhos no campo, o que, juntamente com o surgimento dos rumores frente a um possível alagamento das terras em que trabalhavam, “desalentou ainda mais Kaoru em continuar exercendo os trabalhos no campo”²²⁶.

Assim, incentivaram o filho mais velho, Orlando a aprender outra profissão. Deslocando-se todos os dias à Santa Terezinha de Itaipu, Orlando aprende a trabalhar em uma auto elétrica, ensinando os familiares. Dessa forma, toda a família abandonou as atividades do campo e se mudou para o centro urbano de Santa Helena, onde decidiram abrir um comércio em que grande parte passou a trabalhar.

A entrevista de Harumi se baseia grande parte nas memórias traumáticas da infância, através da qual a família passava por dificuldades e vivia sobre o medo da guerra. Ela apresenta

²²⁵ Entrevista concedida por Harumi Kumagai Simo a João Rosa Correia. Santa Helena/ PR, residência do entrevistado em 01 de março de 2018.

²²⁶ Ibid.

que encontraram no Brasil a possibilidade do recomeço, enchendo sua história de sentidos e expressando sentimentos de pertencimento. Observamos então que a entrevistada também busca construir sobre si e a família a imagem de “batalhadores”, que tiveram que abandonar duas vezes a terra onde moravam, uma vez fugindo da guerra no Japão e em outro momento perdendo-a através da construção das barragens da Itaipu Binacional.

Através das narrativas analisadas, pudemos observar como os entrevistados construíram sentidos sobre suas vidas, apresentando determinados acontecimentos que se baseavam em experiências da infância ou da vida adulta em que pudessem reafirmar conceitos e opiniões que carregam sobre si e suas famílias. Compreendemos então que mais do que falar sobre os acontecimentos, eles falam sobre si, sobre como compreendem seu papel e sua trajetória na construção da sociedade.

Dessa forma, ao contar sobre o vivido, suas narrativas levantam possibilidades e questionamentos frente a questões políticas e sociais que para eles configuravam como importantes. Assim, de acordo com Alessandro Portelli, “a história oral é, principalmente, um modo de deixar a política e as condições sociais vivas e tangíveis, evidenciando seu impacto sobre a vida de determinadas pessoas”.²²⁷

Dentro dessa perspectiva, observamos que todas as entrevistas analisadas citam problemas sociais encontrados na área, sendo o principal deles os conflitos pela terra. Desse modo, apesar de alguns entrevistados não terem sofrido violência física por parte dos jagunços e dos grileiros, ou mesmo terem criado relações de amizade com eles, todos estes apresentam o medo que esses personagens instauraram na sociedade da época.

Assim, de acordo com Portelli, as vivências individuais e de grupo se misturam de acordo com as possibilidades construindo uma subjetividade compartilhada.²²⁸ As situações sociais vivenciadas pelos moradores da região podem, então, interferir e colaborar para a construção de memórias que abarquem essa subjetividade.

Observamos então, que cada entrevistado discorre em sua narrativa sobre as memórias que tem, nas quais está inclusa intrinsecamente as experiências do grupo social ao que estão inseridos, apresentando mais do que os fatos que narram, mas as vivências que compartilharam, revelando angústias, medos, sonhos, desejos e interesses.

Sabendo que as relações existentes entre esses sujeitos fizeram parte da construção da memória enraizada na região, torna-se importante pensar qual espaço elas, assim como tantas outras, ocupam na construção da “história oficial” difundida pela municipalidade, constituindo

²²⁷ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit., 2010, p. 27.

²²⁸ PORTELLI, Alessandro. Op. Cit., 1996.

contrapontos para essa história que a municipalidade busca fixar, a qual é baseada na colonização mais especificamente gaúcha, pacífica e evolutiva econômica e socialmente.

Levando isso em consideração, no próximo capítulo buscamos analisar como a história de Santa Helena é trabalhada nas séries iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

CAPÍTULO 3: USOS DA MEMÓRIA: O PROCESSO DE REOCUPAÇÃO DE SANTA HELENA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Neste capítulo analisaremos como o processo de formação de Santa Helena é trabalhado nas séries iniciais da rede pública de ensino do município. Buscamos problematizar quais conceitos são trabalhados pelos professores, com quais objetivos, quais metodologias são desenvolvidas e quais materiais são utilizados neste processo. Através da análise destas questões, pretendemos investigar quais memórias são enaltecidas e evidenciadas e quais são silenciadas.

Dividimos a discussão em três momentos. Primeiramente, buscamos compreender como está articulada a *Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais*²²⁹ que embasa o ensino de história local no município e que norteia os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Em seguida, analisamos o livro didático *História de Santa Helena – Descobrimo e Aprendendo*, o qual foi produzido, organizado e distribuído pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena às escolas municipais para os estudos da história local com os alunos dos 4ºs anos do ensino fundamental. Analisaremos os conteúdos, as perspectivas e as intencionalidades que envolveram a produção e disseminação deste material. Por fim analisamos sete entrevistas que realizamos com professores que trabalham ou já trabalharam com alunos dos 4ºs anos do ensino fundamental no município. O objetivo é compreender suas perspectivas em relação ao conhecimento histórico relacionado à formação de Santa Helena, quais materiais e metodologias utilizam em sala de aula para trabalhar esse processo, bem como os sentidos que constroem em suas narrativas acerca de seu papel como professores.

3.1 A HISTÓRIA LOCAL PREVISTA PELA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA AMOP

Neste subcapítulo analisaremos a Proposta Pedagógica Curricular que norteia o ensino de história local em Santa Helena, a fim de que possamos compreender os conceitos que ela aborda e o direcionamento que busca dar ao processo de ensino. Porém, primeiramente é

²²⁹ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP), Op. Cit. 2020.

necessário que compreendamos a construção das propostas curriculares enquanto auxiliares no trabalho em sala de aula.

De acordo com Circe Bittencourt, ainda em fins do século XIX, o ensino de história surgiu com o objetivo de construir uma identidade nacional baseada em uma história nacional pré-determinada e na memorização mecânica de acontecimentos e nomes de pessoas consideradas importantes para a construção política e social do país. A partir da década de 1930 surgiu a necessidade da valorização da cultura tradicional, elencando e reafirmando valores sociais.²³⁰

Porém, a partir do processo de redemocratização, em 1980, juntamente com a nova configuração econômica mundial, em fins dessa década, o governo federal, buscando enquadrar-se nesse novo sistema, comprometeu-se com a elaboração de propostas curriculares que visassem atender às classes populares, educando-as para a lógica do mercado e para a formação política.²³¹

Assim, a partir da década de 1990 surgem diversas Propostas Curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental, buscando dar novo norte para o ensino de história com as crianças. De modo geral, elas passaram a prever o ensino de história a partir do círculo de vivência do aluno, introduzindo a necessidade do trabalho com a história local e regional, e utilizando do passado para resolver situações e indagações do presente. Além disso, as novas propostas curriculares buscaram ultrapassar as limitações que a história pautada em heróis, mártires, políticos, também abarcando sujeitos comuns como participantes da constituição histórica.²³²

Dessa forma, apesar de não estar estabelecido na Base Nacional Comum Curricular, que busca servir de referencial comum às instituições educacionais, o ensino de história local se encontra previsto na *Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Pública Municipal* elaborada pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), a qual surge como resposta às necessidades de se trabalhar com as especificidades socioculturais e históricas regionais e é utilizada nas escolas municipais sob orientação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

A primeira edição dessa proposta curricular foi publicada em 2007, tendo sido organizada e escrita por diversos professores da rede pública municipal das cidades que

²³⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

compõem a região oeste do Paraná, sendo lançada sua 2ª edição em 2010, 3ª edição em 2015 e 4ª edição em 2020.²³³

Ela possui 522 páginas e é dividida em dezesseis capítulos: apresentação, contextualização histórica da região e da organização curricular, pressupostos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e legais, educação inclusiva e as disciplinas lecionadas no ensino fundamental – séries iniciais: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Ciências, Geografia, Matemática e História. Além disso, cabe ressaltar que ela engloba 53 dos 54 municípios da região, os quais podemos observar na capa do documento:

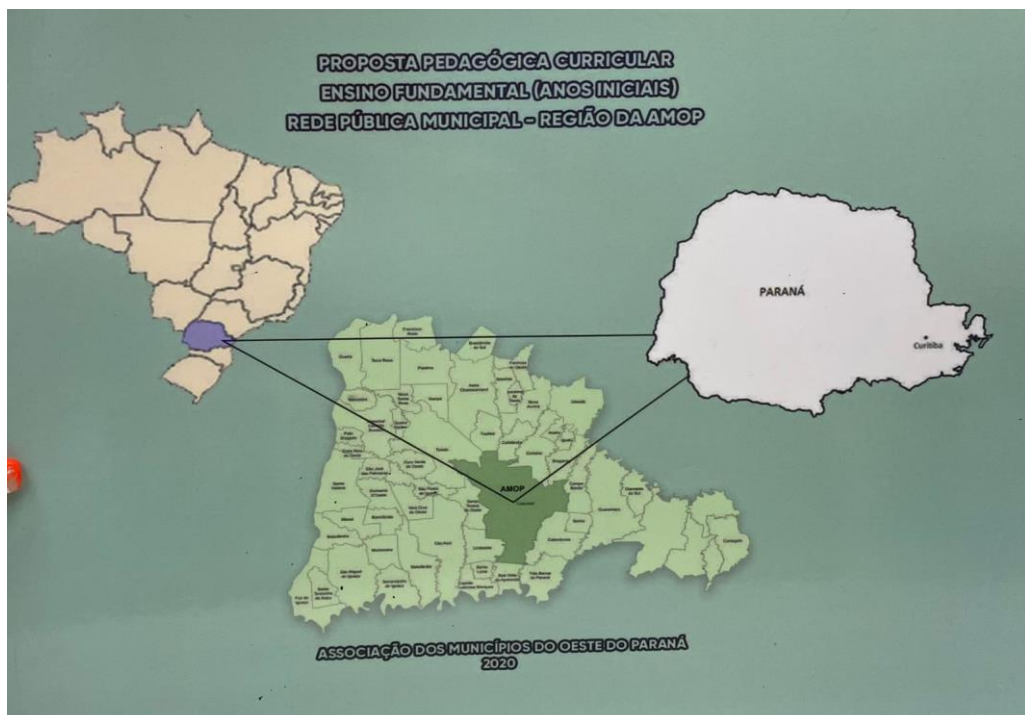


FIGURA VIII: Capa da Proposta Pedagógica Curricular da AMOP – Mapa dos municípios participantes.

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP). Proposta pedagógica curricular: ensino fundamental (anos iniciais): rede pública municipal. Cascavel, 2020.

Dividindo o capítulo referente à contextualização histórica da região em quatro partes: ocupação indígena, ações jesuíticas, obras e companhias colonizadoras na região, a proposta curricular da AMOP enfatiza em diversos momentos que a região foi palco de conflitos originados por disputas territoriais ou de poder, desconstruindo conceitos estabelecidos por diversas historiografias, como por exemplo a ideia de vazio demográfico, como podemos ver:

É importante ressaltar a construção ideológica de vazio demográfico, a de que seria a região Oeste do Paraná um território vazio, desabitado, com designações como sertão, mata virgem, grandes áreas desabitadas, mas com grande potencial. Este discurso camuflava ou tentava apagar

²³³ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP), Op. Cit. 2020.

os conflitos e/ou a presença da população nativa, como se observa tanto na literatura quanto na cartografia.²³⁴

Além disso, ao longo da discussão referente aos pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos, a proposta curricular evidencia que

A partir da divisão da sociedade, as classes economicamente dominantes também se apresentam dominantes quanto à valorização do conhecimento voltado à produção utilitária e ao domínio ideológico. Por essa razão, escamoteiam as contradições e os antagonismos sociais e apresentam os seus interesses parciais e de classes, como expressão natural do interesse universal.²³⁵

Nesta perspectiva, a proposta aponta que muitas vezes a história deixa de assumir um papel crítico para que possa evidenciar determinado acontecimento e agentes sociais a serviço da dominação social e da construção cultural e identitária, selecionando o que é dito e o que deve ser ocultado da memória. Como resposta a esse processo, é enfatizada a importância do papel do ensino enquanto transformador, buscando-se resgatar as diferentes classes e sujeitos que participaram dos processos históricos, bem como servindo de instrumento para problematizações sociais, para a construção e socialização de conhecimentos, para a superação das limitações educacionais e para a emancipação humana.²³⁶

Neste sentido escreve Selva Guimarães Fonseca, a qual aborda a necessidade de construir-se estratégias, materiais e propostas pedagógicas que possibilitem ao aluno construir noções de criticidade:

Do ponto de vista de uma proposta pedagógica, podemos construir uma “pedagogia da memória” que faça frente aos problemas de identidade, pertencimento, pluralidade cultural, étnica e religiosa e exclusão social que marcam nossas escolas. Nesse sentido, a história local pode ter um papel decisivo.²³⁷

Além disso, a proposta curricular da AMOP aborda os discursos de poder que permeiam o ensino de história local, afirmando que a função social desse ensino perpassa também pela quebra de ideologias e do trabalho com uma história que

não reproduza o processo de colonização do estado, município e/ou região de forma linear, sem contradições, sem conflitos com um ensino que busca impor a versão dos acontecimentos dos vencedores, e que ainda hoje, na maioria dos municípios, está intrinsecamente ligada à versão do *pioneirismo*, da Companhia Colonizadora e de seus *heróis*.²³⁸

²³⁴ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP), Op. Cit. 2020. p., 19.

²³⁵ Ibid, p., 46-7.

²³⁶ Ibid,

²³⁷ GUIMARÃES FONSECA, Selva. **História local e fontes orais:** uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. História Oral, Vol. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006., p., 132.

²³⁸ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP), Op. Cit. 2020. p., 453.

Assim, a proposta aponta para a necessidade de se desconstruir as *versões oficiais* da história local, as quais reforçam os discursos de poder criados pelo estado e que preservam determinadas perspectivas e estereótipos sobre a reocupação do oeste paranaense.²³⁹

Em seguida, a proposta curricular da AMOP apresenta os conteúdos que devem ser trabalhados nas aulas de história de 1º a 5º ano nas séries iniciais do ensino fundamental, organizando-os em quadros divididos em unidades temáticas, objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem. Cabe ressaltar nesse momento, que através da 4ª edição (2020) os conteúdos referentes à história local foram retirados dos 4ºs anos e passaram a serem previstos no trabalho com os 3ºs anos, porém na prática continuaram a ser trabalhados nos 4ºs anos na rede pública municipal de Santa Helena.²⁴⁰ Abaixo pode-se visualizar como eles ficam estruturados:

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município.	O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	(EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade/município, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Reconhecer-se como sujeito histórico na construção da história de sua comunidade. ❖ Conhecer a história dos grupos populacionais que ocupavam a região onde o município se formou, identificando os povos indígenas como os primeiros donos da terra.
	Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive.	(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade/município ou região em que vive. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer a história do município, identificando as transformações que ocorreram no decorrer da história. (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer, analisar e/ou elaborar narrativas orais, escritas e/ou visuais sobre aspectos do município (população, economia, emancipação política, manifestações sociais e culturais, urbanização, educação, lazer e saúde, entre outros).
		(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Entender o conceito de patrimônio relacionando à ideia de pertencimento, valorização e preservação da memória do município. ❖ Conhecer, explorar e sistematizar pontos do município e/ou lugares de memória, coletando dados e cuidando dos mesmos. (EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer o significado e a origem de festas e/ou comemorações e sua relação com a preservação da memória dos diferentes grupos que compõem a história do município e/ou região. (EF03HI06) Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes. <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer os símbolos municipais relacionando-os à história do município. ❖ Pesquisar e contextualizar acontecimentos da própria história e da história do município que ocorreram na mesma época. ❖ Desenvolver noções de anterioridade, ordenação, sucessão e posterioridade ao estudar acontecimentos históricos relacionados ao município.

²³⁹ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP), Op. Cit. 2020.

²⁴⁰ Podemos notar melhor isso com a análise das entrevistas que foram realizadas e que serão abordadas ao longo desta pesquisa.

	<p>A produção dos marcos da memória: formação cultural da população.</p> <p>Migração e rupturas: formação das populações locais.</p> <p>Os processos migratórios: por que as pessoas migram, expulsão das populações locais.</p>	<p>(EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer a história dos diferentes grupos que constituíram a população, a cultura e o espaço local.
	<p>A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças.</p>	<p>(EF03HI08) Identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Compreender que a história é construída coletivamente num processo contínuo de mudanças e permanências, semelhanças e diferenças.
<p>A noção de espaço público e privado.</p>	<p>A cidade/município, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental.</p>	<p>(EF03HI09) Mapear os espaços públicos do lugar em que vive (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e identificar suas funções.</p> <p>(EF03HI10) Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção e o respeito às normas de convívio nos mesmos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Comparar espaços de sociabilidade no bairro e/ou município, no passado e no presente (ruas, templos religiosos, praças, parques, casas, entre outros). ❖ Compreender a importância das áreas de conservação para a população de acordo com as necessidades de cada época histórica.
	<p>A cidade/município e suas atividades: trabalho, cultura e lazer.</p> <p>Organização do espaço de trabalho e sua interdependência: o rural e o urbano.</p> <p>Diferentes trabalhadores: assalariado, volante, produtor familiar, meeiros e outros.</p>	<p>(EF03HI11) Identificar e comparar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos e segmentos: agricultura familiar, extensiva, orgânica e as relações de interdependência.</p> <p>(EF03HI12) Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer profissões, lutas e conquistas no mundo do trabalho. ❖ Conhecer e respeitar as comunidades indígenas do passado e do presente, as formas de trabalho desenvolvidas, seus costumes e relações sociais. ❖ Identificar e comparar os deveres e direitos da criança no presente e no passado. ❖ Conhecer, valorizar e preservar os espaços de lazer do município. ❖ Conhecer e analisar os poderes que caracterizam a organização administrativa do município e suas funções.

FIGURAS IX E X: Conteúdos previstos pela PPC da AMOP para o trabalho com os 3ºs anos do Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ/ REGIÃO (AMOP). Proposta pedagógica curricular: ensino fundamental (anos iniciais); rede pública municipal. Cascavel, 2020.

Podemos observar que os conteúdos de história previstos pela proposta curricular da AMOP enfocam as nuances que envolvem a constituição do município: poderes administrativos, espaços públicos e privados, relações de trabalho, semelhanças e diferenças entre rural e urbano, os espaços de sociabilidade, patrimônios históricos, registros de memória inseridos na sociedade e os diferentes grupos sociais que compõem o município. A partir desses conteúdos, ela propõe que sejam trabalhados alguns conceitos como identificar e compreender as disputas no mundo do trabalho, a cultura e a luta dos povos indígenas que ocupavam o espaço onde o atual município foi construído, bem como dos que estão inseridos atualmente na sociedade, conhecer os diferentes grupos que participaram da constituição do município, noções de localização e a importância da conservação ambiental.

Desse modo, ao analisar a Proposta Curricular elaborada pela AMOP, compreendemos que, em se tratando do trabalho relacionado aos 3ºs anos do ensino fundamental, ela utiliza de conteúdos pré-estabelecidos para abordar temas e conceitos que historicamente precisam ser repensados e que foram por muitos anos enraizados pela historiografia das últimas décadas, como por exemplo a valorização de determinados nomes na história do município, os marcos memorialísticos, a valorização da cultura de determinado povo em detrimento de outros e etc.

A partir da compreensão acerca das perspectivas abordadas na proposta curricular para o trabalho realizado com a história local nos anos iniciais do ensino fundamental, buscaremos

no próximo subcapítulo analisar o material didático disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena às escolas públicas do município, visando pensar os conteúdos que ele aborda, os conceitos que enfatiza, as memórias que evidencia e as intencionalidades da municipalidade na organização e disseminação de determinada história.

3.2 O LIVRO DIDÁTICO COMO DISSEMINADOR DE UMA MEMÓRIA OFICIAL

Tendo em mente as propostas feitas pela PPC da AMOP para o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, neste subcapítulo pretendemos analisar o livro didático elaborado e organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena (SMEC), o qual foi entregue a todas as escolas públicas do município sob orientação de utilização no trabalho com os 4^{os} anos.

De acordo com Circe Bittencourt, ao analisarmos um livro didático, muitas coisas precisam ser levadas em consideração, sendo uma delas o fato de que ele configura uma “mercadoria, insere-se na lógica de vendagem e requer definições sobre preço e formas de consumo. Trata-se de livro cujo destinatário principal é o professor, sujeito que decide sobre sua compra”.²⁴¹ Porém, é necessário que atentemos para o fato de que o livro didático que analisaremos neste trabalho não se enquadra nos critérios de mercadoria, uma vez que ele não foi produzido por editoras e disponibilizado para escolha dos professores para que a compra fosse efetivada. Trata-se de um produto planejado, organizado e disponibilizado do início ao fim pela municipalidade.

O material didático intitulado *História de Santa Helena: Descobrimo e aprendendo*, foi escrito pelo historiador José Augusto Colodel sob coordenação da SMEC e é dividido em dois livros, o textual e o de atividades. O livro textual possui 97 páginas. O livro de atividades possui 69 páginas e foi formulado apenas pela Secretaria, que se baseou nos conteúdos dispostos no livro textual para formular questões a serem trabalhadas com os alunos. Ambos dispõem de vinte e quatro capítulos que possuem até os mesmos títulos, direcionando as atividades ao conteúdo específico de cada capítulo.

²⁴¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008. p. 311.

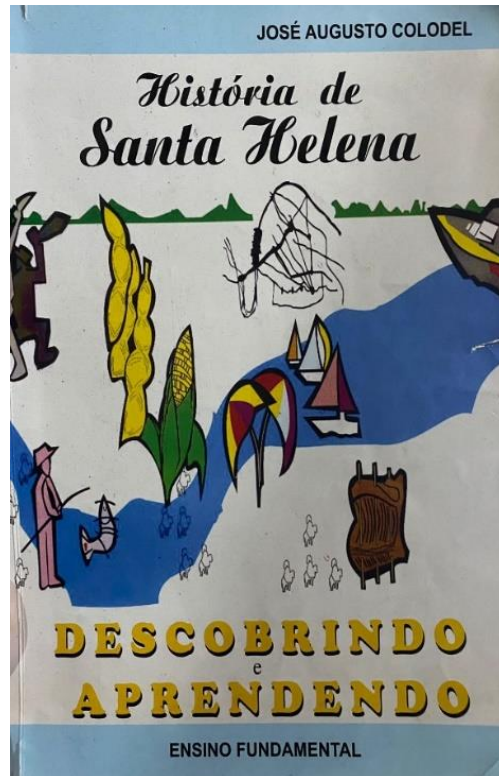


FIGURA XI: Livro didático textual *História de Santa Helena: Descobrimo e Aprendendo*.

Fonte: COLODEL, José Augusto. **História de Santa Helena: Descobrimo e aprendendo**. Santa Helena, 2018.

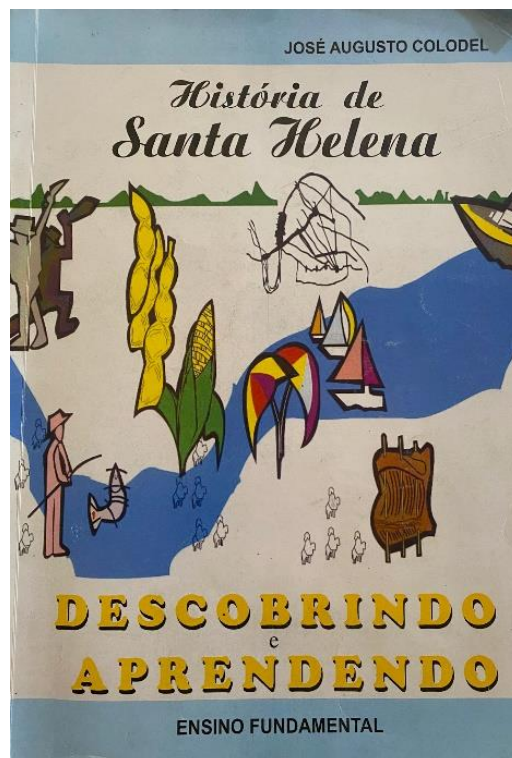


FIGURA XII: Caderno de atividades *História de Santa Helena: Descobrimo e Aprendendo*.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **História de Santa Helena: Descobrimo e aprendendo**. Santa Helena, 2020.

A partir da capa do livro didático podemos, de acordo com Bittencourt, analisar aspectos importantes do material, visto que ela “sempre fornece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações, até o título e as informações”²⁴², através das quais podemos observar muito sobre os conceitos que ele busca trabalhar. Desse modo, ao analisarmos a capa do material disponibilizado pela SMEC, percebemos que ele indica uma concepção de história que busca abordar. Cabe lembrar que as imagens da capa são do painel produzido por Adoaldo Lenzi Júnior²⁴³.

O monumento foi construído pelo artista com recursos da municipalidade no final da década de 1990, momento em que a utilização dos *royalsts* pagos pela Itaipu encontrava-se no centro das discussões políticas. Dentre as ideias e os projetos levantados como possibilidades, a implementação do turismo como novo norte para os investimentos municipais ganhava destaque.²⁴⁴

Ao observarmos a obra, podemos perceber que se trata de uma sequência de imagens interligadas por um caminho de águas: o Rio Paraná. O primeiro elemento apresentado é um ramo com folhagens e pássaros, seguido por um barco a vapor, um pescador e um caminhão com toras de madeira, representando um marco inicial. Grandes em comparação com o restante das imagens, estas figuras ocupam metade da obra, o que transparece a ideia de que grande parte do processo histórico de Santa Helena foi marcado apenas por essas características: mata em abundância, a navegação à vapor e a exploração de madeira.

Seguindo o caminho do Rio Paraná, aparece a imagem de uma carroça com bois, representando o processo de colonização que supostamente tenha acontecido após o fim das atividades extrativistas na região. Além disso, são apresentados dois grupos de pessoas armadas, estando cada grupo de um lado do Rio e entre eles um desenho de fogo, o que podemos observar como se tratando da representação da passagem da Coluna Prestes por Santa Helena e a ponte queimada como estratégia de combate, a qual até hoje é considerada ponto turístico do município.

Em seguida, são retratados o cultivo de soja e milho, grãos que representam as atividades agrícolas que movimentam a economia local, bem como a imagem de um pescador, guarda-sóis, barcos à vela, lanchas e um Costelão²⁴⁵, prato típico e cultural do município, figuras que

²⁴² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008. p. 312.

²⁴³ O painel em questão já foi citado no segundo capítulo desta pesquisa.

²⁴⁴ LANGARO, Jiani Fernando. **Histórias locais, projetos culturais:** construindo lembranças e esquecimentos (Santa Helena – PR, 1987 – 2000). Espaço Plural, vol. 8, n. 17, p. 25-32, 2º semestre 2007.

²⁴⁵ A Festa do Costelão tipicamente acontece em final de novembro e início de dezembro em Santa Helena, marcando o início da temporada de verão no município.

fazem parte do turismo local. Dessa forma, a economia agrícola e as atividades turísticas encerram o processo histórico de Santa Helena, significando o tempo presente.

Todos esses elementos aparecem na obra sendo unidos pelo Rio Paraná, o que pode significar as intenções de mostra-lo como presente historicamente do “início” ao “fim” da história de Santa Helena, retratando a importância atribuída a ele na história local.

Além disso, podemos observar que, apesar de ter sido construída no final da década de 1990, a obra não apresenta imagens que possam representar a construção das barragens da Itaipu Binacional, o que se mostra curioso visto o grande impacto social, ambiental e financeiro que ela teve sobre o município. Talvez, o fato esteja ligado à busca por ocultar os conflitos que o alagamento de parte do território santa-helenense tenha ocasionado, visto que as disputas por terra ocorridas durante o processo de colonização também não aparecem no mural.

Outro ponto que não é apresentado pelo mural é a figura feminina. A obra não retrata mulheres, enfatizando apenas a participação dos homens na história do município e ignorando as mulheres que colaboraram nesse processo.

Desse modo, podemos notar que ao utilizar a obra como capa do livro didático, juntamente com o título “História de Santa Helena – Descobrimo e Aprendendo”, a municipalidade tende a relacionar o processo de ensino de história local aos acontecimentos apresentados, buscando evidenciar determinados fatos e memórias e silenciar outras, descrevendo uma história harmônica e linear, pautada na evolução de Santa Helena: de um lugar abandonado ao processo exploratório à um município em crescimento econômico e turístico.

Em relação à produção, a primeira edição do livro textual foi publicada em 2000, como resultado do projeto História de Santa Helena, já citado no primeiro capítulo neste trabalho e que decorreu também na escrita do livro *Obrages & Companhias Colonizadoras* escrito por Colodel, o qual analisamos. De acordo com o material, no ano de 2006 foi organizado o livro de atividades em decorrência de necessidades pedagógicas retratadas por professores. Em 2007 o livro textual foi revisado e publicou-se a 2ª edição, tendo sua 3ª edição publicada em 2013 e a 4ª edição em 2018, a qual é usada hoje em dia nas escolas.

Apesar de ter sido escrito por Colodel, o material didático passou então por diversas correções e mudanças ao longo dos anos, o que o torna não apenas obra do autor, mas também, e talvez mais profundamente, obra da equipe que o coordenou, elaborou, corrigiu e editou, a qual é composta por cerca de quinze pessoas, sendo elas representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão representativo no ensino da administração municipal.

De acordo com Bittencourt, ao passo em que compreendemos quem são os sujeitos que fazem parte do corpo organizacional do livro didático, podemos analisar com mais clareza a sua influência tanto no conteúdo, quanto na “forma pela qual as informações são apresentadas – boxes, itálico e/ou negrito para reforçar conceitos – e as variadas ilustrações – coloridas ou não”²⁴⁶. Assim, ao analisarmos o conteúdo do material didático, podemos compreender os conceitos que a municipalidade busca elucidar, quais memórias enaltece, quais busca silenciar, quais histórias considera como parte da “História de Santa Helena” e nos permite questionar também quais objetivos perpassam a utilização desse material em sala de aula.

Em se tratando dos conteúdos, o material inicia com um capítulo referente às obras no oeste paranaense e termina com um capítulo sobre a construção da Itaipu Binacional, dando a entender que a “história do município” tenha começado com a chegada dos obrageros e se concluído com a Itaipu, apagando as vivências de outros sujeitos antes e depois desse período e estipulando uma parte considerada “importante” nesta história.

Outros temas também são abordados como a passagem da Coluna Prestes pela região, a qual é considerada a “heroína” do oeste paranaense e responsável pelo fim das obras; a importância do Rio Paraná para a economia local, bem como para que as atividades colonizadoras pudessem se concretizar; o processo de mecanização da agricultura como algo pacífico, adaptado sem dificuldades, necessário para a região e como sinônimo de modernidade; a importância da pesca para a economia, sendo utilizada no início como atividade que possibilitava a alimentação da população e após a construção das barragens da Itaipu como esporte, evidenciando mais uma vez o turismo local; a importância das colonizadoras, mais especificamente a Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda, como responsáveis pela efetivação da reocupação do espaço; e a construção da Itaipu Binacional como uma possibilidade de utilização dos recursos hidráulicos existentes na região, sendo que, apesar de citar a desapropriação das terras de parte da população como um problema social gerado por esse processo, o material evidencia o recebimento de indenizações por parte dessas pessoas, o que nos faz acreditar que seja uma forma utilizada pela municipalidade para justificar a construção das barragens, visto o recebimento dos royalties para o município e a construção de “cidade turística” que surgiu a partir do alagamento, em fins da década de 1990.

Além disso, o material busca reforçar conceitos como o de “população carente”, “pobreza” e “simplicidade” em vários momentos ao abordar o início do processo de colonização, citando por exemplo que a “simplicidade era a marca registrada das primeiras

²⁴⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008. p. 312.

casas construídas”²⁴⁷ e que por conta da falta de hospitais no local, ervas e infusões eram muito utilizadas e “serviam como alternativa àquela população carente de recursos”²⁴⁸. Notamos então que ao se referir ao processo de colonização até a década de 60, o livro utiliza termos que não aparecem a partir do momento em que se aborda a emancipação política do município, transparecendo que a partir de 1967, como um “click” os problemas sociais desapareceram e/ou foram resolvidos.

Outra questão reforçada são os nomes de sujeitos considerados os “pioneiros”, primeiros moradores de Santa Helena, aos quais é atribuído o prestígio por terem “construído o município” e “aberto a cidade”, como podemos ver por exemplo na utilização de um recorte de depoimento em que a narradora enfatiza a importância de Ângelo Cattani para a construção do município (o qual inclusive serviu de nome para uma rua de alto tráfego):

Quando nós chegamos aqui, o que estava aberto era somente ali em cima, ali na Vila Rica. Só ali tinham algumas casas, o resto era puro sertão. Daí o nono Ângelo Cattani fez a roçada e as derrubadas. Eu acho que foi uns sete ou oito alqueires. Ele abriu a cidade, por assim dizer.²⁴⁹

Outro ponto que merece atenção é o fato de que em nenhum momento o material aborda as disputas que ocorreram na região, sejam elas econômicas, sociais ou territoriais. Como já foi debatido, os problemas decorrentes da perda de terras através das ações da Itaipu Binacional foram diminuídas, já as disputas por terra durante a reocupação –envolvendo jagunços, grileiros e posseiros- aparecem timidamente nos anexos do livro textual, utilizando-se de apenas uma página para retratar a luta enfrentada pelos posseiros em busca de legitimar suas terras, bem como não especificando como essas relações aconteceram, além de não aparecerem em nenhum momento no livro de atividades.

Compreendemos então que através do livro textual, a municipalidade construiu uma história hegemônica, pautada na harmonia e no progresso de Santa Helena. Em seus estudos, Langaro também analisou o material. Segundo ele,

é possível notar que o silenciamento das tensões e a difusão de uma memória que evoca a harmonia social são constantes, mesmo quando se trata de outros assuntos, em temporalidades mais recentes. Persiste, também, a necessidade de se divulgar aquela memória de maneira mais efetiva no ensino de história.²⁵⁰

Em relação à forma como as informações são apresentadas, o livro é composto por textos longos que discorrem sobre as nuances que envolveram o processo considerado pela

²⁴⁷ COLODEL, José Augusto. Op. Cit., p. 2018, p. 46.

²⁴⁸ Ibid, p. 57.

²⁴⁹ Ibid, p. 31.

²⁵⁰ LANGARO, Jiani Fernando. Op. Cit., 2007, p. 29.

municipalidade como a história oficial de Santa Helena. Abordando mais especificamente datas, acontecimentos e nomes tidos como importantes, além de imagens simplistas que não auxiliam na compreensão dos assuntos abordados e recortes de depoimentos que apenas reforçam o que foi afirmado nos textos, o material pode acabar por transformar o processo de ensino-aprendizagem em algo penoso e de difícil compreensão por parte dos alunos, visto sua idade (que gira em torno de 9 anos) e suas capacidades cognitivas.

Abaixo podemos observar os gráficos apresentados no livro que buscam realçar nomes dos prefeitos e presidentes da Câmara Municipal que já participaram da vida política do município, bem como a biografia do primeiro prefeito e uma linha do tempo composta por informações consideradas importantes para a “história de Santa Helena”. Notem que na biografia do primeiro prefeito não há informações sobre suas posições ideológicas:

GALERIA DE PREFEITOS 1969 - 2020		
Arnaldo Weisheimer	Eleito	1969 a 1973
Orlando Webber	Vice Eleito	1971 a 1972
Francisco Antonio Muniz	Nomeado	1973 a 1977
Naudé Pedro Prates	Nomeado	1973(interino)
Olívio Santin	Nomeado	1977(interino)
Willy Krinke	Nomeado	1977 a 1979
Naudé Pedro Prates	Nomeado	1979 a 1985
Antonio A. de Oliveira	Nomeado	7 meses, em 1985
Julio Morandi	Eleito	1986 a 1988
Antonio A. de Oliveira	Eleito	1989 a 1992
Julio Morandi	Eleito	1993 a 1996
Silom Schmidt	Eleito	1997 a 2000
Silom Schmidt	Eleito	2001 a 2004
Giovani Maffini	Eleito	2005 a 2008
Rita Maria Schmidt	Eleita	2009 a 2012
Jucerlei Sotoriva	Eleito	2013 a 2016
Airton Antonio Copatti	Eleito	2017 a 2020

FIGURA XIII: Lista de Prefeitos de Santa Helena.


Fonte: COLODEL, José Augusto. Op. Cit., p. 2018.

PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL 1969 - 2020	
Paulo Sinval Prates	1969/1970
José Biesdorf	1971/1972
Naudé Pedro Prates	1973/1974
Izalino Thomé	1975/1976
Olívio Santin	1977/1978
Arnaldo Weisheimer	1977 (6 meses)
Peri Backer Bueno	1979/1980
Edoni Prestes Pedroso	1981/1982
Otávio Gulkozki	1983/1984
Antônio Aparecido de Oliveira	1985/1986
Valdir José Copetti	1986 (interino)
Enio Bomm	1987/1988
Bianor Bottega	1989/1990
Many Regina Alves da Silva	1991/1992
Many Regina Alves da Silva	1993/1994
José Alberto Kozerski	1995/1996
Pedrolino Martins de Oliveira	1997/1998
Luíza Cordélia Soalheiro	1999/2000
Elder Alberto Boff	2001/2002
Luiz Carlos de Camargo	2003/2004
Armando Eduardo Prata	2005/2006
Aldemir Guerrino	2006/2007
Aldemir Guerrino	2007/2008
Jucerlei Sotoriva	2009/2012
Valdonir L. Weizenmann	2013/2014
Valdonir L. Weizenmann	2015/2016
Paulo Júlio Vasatta	2017/2018

FIGURA XIV: Lista de Presidentes da Câmara Municipal de Santa Helena.

Fonte: COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 2018.

Biografia do primeiro prefeito Arnaldo Weisheimer



Arnaldo "Arno" Weisheimer nasceu no dia 12 de maio de 1927 no então Sexto Distrito, Boa Esperança, Município de Lageado, no Estado do Rio Grande do Sul. Seus pais, Felipe Weisheimer Sobrinho e Idalina Weisheimer, eram proprietários rurais em Lageado e dedicavam-se à agricultura em regime de pequena propriedade. Além de Arnaldo, tiveram mais oito filhos: Acelda, Albano, Alcídio, Osmar, Arlindo, Almiro, Aldino e Anilda.

Em 23 de fevereiro de 1952 Arnaldo casou-se com Maria Zoche Weisheimer e desse casamento tiveram cinco filhos: Elci, Ênio, Eleni, Elenita e Adão Antônio Rosa da Silva.

No ano de 1962 Arnaldo Weisheimer veio para Santa Helena pela primeira vez. Na oportunidade adquiriu da Imobiliária Agrícola Madalozzo lotes urbanos e mais tarde um pedaço de terra na Sanga Natal. Em abril de 1964 o casal deixou o Município de Capanema e mudou-se definitivamente para Santa Helena. Na cidade, uma das suas primeiras atividades foi como comerciante de produtos veterinários, onde montou a tradicional Casa do Colono, que ficou em seu nome até o ano de 1971.

Além de ter sido o primeiro prefeito eleito de Santa Helena, Arnaldo Weisheimer também foi eleito vereador em 1976, tendo assumido a presidência da Câmara Municipal em 1977 e 1978.

Faleceu em Santa Helena, no dia 16 de novembro de 2011, aos 84 anos.

FIGURA XV: Biografia do primeiro prefeito de Santa Helena.

Fonte: COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 2018.

Linha do Tempo Fatos que marcaram a história do Município.	
ANO	ACONTECIMENTOS
1905	Fundação do porto de Santa Helena por Domingos Barthe.
1920/1921	Primeiras famílias de colonos instalaram-se em Santa Helena Velha.
1921	Inaugurada a primeira casa comercial, pertencente a Valentin Agostini.
1922/23	Valentin Agostini construiu o primeiro moinho.
1923	Foram realizados os primeiros batizados, comunhões e casamentos pelo Pe. Paulo Schneider, da Congregação do Verbo Divino.
1924/25	Passagem e permanência das tropas da Coluna Prestes em Santa Helena.
1929	Construção da primeira Capela em Santa Helena Velha, Quilômetro 1.
1940	Criada pelos colonos a Cooperativa Manoel Ribas. Funcionou até 1945.
1944	Valentin Agostini construiu o vapor VAMA, que fazia o trajeto até Foz do Iguaçu. Deixando de navegar em 1945.
1955	A Imobiliária Madalozzo iniciou a demarcação dos lotes que venderia em Santa Helena.
1958	Primeiras casas começam a ser construídas na Av. Brasil. Primeira turma de alunos é formada, com aulas na antiga Igreja Católica.
1960	Primeira escola passa a funcionar nas dependências da Igreja Católica.
1963	Inaugurada a Escola Marechal Deodoro da Fonseca.
1967	Foi criado o Município de Santa Helena. Inauguração do Colégio das Irmãs, hoje, Colégio Santo Antônio.
1968	Inaugurada a Escola Bremen, onde atualmente é a Escola Municipal Pro ^{fa} . Inês Mocelin.
1970	Início da mecanização da agricultura no Município.
1975	Inauguração do prédio próprio dos Poderes Executivo e Legislativo.
1982	Formação do Lago de Itaipu.

FIGURA XVI: Linha do Tempo: acontecimentos considerados marcantes na história de Santa Helena.

Fonte: COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 2018.

Podemos observar que através da linha do tempo, o material estipula acontecimentos considerados importantes e que devem ser lembrados através da história oficial, bem como constrói uma história cronológica e linear baseada nesses acontecimentos escolhidos como marcos históricos no processo histórico de Santa Helena. Notamos que dentre esses marcos são evidenciados acontecimentos como a construção do porto de Domingos Barthe, a chegada das primeiras famílias consideradas pioneiras, a passagem da Coluna Prestes, a demarcação dos lotes pela Imobiliária Madalozzo, a construção das primeiras casas, a emancipação político administrativa do município, o início da mecanização da agricultura e a formação do Lago de Itaipu, evidenciando acontecimentos considerados pela municipalidade como relevantes para o processo de ensino e ignorando outros.

Isso também é perceptível no Hino de Santa Helena o qual aparece em ambos os livros (textual e de atividades) e que, assim como o restante do material, reforça a linearidade do processo histórico do município. Através da análise do Hino, podemos observar uma história pautada no crescimento e na perseverança da população para a construção de Santa Helena, visto que os moradores são identificados como “bravas raças” que se deslocaram de longe para

colaborar nesse processo e constituíram um “passado fecundo” e “uma história de garra” na memória dos santahelenenses. Além disso, é evidenciado um presente marcado pelos reflexos econômicos e sociais que o turismo, resultado da construção das barragens da Itaipu, geraram à Santa Helena, o qual “atrai de todos os cantos moradores à nossa cidade”, sendo enaltecidos os moradores que, mesmo com o alagamento continuaram no município com “fé” e “amor pela terra”. Por fim, o Hino termina com o direcionamento a uma linha de progresso no futuro, o qual é previsto como um vasto horizonte de glórias.

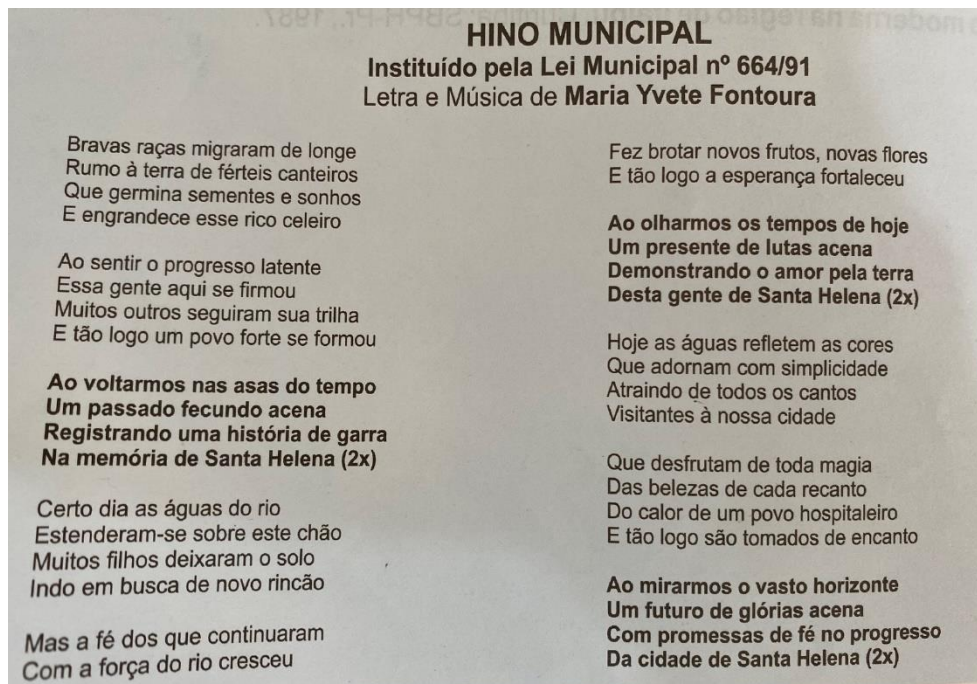


FIGURA XVII: Hino de Santa Helena.

Fonte: COLODEL, José Augusto. Op. Cit., 2018.

Ao analisarmos o material didático, compreendemos então que, através da sua organização, construção e repasse às escolas públicas, a municipalidade buscou meios de utilizar do ensino para a disseminação de uma memória hegemônica que atenda aos interesses e às necessidades da reafirmação de uma história oficial pautada no progresso.

Desse modo, Bittencourt afirma que muitas vezes o livro didático serve ao

processo de criação e cristalização de uma memória, na consolidação de determinados fatos considerados fundamentais nas mudanças da nossa sociedade. [...] Na maior parte das vezes, serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa memória.²⁵¹

²⁵¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008. p. 304.

Além disso, a autora afirma que o livro didático possibilita a construção de um conhecimento categórico, com discursos unitários que reproduzem conceitos específicos e sem possibilidade de serem contestados, apresentando uma “verdade” impositiva.²⁵²

De acordo com Selva Guimarães Fonseca, essa é uma das características mais marcantes no processo de ensino de história nas séries iniciais, sendo que

as fontes de estudo, documentos disponíveis aos professores, em geral, são constituídos de dados, textos, encartes, materiais produzidos pelas prefeituras, órgãos administrativos locais, com o objetivo implícito ou explícito de difundir a imagem de grupos detentores do poder político ou econômico. Assim, professores e alunos, muitas vezes, têm como fontes de estudo, evidências que visam à preservação da memória de grupos da elite local.²⁵³

Desse modo, analisaremos a seguir entrevistas que produzimos com professores da rede pública do município, buscando pensar como constroem suas narrativas acerca do processo de ensino de história local, bem como os materiais, métodos e objetivos do trabalho com a História de Santa Helena.

3.3 NARRATIVAS ORAIS ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

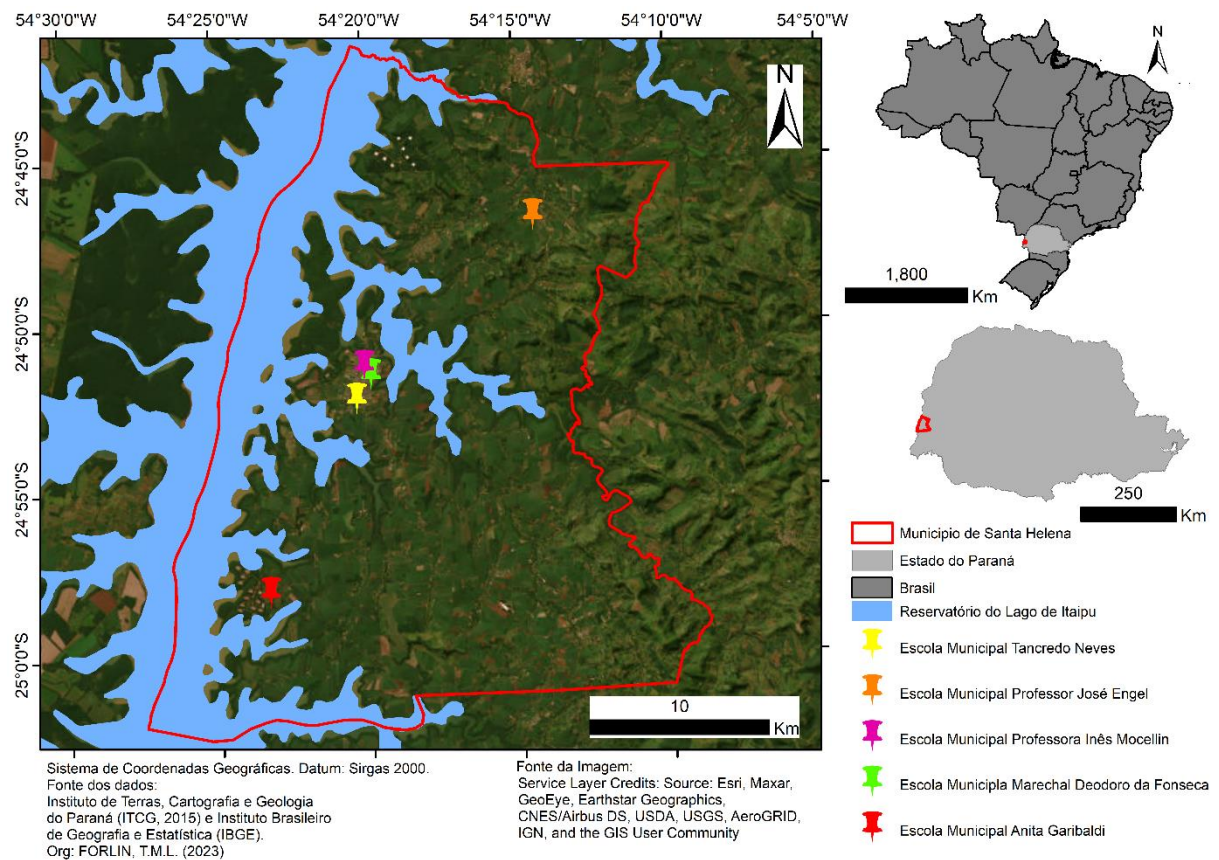
Tendo em mente o que a Proposta Pedagógica Curricular em vigência na região prevê para o trabalho com a História Local, bem como a abordagem feita pelo material didático sobre o tema, neste subcapítulo analisaremos sete entrevistas que produzimos ao longo da pesquisa com professores da rede pública municipal que trabalham ou já trabalharam com turmas de 4º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental, visando compreender como é realizado o trabalho com a história do município em sala de aula.

Cabe ressaltar que o município de Santa Helena conta hoje com nove escolas municipais distribuídas por todo o território, sendo três na sede e uma em cada distrito. Ao nos propormos a realizar as entrevistas, iniciamos o contato com os professores em novembro de 2021, conversando com diversos professores e envolvendo todas as escolas do município, porém muitos não quiseram ser entrevistados. Destes professores, alguns afirmaram não se sentirem confortáveis em participar da pesquisa, outros citaram a falta de experiência com os 4ºs anos, outros não atenderam ou não responderam as mensagens encaminhadas. De qualquer modo,

²⁵² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008.

²⁵³ GUIMARÃES FONSECA, Selva. Op. Cit., 2006, p. 129.

buscamos realizar as entrevistas com todos os professores que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Podemos observar a localização das escolas na figura abaixo:



MAPA V: Localização das escolas municipais onde foram realizadas entrevistas aos professores.

Fonte: Org. FORLIN, Talia Mayara Lopes, 2023.

Como podemos ver, foram realizadas entrevistas tanto com professores de escolas da sede quanto com de escolas dos distritos, sendo distribuídas da seguinte maneira: uma entrevista no distrito de São Clemente, na Escola Municipal Professor José Engel; uma entrevista no Distrito de Vila Celeste, na Escola Municipal Anita Garibaldi; e cinco entrevistas na sede, sendo uma na Escola Municipal Professora Inês Mocellin, uma na Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca e três na Escola Municipal Tancredo Neves.

Cabe ressaltar que na realização de todas as entrevistas, utilizamos o método história de vida, através do qual o entrevistado iniciou falando sobre suas experiências, de forma livre e de acordo com o que achava necessário narrar, e então fomos direcionando a entrevista através dos assuntos que procuramos debater.

Iniciaremos com a entrevista realizada a Maria²⁵⁴, 50 anos, nascida em Santa Helena e atualmente professora na Escola Municipal Tancredo Neves, bairro Vila Rica. A entrevistada inicia sua narrativa contando sobre o começo de sua carreira, afirmando que deu sua primeira aula em 1993, no distrito de Vila Celeste, onde atuou na até o ano de 2002, quando se mudou para a sede do município e aqui continuou seus trabalhos.

Seja como modo de enfatizar a carreira profissional, seja como reação ao fato de estar narrando enquanto professora, Maria inicia então sua entrevista falando sobre os trabalhos realizados enquanto docente, citando que sua primeira turma foi uma terceira série (que hoje configura quarto ano), trabalhou alguns anos como coordenadora pedagógica e que totalizou nove anos trabalhando com os 4ºs anos, sendo esta sua “maior experiência de sala de aula”.²⁵⁵

A entrevistada continua a narrativa citando suas formações, sendo elas magistério, pedagogia, pós-graduação em educação infantil e séries iniciais e pós-graduação em gestão escolar, abordando neste momento as dificuldades que enfrentou para formar-se na graduação:

Na época a dificuldade de fazer faculdade fora né, não era tão prático como hoje, aí eu fiquei até 1995 sem estudar, então foram cinco anos. E eu fui pra Palmas, aqui no Paraná mesmo, num sistema de universidade em regime intensivo, então a faculdade funcionava todas as noites, para as pessoas que faziam o normal, regime normal, e nós que morávamos longe, então, íamos e ficávamos uma semana toda durante o mês, as vezes duas semanas por mês estudando. Então toda a carga horária que nós fazíamos durante a noite, nós fazíamos o dobro durante o dia também. Então tinha dias em que nós tínhamos aula de manhã, à tarde e à noite. Então a gente ia uma semana, mas era como se tivéssemos ido duas semanas, o que correspondia a 75% do total da carga horária necessária para aprovação.

Ao perguntarmos sobre o trabalho com as aulas de história, a narradora enfatiza que na época em que iniciou sua carreira, trabalhar com história era mais difícil, visto que os professores não possuíam material com atividades que pudessem auxiliar, mas que isso mudou a partir de fins da década de 90:

Eu estava trabalhando na Escola Anita Garibaldi e cada escola enviava alguns funcionários, alguns professores para fazer esses, produzir esses mapas. Então era Miriam Zaar se eu não me engano o nome dessa especialista, que ela fez toda uma coleta de dados do município, principalmente na área de geografia. Então nós produzimos os mapas. Mapa político, hidrográfico, da vegetação e eu acho que o hipsométrico também. Então a partir daquele momento já facilitou o nosso trabalho, por que ao mesmo tempo que foram produzidos esses mapas, também foi elaborado uma apostila por essa mesma professora, com sugestões de alguns professores do município também, foi elaborado uma apostila

²⁵⁴ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, residência da entrevistada em 06 de janeiro de 2022.

²⁵⁵ Ibid.

que nós usamos até hoje nas aulas de história e geografia. Quanto à história, tem o professor Colodel que também tem um livro já lançado há anos, que é sobre as obras e aí ele reduziu esse livro, adaptou para uma linguagem, digamos assim, um pouco mais simples e mais sucinta do que aquele livro dele, e nós também utilizamos nas escolas. Então já faz alguns anos. Foi elaborado uma apostila de história do município também, baseado nos textos do livro do Colodel e que é disponibilizado para os quartos anos. Então hoje nós temos, digamos assim, bastante material para serem trabalhadas essas duas disciplinas, tanto de história quanto de geografia aqui no município.²⁵⁶

Dessa forma, de acordo com a professora, ao produzir o material didático de História, a municipalidade colaborou para o processo de ensino no município, uma vez que proporcionou aos professores terem algo concreto que pudessem utilizar nas salas de aula. Porém, apesar de terem o livro de atividades para desenvolver com os alunos, ela continua sua fala afirmando a necessidade de que o professor seja mediador no processo de ensino-aprendizagem, visto que “com a idade que os alunos têm no quarto ano, que eles estão com 9, 10 anos, pode ser que seja algo muito abrangente pra idade deles”.²⁵⁷

Sendo perguntado então se os professores utilizam de outro material ou método para trabalhar com a história do município, Maria respondeu que são realizados passeios pelos distritos, onde são apresentados os marcos históricos locais, bem como córregos, rios, pontos altos e baixos do município, são utilizados mapas e é realizado todos os anos um passeio de estudos ao museu de Porto Mendes com o intuito de que os alunos tenham contato com objetos e utensílios de época. Além disso, é utilizado um vídeo gravado em DVD referente à formação do Lago de Itaipu²⁵⁸,

que um cidadão aqui da cidade, se não me engano o senhor Luiz Freimuller, ele teve o capricho de registrar isso tudo lá no passado. Assim, da pra ver a água do lago subindo, da pra ver o saltinho do Rio São Francisco desaparecendo, da pra ver a Sete Quedas, como elas eram antigamente... Então assim, as crianças conseguem visualizar um pouco desse passado do nosso município.²⁵⁹

Notamos nesse momento, que a professora sente a necessidade de citar que utiliza um vídeo que apresenta as águas subindo e o Lago de Itaipu sendo formado. Essa necessidade pode exemplificar a noção de importância que ela carrega sobre a formação do lago na história do município, uma vez que destaca que é realizado este trabalho sobre o processo de construção das barragens, considerando-o um evento importante na história local.

²⁵⁶ Entrevista concedida por Maria à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Histórias da Costa Oeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nZ3VeZHC9jA>. Acesso em 18 out. 2023.

²⁵⁹ Entrevista concedida por Maria à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

Continuando sua narrativa, a professora reforça a importância do trabalho com a história local em sala de aula, afirmando mais especificamente que a formação do Lago mudou os rumos da história de Santa Helena e, sendo assim, os alunos precisam conhecê-la. Para além, ela segue afirmando que

por mais que as atividades da apostila ou os textos de história sejam um pouco complexos para a idade deles, cada professor em sala de aula faz com que essa história e essa geografia sejam trabalhadas de uma forma mais simples né. Eu pelo menos, procuro mais contar a história para eles do que me ater aos textos que são mais científicos, vamos dizer assim, que tem uma linguagem mais difícil. Para mim, eu vou falar pessoalmente, eu não acho muito difícil trabalhar por que eu vivi isso. Quando se formou o lago, eu tinha 9 anos de idade, então pra nós era uma curiosidade imensa saber como isso ia acontecer. Nós íamos todos os dias, como eu falei anteriormente, a gente morava no interior e nós morávamos muito próximo ao Rio Paraná, que na época a gente chamava de Paranazão e tinha um barranco muito grande. Então assim, era uma alegria entrar no carro e ir para ver a que ponto a água já tinha subido. Então ia com os meus irmãos, com a minha mãe e a gente tem foto disso, e eu acho assim, muito legal sabe. Então assim, geralmente eu conto a história, conto, aí eles ficam curiosos pra saber como era. A gente também dá exemplos do que era essa altitude e tudo. Então, eu acho que é necessário trabalhar.²⁶⁰

Podemos compreender então como as experiências vivenciadas pela professora influenciam sobre sua ação enquanto docente, visto que, ao citar a necessidade em se trabalhar mais a fundo os conteúdos do material didático por conta da sua complexidade, ela destaca a formação do Lago de Itaipu em detrimento de outros processos abordados ou não pelo material. Assim como a formação do Lago de Itaipu foi uma experiência divertida e intrigante para ela enquanto criança de 9 anos, também sua narrativa em relação à história do município é guiada pela construção das barragens. Podemos notar isso ao passo em que em todos os momentos ao abordar a história local, Maria restringe-a à Itaipu, seja reafirmando sua importância na história de Santa Helena, seja relacionando a utilização de explicações como métodos de trabalho, com seus sentimentos ao ver as águas subindo.

Ainda de acordo com a professora, apesar de ser um conteúdo que na prática é distante dos alunos, bem como conta com um material didático que seria melhor utilizado no 5º ano do ensino fundamental, o processo histórico em que passou Santa Helena é compreendido por eles,

principalmente com esses alunos que as famílias residem aqui há mais tempo, eles conseguem. Eles veem, eles contribuem, eles trazem histórias, né, do avô normalmente deles, muitos pais normalmente nasceram depois da formação né, mas muitos avós já moravam aqui, então eles conseguem e acham interessante.²⁶¹

²⁶⁰ Entrevista concedida por Maria à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁶¹ Ibid.

Por fim, a professora conclui sua narrativa afirmando que já fazem alguns anos que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não realiza cursos de formação para professores em relação às aulas de história local, o que ela justifica com o fato de que nos dias de hoje tem-se o material didático disponibilizado para que os trabalhos possam ser realizados, afinal,

desde que começou a ser elaborado esses materiais, foram muitos anos de dedicação, vamos dizer assim, pro quarto ano especificamente, até que se formou todo esse material, até que se formou tudo isso, foram assim, foi um trabalho bastante específico, vamos dizer assim, e de dedicação, tanto dos professores das escolas, quanto dos coordenadores da Secretaria de Educação pra hoje se ter esse material.²⁶²

Desse modo, podemos observar os conceitos que Maria considera importantes no ensino sobre a história local, bem como os métodos e as formas utilizadas por ela no trabalho com as histórias de Santa Helena e como se posiciona enquanto docente no espaço municipal.

Aspectos semelhantes são encontrados na entrevista que realizamos à Inácio²⁶³, 57 anos, natural de Fênix-PR, o qual atualmente é professor na Escola Municipal Anita Garibaldi, distrito de Vila Celeste. O professor inicia sua narrativa falando sobre sua infância, realçando aspectos como a pobreza, as dificuldades em estudar e uma vida difícil.

De acordo com ele, a família mudou-se para Santa Helena enquanto ainda era criança, fixando moradia no distrito de Vila Celeste. No ano de 1982 a família foi indenizada pela Itaipu Binacional, se mudando para o distrito de São Roque, onde estudou até a 8ª série, momento em que começou a lecionar:

Comecei minha vida como professor em 1985 na comunidade. Isso na época não exigia nenhuma formação superior, então na época a comunidade pegava aquelas pessoas assim... a comunidade se reunia e “quem vocês acham que vamos pegar pra trabalhar como professor?” Então como eu era catequista na época na comunidade, participava do grupo de jovens, eu estudava na 8ª série, com 19 anos. E de lá pra cá eu comecei a dar aulas sem muito conhecimento.²⁶⁴

Assim, o professor continua comentando sobre suas formações. Ele concluiu o magistério no próprio município, cursou Pedagogia em Presidente Prudente e Pós-Graduação em Gestão Escolar pela UDC em Foz do Iguaçu. Além disso, ele realça que já lecionou para todas as turmas do ensino fundamental e que, atualmente, é professor de 4º ano.

Ao ser perguntado sobre os conteúdos priorizados no trabalho com história no ensino fundamental, o professor respondeu que se trata da história do município e que o material

²⁶² Entrevista concedida por Maria à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁶³ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, Escola Municipal Anita Garibaldi em 01 de abril de 2022.

²⁶⁴ Ibid.

utilizado em sala de aula é basicamente o livro didático que analisamos no início deste capítulo, reafirmando sua importância para o conhecimento também dos professores:

Com as pesquisas da profe Solanginha (Solange Carniel), você deve conhece-la, ela e o professor Colodel. Foram feitas várias entrevistas com pioneiros, que foram repassando pra eles sobre o período da colonização, quando começaram a vir pra cá, como era na época, havia muita caça, pesca... E esse trabalho que eles desenvolveram, depois tinha os encontros de formação, por que tinha muitos professores novos, que pra eles era novidade. Por exemplo os professores de fora, como que vai trabalhar a história de Santa Helena se ele não conhece o município. Que nem eu disse, pra mim que sou residente, nato daqui praticamente não era novidade muita coisa que tem no livro, mas mesmo assim eu aprendi muito, muito mesmo.²⁶⁵

Assim como Maria, em sua narrativa Inácio divide a história local em “antes” e “depois” da formação do Lago de Itaipu, citando que o material didático não só auxilia no conhecimento dos professores que não vivenciaram esse período, mas também aos alunos pois

Muitos se sentem felizes por que eles dizem “Ah, mas meu pai já disse alguma coisa sobre o que o professor ta falando”, “O meu avô falava”, né. Então é muito válido por que eles vão conhecendo como é que era Santa Helena há 50 anos atrás, como é que era Santa Helena há 60 anos atrás, há 40, há 30, há 20 anos atrás, antes da formação do Lago. Como é que era o Município de Santa Helena? Então eles terem essa curiosidade é muito importante pra eles né.²⁶⁶

Desse modo, compreendemos que para Inácio, o conhecimento histórico baseia-se em compreender fatos, conceitos e acontecimentos sobre como Santa Helena era antes da formação do Lago. Além disso, apesar de afirmar que o material didático é “excelente” para o trabalho com a história local, Inácio cita que acredita que o material precise ser revisto pois há alguns anos não é revisado e que muitas coisas podem ter a necessidade de serem alteradas.

A próxima entrevista analisada é a de Isabel²⁶⁷, 33 anos, nascida no Paraguai, a qual atualmente é professora na Escola Municipal Professor José Engel, distrito de São Clemente. Assim como Maria, Isabel inicia sua narrativa falando sobre sua formação e atuação enquanto professora. De acordo com ela, a família mudou-se para o Brasil no ano de 2002 com o intuito de colaborar com os estudos dela e da irmã, pois acreditavam que o ensino público brasileiro daria melhor direcionamento profissional a elas. No Brasil, Isabel concluiu os estudos até o ensino médio, cursou Letras e posteriormente Pedagogia pela UNIOESTE e começou a

²⁶⁵ Entrevista concedida por Inácio à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁶⁶ Ibid.

²⁶⁷ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, Escola Municipal Professor José Engel, em 21 de junho de 2022.

trabalhar no ensino público municipal no ano de 2019 com uma turma de alfabetização, sendo que no momento trabalha com uma turma de 4º ano.

Ao ser perguntada referente aos conteúdos priorizados pela educação municipal no ensino de história, Isabel cita que “no município é priorizado a história do município, até mesmo por que tem o livro que foi confeccionado por eles”²⁶⁸, dando a entender que o trabalho com história local apenas é realizado por conta de se ter o material didático já produzido.

Continuando sua narrativa, a professora afirma que além do livro didático, são criadas estratégias próprias para a melhor assimilação dos alunos, como a realização de passeios pelo distrito com o intuito de conhecerem o local onde moram, bem como a de entrevistas, onde cada aluno entrevista uma pessoa próxima sobre como eram as casas, as roupas, as brincadeiras antigamente e etc.

Ainda em relação ao ensino de história, Isabel conclui sua narrativa afirmando que acredita que seja muito importante para os alunos do Fundamental I estudarem sobre a história local, “pois se eles não conhecerem a história do município ou não saberem se localizar no município, vai ficar mais difícil para eles conhecerem a história do Brasil e até se localizar no estado e no país né”²⁶⁹, o que constrói uma ideia de que a necessidade em estudar com a história local está na melhor compreensão da história nacional.

De acordo com Bittencourt, o trabalho com a História Local envolve a história do cotidiano, estando atrelada ao presente do aluno, se mostrando necessária por “possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente”²⁷⁰.

Nesse sentido também caminha Samuel, ao afirmar que

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas no campo.²⁷¹

Assim, compreendemos que o ensino de História Local se trata muito mais do que servir de conceito para a compreensão da História Nacional, mas sim deve servir como auxiliar no processo de compreensão, por parte do aluno, do espaço social onde está inserido e do presente que vive, colaborando assim para que possa responder questionamento referentes à sua vivência.

²⁶⁸ Entrevista concedida por Isabel à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁶⁹ Ibid.

²⁷⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008, p. 168.

²⁷¹ SAMUEL, Raphael. Op. Cit., 1990, p. 220.

A próxima entrevista analisada é a de Marta²⁷², 52 anos, nascida em Arapoti-PR e atualmente professora na Escola Municipal Tancredo Neves, bairro Vila Rica. Ela inicia sua narrativa apresentando suas formações: concluiu Pedagogia em Itararé-SP e posteriormente realizou três pós-graduações, sendo elas em Metodologias no Ensino Fundamental, Interdisciplinaridade e Educação Especial.

A professora continua então explicando sobre o início de sua carreira e como ela influenciou sobre sua identificação em sala de aula:

Eu comecei la em 93, com as disciplinas do Magistério, meu trabalho inicial foi como professora do Magistério. Quando eu mudei para Santa Helena, eu trabalhei no Colégio Particular, aí eu trabalhei com a Educação Infantil e com as séries iniciais. Em 97 eu iniciei a pós-graduação né, de “Metodologias do Ensino Fundamental” na instituição da UNIOESTE, foi onde eu tive um primeiro contato com a história e geografia do município de Santa Helena, principalmente da região Oeste do Paraná. Então por isso que hoje eu me identifico como professora do 4º Ano. Foi quando eu conheci a história, que eu comecei a entender, passei a me aprofundar, eu participei dos estudos dos mapas dos distritos de Santa Helena. Toda a fundamentação do livro de geografia que hoje é destinado aos alunos dos 4ºs anos eu participei de todo o estudo que foi feito. Então depois... eu dei aula em todas as séries, maternal até o 5º ano, eu dei pra todas as séries, trabalhei também em todas as escolas do município de Santa Helena, mas assim, o que mais me chamou a atenção foi trabalhar com a história e geografia do município de Santa Helena, por conta de todo esse estudo que nós fizemos.²⁷³

Notamos nesse momento que a professora enaltece em sua narrativa a sua participação neste processo e como essa experiência auxiliou na sua identificação enquanto professora de 4º ano.

Ao ser perguntada sobre o material e os métodos utilizados para a realização desse trabalho, Marta afirma que:

História tem o livro contando a história de Santa Helena, né, o passo a passo, a linha do tempo, né, até os dias de hoje. E o livro de atividades, né, são as questões que os alunos respondem. De geografia nós temos os mapas e a apostila de geografia, com mapa hipsométrico, o mapa dos distritos, mapa político, mapa das rodovias... Tudo que envolve o município nós temos essa apostila. E aí nós temos uma visita de estudos que nós dividimos ela em duas partes. Um dia a gente visita um lado do município, né, e no outro dia nós visitamos o outro lado. A gente visita o Morro do IBC, o Morro dos 7 Pecados, que são as maiores altitudes, a gente vê os rios, vê a vegetação, a hipsometria do município. E também, como no livro fala sobre o período do alagamento de Santa Helena, tanto em história, como em geografia, né, que nós tivemos dois

²⁷² Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, Escola Municipal Tancredo Neves, em 16 de março de 2022.

²⁷³ Ibid.

momentos no município, antes do alagamento e após, então nós fazemos uma visita de estudos até a Itaipu Binacional, onde os alunos conhecem a hidrelétrica, eles sabem o que é o Rio Paraná, né, lá eles tem uma noção do que é o Rio Paraná, pra fechar, assim, o conteúdo de prática, né, de história e geografia de Santa Helena.²⁷⁴

Notamos mais uma vez a noção de importância atribuída ao processo histórico da construção das barragens da Itaipu, visto que, de acordo com a professora, o trabalho teórico referente à história local é baseado no material didático que já analisamos e o trabalho prático foca na visita de estudos à Itaipu Binacional.

Quando perguntamos para a professora se ela acredita que o trabalho realizado atenda às necessidades de se trabalhar com a História Local, ela respondeu que acha os temas abordados muito avançados para os alunos, visto sua idade e nível de aprendizado. Ela cita ainda que chegou a trabalhar com o material didático disponibilizado pela prefeitura quando foi professora do Curso de Magistério e afirma que

teve um momento lá que nós trabalhamos com história e geografia do município. Eu, assim, na minha visão, foi lá no Ensino Médio que eles tiveram maior compreensão. No início, agora, são muitos dados, muitos fatos históricos, muitas datas, fica um trabalho menos dinâmico, mas pro entendimento, eu, na minha opinião, deveria ser lá no ensino médio mesmo. Essas apostilas poderiam ser ofertadas lá.²⁷⁵

Marta cita nesse momento o formato conteudista sobre o qual o material está organizado, remetendo à importância que ele dá a fatos e datas específicas. Compreendemos então que assim como parte das narrativas já analisadas, para Marta o material didático não enfoca na compreensão do aluno sobre os processos históricos, mas sim em determinados dados, bem como não está ligado à capacidade cognitiva dos alunos, o que interfere no processo de ensino-aprendizagem, visto que “a apostila, na verdade ela é uma linguagem bastante difícil para as crianças. Os textos, uma linguagem assim, bem, bem avançada pra que eles compreendam.[...] Aí as minhas aulas são praticamente contação de história.”²⁷⁶

Ao perguntarmos se a SMEC disponibiliza cursos de formação para os professores referente ao trabalho com a História Local, Marta afirma que “algumas vezes foi ofertado curso, mas é mais pra discutir sobre a apostila”.²⁷⁷

²⁷⁴ Entrevista concedida por Marta à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁷⁵ Ibid.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

Além disso, a professora afirma que a partir do ano de 2022, novas orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena modificaram o trabalho com a história do município em sala de aula, uma vez que

nós trabalhamos até ano passado com história e geografia do município. A partir deste ano, a orientação que veio da Secretaria de Educação é que nós começássemos a trabalhar, então, com a BNCC, aí a história do Brasil. Então esse ano eu trabalho História do Brasil de manhã, e à tarde eu trabalho a História do Município com os alunos do Projeto. [...] Eu tenho os alunos do 4º ano de manhã, 4º ano A e nas terças e quintas-feiras eles vêm a tarde. Aí eu trabalho atividades diferenciadas, jogos, laboratório de informática, biblioteca e também história do município de Santa Helena e geografia do município de Santa Helena.

Neste momento, a professora se refere ao Projeto Ampliação da Jornada Escolar, promovido pela SMEC, a qual passou a adotar o ensino integral como algo experimental. De acordo com o documento disponibilizado pela Secretaria, o projeto visa sanar as dificuldades de aprendizagem causadas pelo distanciamento entre a escola e os alunos ocorrido durante o período de Pandemia da COVID-19, bem como alcançar a meta 6 do Plano Nacional de Educação estabelecida pela Lei 13.005 de 2014, a qual prevê “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”²⁷⁸. Cabe ressaltar que a Lei tem a vigência de 10 anos para a implementação de projetos que atendam aos requisitos exigidos pela Meta, sob risco de perda de montante financeiro atribuído por número de alunos caso não tenha sido implementado pelo município.

É necessário que compreendamos os impactos que tal projeto tem sobre o ensino de história local. A partir do documento que nos foi disponibilizado, podemos ver que tal projeto é aplicado apenas duas vezes por semana no contra turno, tendo sua carga horária dividida entre história do município e outras diversas atividades práticas e culturais, as quais são até mesmo citadas por Marta. Além disso, a participação no projeto integral não é obrigatória, o que pode acarretar na não adesão dos pais e/ou na grande quantidade de faltas dos alunos. Desse modo, nos questionamos quais as intencionalidades da SMEC na transferência da História Local para o projeto, tendo em mente a diminuição das aulas disponíveis para esse trabalho, bem como a possibilidade de que muitos alunos não participem de suas aulas. Seja como for, a transferência do trabalho com a história do município para o Projeto de Ampliação da Jornada Escolar não foi citado apenas por Marta, outros professores comentaram sobre isso em suas narrativas.

²⁷⁸ PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em 21 ago. 2023.

É o caso da entrevista que realizamos à Carla²⁷⁹, 27 anos, nascida em Santa Helena e atualmente professora na Escola Municipal Professora Inês Mocellin, bairro São Luiz. Ela inicia sua narrativa comentando sobre o sonho de ser professora e o desejo em realizar o Curso de Magistério. Ela afirma que após concluir o curso, começou a trabalhar em um CMEI do município, conciliando os trabalhos com a graduação em Matemática. Estando no último ano da licenciatura em Matemática, Carla passou a trabalhar na escola, sendo professora de outras turmas e após alguns anos assumindo um 4º ano, reafirmando que trabalha com 4ºs anos desde 2019.

Ao perguntarmos sobre os trabalhos realizados com a história local, Carla afirmou que é trabalhado com o material disponibilizado pela SMEC, o qual de acordo com ela “é um pouco pesado para os alunos, eu percebia que quando eles começavam a ter contato com a história de Santa Helena e da região oeste paranaense, eles tinham dificuldades né”.²⁸⁰

Assim, a professora afirma que eram buscadas outras alternativas de trabalho, citando o desenvolvimento de seminários e os passeios realizados aos pontos turísticos do município e ao Museu de Porto Mendes. Além disso, ela afirma que “como o livro é bem grande, a gente acabava dando prioridade para alguns capítulos que fariam mais diferença na vida deles, né.”²⁸¹

Carla cita ainda a criação do Projeto de Ampliação da Jornada Escolar:

No ano passado a gente tinha a apostila... Até o primeiro trimestre eram outros conteúdos do currículo e daí quando entrava na história do município, daí era o segundo e terceiro trimestre só história do município, mas esse ano teve uma mudança do... passou para os alunos do quinto ano. Agora os alunos do quinto ano estão estudando no projeto, então o quarto ano não vai mais trabalhar a história do município, mas desde que eu assumi os quartos anos até o ano passado era no quarto ano.²⁸²

Além disso, ao ser perguntado sobre os cursos de formação ofertados pela SMEC para o trabalho com a história local, Carla afirma que “nos outros anos, sempre teve com o próprio autor do livro, o Colodel. Ele sempre fazia no começo do ano um resumo assim, dos capítulos, por que as vezes o professor nunca trabalhou com os quartos anos por exemplo.”²⁸³, o que nos leva a questionar as noções de história que envolvem o processo de ensino em Santa Helena, uma vez que os cursos de formação são direcionados apenas ao material didático disponibilizado pela própria municipalidade, bem como se trata apenas de um “resumo”, sem

²⁷⁹ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, Escola Municipal Professora Inês Mocellin, em 18 de maio de 2022.

²⁸⁰ Ibid.

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Ibid.

²⁸³ Ibid.

serem abordadas possibilidades de trabalho e metodologias de ensino. Tudo isso reforça mais uma vez a ideia de construção de uma história hegemônica, visto que apenas se repassa aos professores o que se quer que eles ensinem aos alunos, tornando o processo de ensino-aprendizagem uma transmissão de conteúdos e conceitos que se quer enraizar.

De acordo com Bittencourt, esse seria um dos maiores problemas encontrados no trabalho com a História Local, sendo que “muitas vezes esta tem sido objeto de estudo escolar, preservando, no entanto, os mesmos pressupostos norteadores da história nacional. A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes.”²⁸⁴

Essa problemática é citada também na narrativa de Márcia²⁸⁵, 56 anos, nascida em Missal e atualmente professora na Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca, bairro Centro. Ela inicia sua narrativa abordando as dificuldades encontradas para estudar, sendo que apenas conseguiu concluir o ensino médio a partir de 1987 quando a família se mudou para Santa Helena, cursando posteriormente graduação em História na UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon. A professora cita ainda que iniciou seu trabalho docente como professora de 4ª série (que hoje configura 5º ano) e que sua maior experiência é com 4ºs e 5ºs anos.

Ao ser perguntado referente a como é realizado o trabalho com a história nos 4ºs ano atualmente, a professora especificou que é muito diferente do realizado antigamente:

Então... Quando eu iniciei a profissão como professora nós não tínhamos ainda essa história do município né. Ela não era trabalhada como ela está sendo trabalhada hoje. Nós não tínhamos aquele material didático para trabalhar no quarto ano, era um trabalho mais superficial que era feito lá no quarto ano né. Por que no quinto começa-se com a história do Brasil. Então lá no quinto ano subentende-se que eles já tenham essa caminhada deles do município, aí vamos para o Brasil. E totalmente diferente, por que era muito mais superficial. Só que o que eu percebo hoje é que naquela época lá, por mais que era mais superficial, não sei se é impressão minha ou o que, mas eu acho que o conhecimento, eles continham mais esse conhecimento do que hoje, eu não sei. Claro os tempos mudam, as coisas mudaram muito mas a impressão que eu tenho, comparando aquela época com hoje, há dez, quinze, vinte anos atrás é... parece que as crianças estão mais imaturas, ou então é o conteúdo que está muito, muito avançado.²⁸⁶

A partir desse momento, Márcia passa a especificar alguns detalhes do trabalho com o ensino de história local no início de sua carreira, enfatizando o contato que era realizado com as famílias que moravam no município:

²⁸⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 2008, p. 169.

²⁸⁵ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, residência da entrevistada, em 31 de janeiro de 2022.

²⁸⁶ Ibid.

Gente, eu não tinha celular, nós não tínhamos acesso à internet para pesquisar conteúdo como a gente tem hoje. Então a gente literalmente caçava conteúdo. E o interessante era, por que a gente corria mesmo atrás de falar com pessoas que moravam aqui, falar com as pessoas como que se deu essa questão do município de Santa Helena. Por que nós precisávamos disso, dessa base. Por que por mais que eu tinha uma certa noção, por que nós morávamos... eu me criei no município de Missal, a gente não tinha aqui... Mas é um pacote né. Hoje a gente separa, Santa Helena, Missal, Marechal Cândido Rondon... Mas não é assim. Isso era um todo né. E a coisa aconteceu meio que né, da mesma forma.²⁸⁷

Nesse momento, Márcia faz uma comparação com as metodologias empregadas antigamente e as utilizadas hoje em sala de aula, ao passo em que enfatiza que o interessante é que naquele período era conversado com os moradores sobre o processo que viviam. Percebemos que para a professora o uso da memória configurava um importante suporte para o ensino de história, o qual possibilitava o contato com as pessoas que vivenciaram os acontecimentos e que hoje em dia são apenas tratados através do material disponibilizado.

Além disso, ao perguntarmos sobre a utilização do material didático disponibilizado pela prefeitura, a professora afirma que este dispõe de textos de difícil entendimento por parte dos alunos, bem como conta com muitos conteúdos que se tornam difíceis de serem trabalhados na íntegra:

É do município, de certa forma um apostilado né, um caderno com a história do município, outro caderno com as atividades, mas eu... com a minha experiência que eu tenho... ou esse material deveria ser atualizado e dar uma simplificada né, até na forma de como ele é colocado aí. Por que, eu falo pra você, quando você puxa um mapa hipsométrico, um mapa hipsométrico... gente, larga aquela leitura pro aluno fazer, gente... é sério, eles não assimilam nada daquilo, por que a impressão que se tem é que aquele texto, assim, à nível... Se você pegar um quarto ano hoje, 8 ou 9 anos, gente, eles não conseguem compreender, ter compreensão daquilo, eles não conseguem. Claro, o professor está alí pra isso, mas eu acho que a maneira como aquilo foi colocado ali, eu acho muito complicado, muito pesado, na verdade, **MUITO (ênfase dada pela entrevistada)** pesado, deveria dar uma simplificada. E é muita coisa, é muito conteúdo. Isso é surreal, um professor dar conta daquilo. A não ser então que tivesse só isso para trabalhar durante o ano todo, e olha lá.²⁸⁸

Mais uma vez fica evidenciado pelos narradores o ensino conteudista empregado através do uso do material, o qual foca em datas, fatos e conteúdos, transformando o ensino de história em algo maçante e de difícil compreensão. Assim, apesar de citar a utilização de outras metodologias na realização desse trabalho como passeios e entrevistas com parentes, a

²⁸⁷ Entrevista concedida por Márcia à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁸⁸ Ibid.

professora afirma que o material didático construiu um discurso diferente do vivenciado por ela, sua família e diversas outras. De acordo com ela, o material

fala muito das colonizadoras, ou muito dos colonos... Mas se fala de quem? O meu pai nunca foi citado. O meu pai, ele não aparece em lugar nenhum na história desses municípios aqui. E gente... Espera! Espera, ele também foi colono. Na época da formação do Lago, o meu pai foi uma pessoa muito ativa. Aquele acampamento que teve aqui em Santa Helena, aquela movimentação enorme contra essa questão da Itaipu, dessa indenização, meu pai estava aqui acampado, né. E ele não aparece. Ele não aparece em lugar nenhum. Ele não aparece. E como não aparece? Eu sempre me perguntei isso. Espera, o meu pai era um exemplo vivo que, ele simplesmente foi invisível? Não. Ele estava aqui, assim como tantos outros que eu conhecia que vieram aqui.²⁸⁹

O acampamento citado por Márcia foi organizado em julho de 1980 em frente ao centro da Itaipu Binacional de Santa Helena por agricultores da região oeste que teriam suas terras alagadas e que não concordavam com as condições impostas pela empresa. O movimento é abordado nos estudos de Fochezzato, a qual afirma que este contou com grande quantidade de manifestantes que realizaram assembleias, reuniões e passeatas de forma organizada com o intuito de receber atenção nacional e conquistar mudanças na organização do despejo das famílias, sendo a principal exigência a reformulação das indenizações pagas pela Itaipu e que eram consideradas injustas pelos moradores que perderiam suas terras.²⁹⁰

Notamos nesse momento, o sentimento que Márcia constrói sobre a história do pai, visto que, mais do que apenas citar o fato de que o material didático não enfoca as histórias dos diversos sujeitos que participaram da história do município, ela enfatiza o silenciamento do pai. Ela continua assim, afirmando que

a impressão que se tem é que tá lá, né. Quem participou dessa história tá lá. Tem uma lista assim... Tem uma lista. Você sabe que existe uma lista e tal. Mas só que nós sabemos que não, que vai muito além disso, que vai muito além. E o que muitas vezes é colocado lá, naquele material didático, que eu não lembro, não sei te dizer, mas faz já uma porção de anos que esse material está concluído, né, que esse material foi elaborado. E nós sabemos que dentro da história, as verdades mudam. Elas mudam o tempo todo. [...] Então eu acho que esse material deveria ser atualizado né. Deveria ter isso.²⁹¹

Apresentando descontentamento com o material disponibilizado, Márcia cita então a necessidade de que esse seja revisado e busque incorporar novas memórias e novas histórias, bem como seja direcionada às turmas de 5º ano:

²⁸⁹ Entrevista concedida por Márcia à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁹⁰ FOCHEZZATTO, Anadir. Op. Cit., 2003.

²⁹¹ Ibid.

Veja bem, quando você pega aquele material e você decifra aquele material, você vê que se fala nas grandes colonizadoras... Tá, mas espera, a gente tem... vai muito além disso, né. Isso geralmente é colocado de uma forma assim... Como que isso tudo funcionou assim? Tão bom, tão perfeito assim? E não foi assim. Não foi assim. Nós sabemos que não foi assim. E nós enquanto professores, a gente tenta, a gente até tenta colocar isso pros nossos alunos “Gente, isso não foi assim tão tranquilo”, mas é abstrato pra eles, eles são crianças. Eu acredito que talvez esse conteúdo de quarto ano ele deveria ser trabalhado no quinto ano. Eu acho que seria bem mais viável assim.²⁹²

Compreendemos então que para a professora, o ensino de história local não atende às necessidades dos alunos, visto que o único material disponibilizado pela SMEC se resume à reafirmação de uma história hegemônica pautada em relações pacíficas, nomes e acontecimentos específicos que fogem da realidade que, de acordo com ela, foi o processo de constituição do atual município de Santa Helena, o que, por mais que seja adaptado na prática pelos professores não dá bons resultados e configura em algo muito complexo para a compreensão dos alunos, visto sua maturidade cognitiva.

Analisaremos agora a entrevista realizada à Daniela²⁹³, 35 anos, nascida em Santa Helena e atualmente professora na Escola Municipal Tancredo Neves, bairro Vila Rica. Ela inicia sua narrativa falando sobre suas formações, sendo formada no Magistério, em Pedagogia, Licenciatura em Geografia, tem duas pós-graduações, sendo uma em Neuro-Aprendizagem e outra em Tecnologias da Educação, é mestre em Geografia, na linha de educação e ensino, e atualmente está no último ano do doutorado em Geografia, também na linha de educação e ensino.

A professora dá prosseguimento à entrevista, falando sobre sua experiência profissional. Ela se mudou para o Pará no ano de 2008, onde iniciou os trabalhos como professora, chegando a trabalhar com 2ºs e 4ºs anos. Perguntamos então se onde trabalhava os alunos tinham como previsto o estudo de História Local, ao qual a professora afirmou que não, pois seguiam o Currículo Estadual, tendo conteúdos como História do Pará e História do Brasil.

Daniela afirma então que, apesar de em Santa Helena os professores trabalharem a História Local com os 4ºs anos nas escolas municipais, este não é o único conteúdo trabalhado, pois é orientado também que sejam trabalhados conteúdos de História do Paraná e História do Brasil.

²⁹² FOCHEZATTO, Anadir. Op. Cit., 2003.

²⁹³ Entrevista concedida à Talia Mayara Lopes Forlin. Santa Helena/PR, residência da entrevistada, em 06 de março de 2022.

Perguntada sobre os materiais utilizados para trabalhar com a História Local, ela disse que é disponibilizado apenas o livro didático organizado pela SMEC e que a orientação é para que o trabalho seja feito com o caderno de atividades, porém, que tanto o textual quanto o de atividades são difíceis para os alunos assimilarem:

Então, na parte inicial do livro, até tem umas atividades assim, mais dinâmicas. Tem algumas cruzadinhas, tem alguns joguinhos, assim, mais dinâmicos, mas depois ele fica muito em questões de pergunta e resposta, então eu acho que o aluno vai... Tem a pergunta, que é uma questão grande, no caso, pra compreensão deles e ele vai lá e procura alguma palavra que ta na pergunta e vai la no texto e procura a resposta, então fica um copia e cola. Eu acho muito objetivo isso, muito insipiente eu acho.²⁹⁴

Além disso, para Daniela, o material não estimula a criticidade dos alunos, apresentando conceitos que devem ser decorados e reafirmando uma história harmônica da região oeste paranaense, sendo que acaba por se tornar papel do professor mostrar aos alunos que os processos que envolveram a história do município não aconteceram exatamente da forma como apontada pelo livro:

é um material insipiente, como eu já falei antes, ele não traz a parte da criticidade, da realidade de como aconteceu no município. Por que se você for conversar com nossos bisavôs, nossos avós, nossos pais, então eles vão contar umas histórias que são diferentes do que foi colocado ali. Eu acredito que no livro ta que foi muito bonito, que foi muito bacana. Tem todo um contexto da exploração que teve no nosso município, exploração das árvores, da mata, a destruição em si, e também a parte da colonização também, que foi uma colonização assim, se for olhar foi uma colonização bagunçada né, então eu acredito que não trabalha mostrando todo o contexto. E é aí que entra o nosso papel de professor né, mostrando todo esse aspecto da realidade que aconteceu.²⁹⁵

Daniela dá sequência afirmando que o material apresenta problemas estruturais como falta de imagens e mapas que pudessem auxiliar na compreensão dos alunos e que, apesar do material ter o intuito de ajudar os professores em sala de aula, ele falha em diversos pontos:

Eu acredito que você não pode ficar só com esse material, por que se você for analisar as páginas, a sequência do conteúdo, é muita coisa que os alunos não entendem, que nem fala de guerras que eles nem sabem... Fala da Revolução de 1930, lá no início, então eles não têm conhecimento em relação a esse contexto. Aí fala das obrages, né, no Paraguai, na Argentina. Eles nem sabem a localização desses lugares. Não tem um mapa disponível pra mostrar pra eles, “ó, aqui aconteceu primeiro, depois veio aqui pra nossa região. Olha, aqui é a região Oeste”, então, isso é uma crítica que eu tenho que é de forma insipiente, assim, que ta bem disperso os conteúdos. Tem alguma ligação, mas a

²⁹⁴ Entrevista concedida por Daniela à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁹⁵ Ibid.

parte didática, a parte de eles verem... Fala dos animais, “ah tinha animal disso”... Gente, não tem imagem nenhuma mostrando que animal que é, como que é. Fala das árvores... Eles não têm base nenhuma do que é um Ipê, de o que é um Cedro, né. Então eu acho que falta isso. Pra eles se inserirem na nossa história, eles tem que conhecer, eles tem que saber o que que é isso. É nessa perspectiva que o livro peca um pouquinho. Claro que tem informações muito relevantes, muito importantes. São poucas as cidades que tem esse material, que tem um material disponível da história né, da história e geografia do município. Mas é um material, se você for analisar, assim, tem muitos pontos que poderiam ser melhorados.²⁹⁶

Para além, a professora comenta ainda que a forma com que o material aborda mais especificamente o processo de reocupação e a construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional, deixa lacunas referentes ao que realmente aconteceu com os moradores, visto que enfatizam uma memória em detrimento de outras e constroem uma história referente ao alagamento baseada em um “mal necessário”.²⁹⁷ De acordo com ela,

o livro traz famílias consideradas tradicionais no município. Claro que tiveram toda a sua importância na colonização, na formação, no desenvolvimento do município, mas teve várias outras famílias que também tem sua história de vida, que também tem seu contexto de vida aqui em Santa Helena, e não estão citados, não estão como segunda opção, terceira, quarta e quinta, talvez como nenhuma opção e seria bacana né, talvez por não terem um sobrenome tão conhecidos, eles não são introduzidos no texto, né. Então não sei o que houve, por que, talvez não tiveram contato, ou talvez né, tem “N” colocações que poderia ser feito mas é importante ouvir vários lados também, né, da história. Tem a questão também da Usina Hidrelétrica, por que no texto ele fala que a construção foi, que teve alguns prejuízos e tal né, mas de forma bem sucinta e se nós formos analisar, o que aconteceu com a construção de 1982 foi... foi um desastre pra nossa região. Milhares de agricultores foram exonerados do município. Milhares de km de terras foram inundados. E tudo... o que é que tem por traz disso, o que aconteceu com a nossa produção agrícola a partir da construção da Usina Hidrelétrica, né?! O que que... Como que está acontecendo a partir de agora?! O que aconteceu com esses agricultores? Eles receberam será, o valor adequado pra serem desativados da sua terra? Será que aconteceu isso? Eles conseguiram ir pra outro lugar e comprar uma terra de acordo com o que eles tinham aqui? Não. Não conseguiram, com certeza não. E daí entra também todo o aspecto da identidade, da afirmação com vizinhos que eram daquela época, né. Então tem muitas pessoas que falam “Nossa, nós tínhamos grupos de amigos, depois que surgiu a Itaipú um foi pra lá, outro foi pra lá”. Nós perdemos todo esse contexto de amizade, de diversão de ir pra festa, de ir pra jogo. Então tem também esse contexto social e interior das pessoas que se firmou, e de tristeza mesmo com a formação do Lago. E eu acredito que isso não foi levado em consideração.²⁹⁸

²⁹⁶ Entrevista concedida por Daniela à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

²⁹⁷ Ibid.

²⁹⁸ Ibid.

Além disso, ela afirma que o conteúdo como é apresentado aos alunos se torna de difícil compreensão, visto que os alunos de 4º ano ainda são, na sua visão, imaturos para tantos temas que o envolvem. Perguntamos então se ela acha que o trabalho com História Local deva ser realizado com os alunos do Ensino Fundamental I, se ela acredita que seja necessário e que dê resultados perante a compreensão dos alunos, ao qual ela respondeu que sim, pois

É a identidade e a história de vida. Então na história de vida deles, eles estão no município. Então na história de vida de vida deles, pode ser que eles não tenham nascido aqui, mas eles estão firmando a história de vida aqui, eles têm que conhecer o município, mas eu acredito que tem que ser de uma forma diferente, uma forma que eles se sentem pertencentes dessa história. Por que se eles não participaram, mas os pais talvez, os avós, os bisavôs, algum tio, algum conhecido participou dessa história e vivenciou essa história, então acaba fazendo parte da realidade deles né, mas trabalhar de uma forma diferente, trabalhar de forma que eles possam realmente compreender o que aconteceu no nosso município.²⁹⁹

Desse modo, compreendemos que para Daniela o trabalho com a História Local não pode apenas perpassar o material disponibilizado, sendo necessário, de acordo com ela, que outras metodologias sejam utilizadas, às quais ela dá exemplos como passeios, seminários e entrevistas a parentes, o que possibilitaria o contato com as memórias dos moradores e colaboraria para a construção de novas perspectivas sobre a história de Santa Helena, bem como traria novos significados para os acontecimentos evidenciados pelo material disponibilizado.

Observamos então que cada entrevistado construiu sua narrativa baseado nas experiências, interesses e visões de mundo que tem. Pudemos analisar, sobretudo, como o material disponibilizado pela SMEC é utilizado em sala de aula, quais métodos são utilizados pelos professores para realizar o trabalho com a História Local, quais perspectivas a municipalidade construiu sobre a edificação de uma história oficial para Santa Helena e qual as noções de importância atribuídas dentro dessa história.

²⁹⁹ Entrevista concedida por Daniela à Talia Mayara Lopes Forlin. Op. Cit., s/p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa foi de grande importância para meu crescimento acadêmico e profissional. Acadêmico, pois demandou de muita reflexão e estudo referente ao processo de desenvolvimento de uma pesquisa, sendo que a pesquisa imaginada no início deste projeto e a que acabou por ser realizada mostraram-se muito diferentes e necessitaram um exercício de buscar compreender os rumos que a pesquisa toma, diferente de buscar criar um rumo específico que atendesse às minhas intencionalidades. E profissional, pois certamente contribuiu para me aperfeiçoar como professora que estou me tornando em minha recém iniciada jornada docente, bem como para a construção de conhecimentos que utilizarei em sala de aula.

Tendo o objetivo de pensar as noções que perpassaram a construção de uma “história oficial” para o município de Santa Helena, bem como sua difusão no processo de ensino de história, dividimos a pesquisa em três capítulos que pudessem auxiliar na melhor compreensão dessas questões.

Através deles, pudemos compreender que a história considerada como oficial no município, como toda história, não surgiu como algo natural, mas sim é fruto de um movimento de interesses e intencionalidades. Sob a influência da municipalidade, construiu-se uma história hegemônica pautada na edificação de ícones municipais, na ênfase a determinados acontecimentos, na colonização harmônica e na construção de um projeto turístico baseado nas ações da Itaipu Binacional. Através da fixação desses conceitos, produziu-se uma história pautada na linearidade e no progresso de Santa Helena, sendo privilegiadas determinadas memórias em detrimento de outras que foram silenciadas.

Desse modo, diversas situações vivenciadas pelos moradores ficaram ausentes na historiografia oficial de Santa Helena, como por exemplo os conflitos por terra, a violência, a construção do espaço regional e os diferentes tipos de elemento humano que estiveram inseridos no território antes e durante a colonização planejada.

Todas essas questões não são abordadas pela historiografia utilizada pela municipalidade como oficial sobre a construção de Santa Helena, de modo a atender aos interesses do setor público municipal na busca pela construção de uma memória única e verdadeira que colabore para os projetos políticos e turísticos do município. Ao passo em que se busca edificar uma memória, outras são apagadas, e são essas memórias que apontam a pluralidade de experiências vivenciadas pelos moradores e trazem à luz novas possibilidades acerca do processo de reocupação.

Assim o setor público buscou meios para a efetiva edificação dessa memória oficial, utilizando-se do ensino como um deles, disponibilizando materiais didáticos que abordassem essa história oficial e buscando garantir que os alunos adquirissem tal conhecimento sobre a reocupação do município.

Pudemos compreender também como a utilização de novas fontes pode colaborar para o surgimento de novas possibilidades de investigação acerca do processo de reocupação da área onde foi constituído o município de Santa Helena. Ressaltamos também a necessidade da contínua atualização das fontes utilizadas para o trabalho com a história local em sala de aula no ensino público municipal de forma a colaborar para a construção do conhecimento histórico mais crítico e dessacralizante; condição primordial para a construção de espaços de ensino-aprendizagem mais democráticos, que levem em consideração a diversidade e a pluralidade das ações humanas no tempo.

Desse modo, concluímos este trabalho com a esperança de que ele possa contribuir para o ensino e para a realização de novas pesquisas sobre as histórias de Santa Helena.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados**: As primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Texas: Objetiva, 1998.
- CARNIEL, Solange Maria. **Um recorte da xenofobia nordestina no Brasil**: O oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras (1969-1985). São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Prefeitura Municipal de Santa Helena. Cascavel/PR: ASSOESTE, 1988.
- ESPÍRITO SANTO, Janaina de Paula do. **Prática e produção em História**: Algumas considerações. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/his/arqdoc/praticaeproducaodidaticaemhistoria-algconsideracoes_PDE1.pdf](http://www.uel.br/cch/his/arqdoc/praticaeproducaodidaticaemhistoria-<u>algconsideracoes_PDE1.pdf</u>). Acesso em 02 ago. 2023.
- FOCHEZATTO, Anadir. **Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2003. (Monografia de Graduação em História).
- FREITAG, Liliane da Costa. **As fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de um espaço vital**: o extremo-oeste paranaense (1937-1954). São Leopoldo/RS: UNISINOS, 1997. (Dissertação de Mestrado História).
- FREUND, Alexander. **História Oral como processo gerador de dados**. Tradução por: Jaqueline Barbosa. Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, v. 17, pp. 28-62, 2013.
- GONZALEZ, Emílio. **As Camadas da Memória**: A produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990). In: Tempos Históricos. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, v. 05/06, pp. 185-219, 2003/2004.
- GUIMARÃES FONSECA, Selva. **História local e fontes orais**: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. História Oral, Vol. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006.
- HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Organizado por José Otávio Guimarães. Trad. Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- HOERLLE, Gladis. **Envelhecer na cidade**: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon-PR). Marechal Cândido Rondon / PR: UNIOESTE, 2013. (Dissertação de Mestrado).

KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos**. Colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2004.

KREUZBERG, Eduarda. **Narrativas sobre conflitos agrários no distrito de São Clemente, Santa Helena, nas décadas de 1960 e 1970**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTES, 2022. (Monografia de Graduação em História).

LANGARO, Jiani Fernando. **Para Além de Pioneiros e Forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. Uberlândia/ MG: UFU, 2006. (Dissertação de pós-graduação em História Social).

_____. **Histórias locais, projetos culturais**: construindo lembranças e esquecimentos (Santa Helena – PR, 1987 – 2000). Espaço Plural, vol. 8, n. 17, p. 25-32, 2º semestre 2007.

LOPES, Talia Mayara; STEIN, Marcos Nestor. Colonização, memórias e conflitos agrários: uma análise de narrativas orais de agricultores do município de Santa Helena, PR. In: **Anais do 4º EAICTI - Encontro Anual de Iniciação Científica Tecnologia e Inovação**. Cascavel. Edunioeste, 2018. v. 1. p. 1-5.

MACHADO, Jones Jorge. **A formação da classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Monografia de Graduação em História).

MAFFISSONI, Joice. **Sonhos e Perspectivas das Mulheres Santaelenenses na Colonização do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. (Monografia de Pós-Graduação em História).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MISKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem**: A colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Niterói/RJ: UFF, 2009. (Tese de Doutorado em História Social).

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **A grilagem como legado**. Voluntariado e Universo Rural, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montividéu – Uruguai.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo, vol. 14, 1997.

_____. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. **A filosofia e os fatos**: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, n.2, p. 53-72, dez. 1996.

RADAELLI, Sonia Regina. **Coisa de Alguém Não Comum**: Conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980). Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2004. (Monografia de Graduação em História).

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SAMUEL, Raphael. **Documentação: “História local e História oral”**. São Paulo: 1990.

SANTANA, Zoraide F. da Silva Evangelista de. **São José das Palmeiras: Memórias e História**. São José das Palmeiras: Bennachio, 2015.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do PR, 1946-1960)**. Curitiba/PR: UFPR, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Tatiane Matos da. **Conflitos pela terra na gleba ponte queimada: Experiências de disputas por terra em narrativas (1960-1972)**. Marechal Cândido Rondon / PR: UNIOESTE, 2015. (Dissertação de Mestrado).

TECCHIO, Caroline. **Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)**. Pelotas / RS: UFPEL, 2012. (Dissertação de Mestrado).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense**. 2ª. Ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. Editora Gráfica Vicentina Ltda, Curitiba – PR, 4ª Ed, 1977.

WELTER, Clarice. **Santa Helena turística: a construção de um discurso**. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTES, 2002. (Monografia de Graduação em História).

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T.T. (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.